UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA

RICARDO RUSSANO DOS SANTOS

Franklin Távora e José de Alencar: duas visões brasileiras sobre o romance histórico

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA

Franklin Távora e José de Alencar: duas visões brasileiras sobre o romance histórico

Ricardo Russano dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vieira Martins

Versão Corrigida

São Paulo
2017

À Débora, por me fazer alguém capaz de chegar até aqui.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio em todos os períodos da minha vida, sem o qual não teria nem mesmo entrado em uma universidade.

Aos meus amigos Thiago Candido, Samuel Melo, Adriana Bezerra e Viviane Madeira pela amizade e conselhos desde o começo desse processo.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que possibilitou esta pesquisa.

À USP e especialmente à FFLCH, que me mudaram para uma pessoa muito melhor do que fora em outras épocas.

A todos os meus professores, da Letras e da História, que me marcaram positivamente e se tornaram exemplos de honestidade intelectual e empatia que procuro seguir ao máximo.

Entre todos esses grandes professores que tive – Alfredo Bosi, Cilaine Alves Cunha, Ricardo Carvalho, Valeria de Marco, Jaime Ginzburg, Osvaldo Ceschin, Mário González (*in memoriam*), Rafael Marquese, Alberto Schneider, Lincoln Secco, Marcos Napolitano, Márcia Berbel e tantos outros que a memória falha em recordar – gostaria de ressaltar meu orientador, Eduardo Vieira Martins, maior exemplo de honestidade e seriedade intelectual que tive em meus anos nesta universidade.

Por último, gostaria de agradecer ao time do Corinthians de 2015, que com suas vitórias me deu a tranquilidade necessária para sentar e me focar nesta dissertação.

Nome: SANTOS, Ricardo Russano dos

Título: Franklin Távora e José de Alencar: duas visões sobre o romance histórico brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

“[...] tantos erros insinuam-se nas conversas da sociedade, com tanta leviandade provocam-se males profundos, que o historiador dos costumes é obrigado a avaliar com sensatez as asserções precipitadamente emitidas por tantos imprudentes.”

Honoré de Balzac

Resumo

SANTOS, Ricardo Russano dos. **Franklin Távora e José de Alencar:** duas visões brasileiras sobre o romance histórico. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Este trabalho compara três romances históricos brasileiros do século XIX: *Guerra dos Mascates* (1873-4), de José de Alencar, *O matuto* (1878) e *Lourenço* (1881), ambos de Franklin Távora. Os três romances se ambientam na Guerra dos Mascates, conflito civil ocorrido em Pernambuco no início do século XVIII. Para o estudo comparativo de tais obras, levou-se em conta o interesse de cada um dos autores ao escrever os romances, bem como suas visões distintas a respeito de tal gênero, que ficaram bastante claras na polêmica das *Cartas a Cincinato*. Para melhor compreender as obras, este trabalho analisa não só as *Cartas* críticas de Távora a Alencar, mas a resposta altiva do segundo em seu prefácio "Bênção paterna"; esse debate será permeado neste trabalho por uma análise breve do contexto romântico do período e seus ideais e mudanças, especialmente no que tange ao romance histórico. Além disso, este trabalho tece uma breve apresentação da Guerra dos Mascates, bem como de sua historiografia, especialmente aquela a que Alencar e Távora podem ter tido acesso.

Palavras-chave: Romantismo; Franklin Távora; José de Alencar; Guerra dos Mascates; Romance histórico.

Abstract

SANTOS, Ricardo Russano dos. **Franklin Távora and José de Alencar:** two Brazilian points of view about the historical novel. 2017. Master Thesis – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This paper compares three Brazilian historical novels from the 19th century: *Guerra dos Mascates* (1873-4), by José de Alencar, *O matuto* (1878) and *Lourenço* (1881), both by Franklin Távora. The three novels talk about Mascates War, a civil war that took place in the state of Pernambuco, Brazil, in the early 18th century. To the comparative study of these novels, the interests of both of the writers were taken into consideration. Besides, their different points of view about the historical novel were also considered. These points of view became very clear after *Cartas a Cincinato* controversy. In order to better understand the books, this paper analyses not only the critical Letters from Távora to Alencar, but also Alencar's haughty response called "Benção Paterna"; this debate will be followed by a short analysis of the Romantic period and its ideals and changes, especially about the historical novel. Furthermore, this paper will briefly present the Mascates War and the historiographical debate about it, especially those documents Alencar and Távora could have read.

Keywords: Romanticism; Franklin Távora; José de Alencar; Mascates War; Historical novel

Sumário

1 Introdução 9
2 O evento: as Alterações de Pernambuco 12
2.1 As visões sobre o evento (e a quais Alencar e Távora podem ter tido acesso) ... 21
3 Alencar e a Guerra dos Mascates 28
3.1 O romance histórico *Guerra dos Mascates* 36
4 Távora e a Guerra dos Mascates 65
4.1 Os romances históricos *O matuto* e *Lourenço* 74
5 Conclusão 106
Referências bibliográficas: 111

1 Introdução

Quando, em 1878, Franklin Távora publicou *O matuto*, primeiro livro da saga que se completaria com *Lourenço* (1881), os dois volumes do romance *Guerra dos Mascates* (1873-74, respectivamente), de José de Alencar, já haviam sido publicados. As três obras abordam os confrontos entre nobres olindenses e comerciantes recifenses em 1710-11; são, portanto, da perspectiva dos seus autores, romances históricos escritos na mesma década, que retratam um mesmo período colonial e são escritos por autores que, no começo desse mesmo decênio, se confrontaram na polêmica das *Cartas a Cincinato*, um conjunto de missivas que o cearense Franklin Távora, na época ainda morando no Recife, enviou para o jornal *Questões do dia*, entre 1871 e 1872. Publicado na Corte por José Feliciano de Castilho, português radicado no Brasil, o jornal surgiu no contexto das discussões sobre a criação da Lei do Ventre Livre e "tinha a finalidade de rebater os argumentos levantados na Câmara dos Deputados contra a libertação dos filhos dos escravos, além de defender Dom Pedro II da acusação de interferir indevidamente nos negócios do Estado"[1]. O alvo principal do jornal, desde o começo, foi o deputado José de Alencar, e, como o periódico não se atinha apenas à política, as críticas de Franklin Távora aos livros *Iracema* e *O gaúcho* foram bem recebidas pelo editor e publicadas.

Nesse início da década de 1870, em que surgiram as *Cartas a Cincinato*, Franklin Távora era um obscuro autor cearense que morava no Recife. Já outro autor cearense, José de Alencar, era o grande romancista brasileiro, deputado na Corte e autor de quase vinte livros. É em um desses livros, *Sonhos d'ouro*, publicado em 1872, que Alencar inclui o famoso prefácio "Bênção paterna", que, entre outras coisas, respondia às críticas de Távora. Ainda que tal prefácio tenha se tornado célebre, não houve da parte de Alencar um embate direto com Távora, como ocorrera em sua polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios* ou em sua posterior troca de artigos nas páginas do jornal *O Globo* com Joaquim Nabuco, em 1875.

A partir da polêmica das C*artas a Cincinato* e da leitura dos três romances, esta dissertação procura traçar o modo como cada escritor externa sua concepção literária em sua obra e analisar até que ponto aquilo que cada um vaticina como o modelo ideal está presente em seus romances. Para isso, porém, é necessário ampliar o escopo da análise.

Primeiramente, faz-se a análise do que foi o confronto entre nobreza da terra e comerciantes reinóis, no início do século XVIII, na província de Pernambuco. Porém, analisar

[1] MARTINS, Eduardo Vieira. "Prefácio". In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*: estudos críticos por Semprônio. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 10.

o que a historiografia atual descreve como a Guerra dos Mascates não seria suficiente: é necessário entender da melhor forma possível o que os romancistas sabiam a respeito do confronto. Ao analisar a historiografia que pode ter sido consultada por Alencar e Távora sobre as Alterações de Pernambuco de 1710-11, percebe-se seu caráter fortemente parcial. Como lembra Evaldo Cabral de Mello, em seu *A fronda dos mazombos*,

> a chamada "guerra dos mascates" representa um caso típico de carro diante dos bois. Antes de ser objeto de análise sistemática ou sequer de narrativa à velha maneira positivista, já fora utilizada como marco romanesco em obras de José de Alencar ou de Franklin Távora; ou já tivera sua significação sociológica posta de relevo por Caio Prado Júnior ou Gilberto Freyre.[2]

Os documentos a que nossos romancistas podem ter tido acesso são basicamente trechos das grandes histórias gerais da América portuguesa, como as de Varnhagen, Southey e Rocha Pita, ou os relatos de cronistas pernambucanos que vivenciaram os conflitos. Se as histórias gerais pecam por trazer pouca informação sobre a dita "fronda" – o que é natural em livros que pretendem narrar mais de 300 anos de uma colônia tão vasta como foi o Brasil –, as crônicas escritas por personagens contemporâneos à Guerra dos Mascates, ou mesmo por pernambucanos que viveram posteriormente ao evento, são em grande parte fortemente parciais para um dos lados do confronto ou, no caso da historiografia pernambucana posterior, pecam por ver na luta entre nobreza da terra e comerciantes reinóis um levante nacionalista mais de cem anos antes da Independência; já a historiografia que nega tal visão se apega ao intuito de apenas refutar seu nacionalismo, sem se preocupar em narrar os fatos ocorridos.

Este trabalho empreende o estudo das vicissitudes da historiografia sobre o evento para, a partir disso, entender melhor o uso que cada um dos escritores faz dos documentos que tinha à disposição. Para isso, porém, o estudo aqui apresentado não se focou apenas na historiografia, mas levou em conta o que cada autor pretendia com seu romance, e isso só é possível com a análise de cada um dos livros, levada a cabo nos dois últimos capítulos.

O estudo comparativo dos romances empreendido neste trabalho, além de mergulhar nas obras e seu contexto, não deixa de lado uma de suas particularidades: a de serem, os três livros, romances históricos. Por isso, a lógica do estudo da historiografia se fará presente novamente: não basta apenas entender o romance histórico a partir, por exemplo, da leitura de clássicos como Lukács[3]; esta dissertação apresenta também a concepção de cada autor sobre a questão. Sendo Alencar e Távora autores de momentos diferentes do Romantismo,

---

[2] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*: nobres contra mascates, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15.
[3] LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

é possível pensar que tal diferença exerce influência no modo de ver o romance, em geral, e o romance histórico, em particular.

Além disso, na análise dos romances aqui empreendida, levam-se em conta os ideais literários propostos nas *Cartas a Cincinato* e em textos alencarianos sobre literatura e história, além da relação entre essas visões e a historiografia de que podem ter feito uso.

2 O evento: as Alterações de Pernambuco

Quando, em 1630, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC)[4] conquistou Olinda e Recife, os oficiais holandeses decidiram incendiar a então capital Olinda e escolheram o pequeno povoado do Recife como seu novo forte e centro administrativo. A razão era estratégica: enquanto Olinda podia ser facilmente invadida, o Recife trazia proteções naturais que facilitavam sua fortificação[5]. Tal mudança seria decisiva na vida da província depois da expulsão dos holandeses e mudaria definitivamente o equilíbrio de poder em Pernambuco.

A ocupação holandesa no Brasil é um dos episódios coloniais mais bem documentados da história nacional[6], o que permite entender bem o desenvolvimento da vida urbana do Recife, que, diferentemente da maior parte das cidades coloniais portuguesas, deixou de ser um pequeno povoado envolto por grandes propriedades rurais para se tornar um centro populacional que gozava de relativa autonomia.[7] Nessa cidade plenamente desenvolvida, sede do primeiro Parlamento de que se tem notícia no hemisfério ocidental[8], o comércio se desenvolveu vertiginosamente e a variedade populacional seguiu o mesmo caminho: calvinistas, judeus, holandeses, alemães, irlandeses, todos vinham (ou, no caso dos judeus, se sentiam livres para declarar sua religião) em busca de enriquecimento rápido na América holandesa.

Enquanto o Recife se desenvolvia, com seus parques, institutos de pesquisa e palácios governamentais, Olinda permanecia destruída. Aqueles que outrora a habitavam – a aristocracia produtora de açúcar – em parte tinham fugido, como ordenara a Coroa, para a Bahia, e aqueles que permaneceram sob domínio flamengo continuaram produzindo açúcar, agora com crédito holandês. Mesmo que os negócios fossem bem sob a dominação flamenga, essa nobreza ainda se ressentia de sua perda de poder e da presença do invasor. Além disso, ainda que Nassau tivesse proibido as demonstrações de intolerância religiosa por parte dos calvinistas, ela era comum e incluía a profanação de igrejas católicas e de suas imagens sagradas. Se isso não era suficiente para alimentar uma revolta que expulsasse os holandeses,

---

[4] A colonização holandesa era levada a cabo pelas suas Companhias das Índias Ocidentais e Orientais (WIC e VOC).

[5] "O Recife é naturalmente forte e capaz de ser ainda mais fortificado, porém Olinda é, por natureza, fraca" BAERS. Olinda conquistada. Apud: MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics, 2010. p. 67.

[6] As Companhias das Índias Ocidentais e Orientais eram organizações privadas financiadas por acionistas; por isso, a produção de documentação para informar aqueles que investiam era extensa.

[7] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 30. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 63.

[8] Idem.

era capaz de fomentar um ódio que impedia a amenidade entre o Recife e as regiões produtoras, e que, em seu devido momento, serviria de combustível e grito de guerra para a expulsão dos holandeses.

Com o final da União Ibérica, em 1640, surgiram em Portugal vozes que defendiam a retomada dos territórios da América portuguesa sob domínio holandês. Na contramão dessas vozes, uma trégua luso-neerlandesa foi assinada em 1641 e a WIC, com enormes problemas financeiros, retirou de Pernambuco parte de suas tropas, sem dar ouvidos à forte oposição de Nassau. Um ano depois da partida de Nassau de volta aos Países Baixos, pressionados por uma lavoura fraca e pela cobrança de suas dívidas pela WIC[9], os nobres, membros da "açucarocracia", se rebelaram contra a administração holandesa, dando início à insurreição pernambucana.

Apesar do apoio português aos pernambucanos rebelados e à recente descoberta da altíssima compensação financeira que Portugal pagou aos Países Baixos pela restauração pernambucana, a expulsão dos holandeses foi sempre credenciada às tropas nativas e a seus grandes líderes, que, posteriormente, seriam vistos como a síntese da nacionalidade brasileira: André de Vidal Negreiros, branco; Felipe Camarão, índio; Henrique Dias, negro. Com a expulsão dos holandeses, construiu-se a mitologia em volta da nobreza da terra, que por meio de seu esforço e fidelidade teria expulsado o invasor infiel e devolvido a rica capitania de Pernambuco à Coroa portuguesa.

Ao longo da segunda metade do século XVII, os senhores de engenho se dirão sempre descendentes dos heróis pernambucanos e, por isso, mais nativos e fiéis a El-Rei que qualquer um que lhes importunasse – incluindo os governadores, representantes da Coroa em solo americano. Com base nessa postura, expulsarão o governador Jerônimo de Mendonça Furtado, apelidado Xumbergas, em 1666, e assim seguirão pressionando todas as decisões contrárias aos seus interesses tomadas pelos poderes coloniais instituídos durante a segunda metade do século XVII e início do XVIII.

Porém, apesar da constante pressão política da nobreza da terra e de seu monopólio da Câmara, ainda situada em Olinda, o poder econômico migrara durante o século XVII para as mãos dos grandes comerciantes, que compravam o açúcar dos produtores e o revendiam na Metrópole, além de vender aos nobres os produtos europeus. Enquanto essa nova camada social ascendia, a nobreza de Olinda, que necessitara de grandes empréstimos para a reconstrução de seus engenhos após a guerra e via seus lucros diminuindo devido ao baixo

[9] Também advertida por Nassau.

preço do açúcar na Europa, contraía dívidas ainda maiores para sustentar seu negócio e seu alto padrão de vida. Seus credores eram justamente membros da nova elite recifense.

A nova classe estabelecida no Recife, maior detentora do poder econômico na capitania, se via excluída da política regional pelas regras que restringiam o acesso à Câmara majoritariamente aos senhores de engenho. Contra os recifenses, alegava-se seu "defeito mecânico"[10], além de seu sangue impuro. Essa impureza do sangue, aliás, será usada a partir da restauração para acusar os recifenses; durante o período holandês, Nassau instituiu a tolerância religiosa, o que permitiu a judeus, que antes já existiam na sociedade colonial, mas sob o véu do "cristão-novo", o livre-culto de sua religião. Além disso, os calvinistas vindos da Europa para o Recife enfureciam os católicos, especialmente quando, contrariando a ordem de Nassau, quebravam santos e ofendiam as crenças católicas. Obrigados a conviver com os "infiéis", assim que os portugueses conseguiram expulsar os holandeses, Recife passou a ser visto como antro de hereges e maus católicos, que não defenderam corretamente sua religião. Essa pregação era utilizada para excluir os recifenses da política e também para jogar contra eles as camadas mais baixas da sociedade pernambucana.

Porém, apesar das imprecações da açucarocracia, o poder econômico dos comerciantes, bem como sua proximidade com o alto escalão administrativo da Metrópole, mudava lentamente o centro de poder da capitania de Pernambuco. Isso podia ser visto nas cidades: enquanto Olinda, que já fora riquíssima, jamais se recuperara completamente da destruição holandesa e ainda tinha prédios semidestruídos ou em processo de deterioração, Recife, antes um porto fétido próximo à capital, se tornara uma cidade pulsante, tanto econômica como socialmente. Os próprios governadores que vinham administrar a capitania preferiam ficar no Recife, desrespeitando as regras ditadas pela Metrópole, que lhes aconselhava a morada em Olinda, ainda a capital. Os senhores de engenho olindenses constantemente reclamavam da atitude dos governadores, não só por se sentirem afrontados com a escolha, mas com medo de que a morada do governador próxima aos comerciantes recifenses favorecesse o lado inimigo. A essas reclamações, quando eram transmitidas por meio das missivas do Conselho Ultramarino ou do governador-geral, o governador costumava responder lembrando que nem mesmo os próprios senhores de engenho habitavam Olinda, que, exceto em dias de festa religiosa ou em reuniões da Câmara, era uma cidade esvaziada.

Nesse cenário hostil, aportará o governador Sebastião de Castro e Caldas, décimo nono governador da capitania depois da expulsão dos holandeses. Após assumir, no dia 9 de

[10] Segundo a organização administrativa do Antigo Regime, aqueles que precisavam fazer trabalhos manuais não podiam participar da política.

junho de 1707, Castro e Caldas não demorou a mostrar-se mais incisivo do que deveria em questões que lhe diziam, ou não, respeito. "Com suas maneiras desabridas de oficial de cavalaria"[11], o novo governador envolveu-se abertamente em uma rixa de sucessão do mosteiro de São Bento. Acabou tomando lado em briga que não lhe dizia respeito, contrariando uma das regras para um bom governo: respeitar a independência das ordens regulares em seus problemas internos. O resultado final foi a exposição de sua figura no confronto entre os beneditinos[12], a oposição à Câmara de Olinda, que apoiara lado contrário ao do governador, além do início de uma péssima relação, que se manteria assim, com o ouvidor Arouche e o juiz de fora Valençuela Ortiz.

Pouco antes da deposição de Castro e Caldas, o experiente secretário do governo pernambucano, Antônio Barbosa de Lima, escreveu, anonimamente, um documento em que discutia seus anos como secretário. Barbosa de Lima defendia algumas regras para a boa gestão de um governador em Pernambuco: manter boas relações com todos, sem nutrir amizade especial com ninguém, e respeitar a jurisdição dos demais agentes régios. O resumo vinha em um aforismo: "Quem governa em Pernambuco muito pessimamente governa; e quem nada governa, otimamente governa"[13]. Nos primeiros movimentos de sua gestão, Sebastião de Castro e Caldas já havia afrontado todas essas regras: introjetara sua figura e seu poder em uma questão interna de uma ordem religiosa e utilizara soldados para garantir de modo violento o fim da contenda[14]; criara inimizades com importantes figuras da província, que também representavam a El-Rei, como era o caso do ouvidor e do juiz de paz, bem como da Câmara de Olinda; e, por fim, terminara por criar relações mais próximas com parte da sociedade pernambucana, os comerciantes reinóis.[15]

Após esse início conturbado, o governo de Sebastião de Castro e Caldas enfrentaria diversos períodos de instabilidade, o que não era novidade em Pernambuco, que já expulsara um governador e tornara a vida de grande parte deles bastante difícil. Pernambuco era, em suas cidades e matas, uma capitania violenta, em que era comum escravos e empregados aplicarem surras corretivas mesmo em homens de prestígio – a mando, claro, de outros

---

[11] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 202.

[12] A ordem dos beneditinos de Olinda era conhecida pelo modo desabrido, arruaceiro e violento de seus membros. Além de protagonistas de diversos eventos de arruaça pública, os beneditinos eram também ricos donos de engenhos, prédios urbanos e gado. Ibidem, p. 205.

[13] Ibidem, p. 200.

[14] Um observador contemporâneo do evento chegou a criticar o modo como se tratavam os frades e seus escravos, dizendo que "parecia esta Olinda uma Holanda", ou seja, reduto de infiéis a cometer agravos contra católicos. Ibidem, p. 209.

[15] Evaldo Cabral de Mello supõe que a própria indicação de Sebastião de Castro e Caldas para governador de Pernambuco se dera por influência de representantes da mascataria na Metrópole. Ibidem, p. 203.

homens de prestígio. Além disso, outros governos antes de Castro e Caldas viram-se às voltas com a necessidade de apaziguar rebeliões, como as alterações de Goiana, no final do século XVII, que levaram o então governador Caetano de Melo e Castro a afirmar, a respeito dos pró-homens[16]: "a gente é terrível"[17].

Se, por um lado, Sebastião de Castro e Caldas não precisava se preocupar com a sombra de pânico provinda do Quilombo dos Palmares – "os holandeses de outra cor", segundo Brito Freyre[18] –, desmantelado em 1695 por forças pernambucanas e paulistas, seu período de governança foi marcado por uma tentativa da Metrópole de aprofundar seu controle sobre a capitania, bem como pelo acirramento das disputas políticas entre nobreza da terra e comerciantes reinóis.

A generalização das forças em disputa na Guerra dos Mascates como "nobres" de um lado e "comerciantes" de outro deve ser matizada. Como em qualquer outro evento histórico, havia nas Alterações de Pernambuco sujeitos que fogem às generalizações interpretativas: nem todos os olindenses apoiavam os nobres e, quando não apoiavam, isso não se dava porque haviam sido "comprados" pelos mascates, como defendia a nobreza; tampouco era o Recife uma praça de guerra toda formada por grandes e pequenos comerciantes vindos de Portugal que odiavam a nobreza. Havia nas duas cidades e em seus arredores membros dos dois partidos, seja nos altos cargos régios, seja nas camadas altas ou baixas da sociedade pernambucana. Vários comerciantes do Recife eram também proprietários de terra, inclusive produtores de açúcar, assim como havia entre os partidários da nobreza sujeitos que aportaram no Brasil vindos de Portugal e acabaram se tornando senhores de engenho.[19]

Porém, é possível traçar, em linhas gerais, dois partidos em confronto na sociedade pernambucana pós-ocupação holandesa: os produtores do açúcar, naturais da capitania, que se diziam "pró-homens" descendentes dos libertadores de Pernambuco, membros da nobreza reunida em torno da Câmara de Olinda; e os comerciantes, muitos deles vindos de Portugal ou ainda com contatos importantes na Metrópole, residentes no Recife e que compravam o açúcar da nobreza para revendê-lo em Portugal, além de vender aos senhores de engenho os produtos europeus.

Ainda que a nobreza da terra detivesse o poder político, o aumento constante do poder econômico dos comerciantes (que se tornavam, também, grandes capitalistas, emprestando

---

[16] Termo utilizado para nomear a nobreza da terra.
[17] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 114.
[18] Francisco de Brito Freyre foi governador da capitania de Pernambuco de 1661 a 1664. Ibidem, p. 98.
[19] Norma Marinovic Doro traz em sua dissertação de mestrado longa tabela com o nome, ocupação e local de residência de diversos participantes da Guerra dos Mascates. Cf. DORO, Norma Marinovic. *Guerra dos Mascates* – 1710. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1979.

dinheiro para os nobres diretamente ou através de adiantamentos das futuras remessas de açúcar) não podia ser ignorado, mesmo que os nobres insistissem em se apegar à exclusão dos mascates dos cargos políticos. Essa constante oposição entre *praça* e *engenho* se tornava mais explosiva à medida que os comerciantes adquiriam poder econômico – e assim buscavam o poder político – e os senhores de engenho viam sua situação financeira piorar. Essa lenta passagem de poder da propriedade rural para a imobiliária tomou forma na segunda metade do século XVII[20], período particularmente problemático em Pernambuco, em que antigos proprietários – que largaram suas terras a mando de Portugal após a ocupação holandesa – procuravam as autoridades régias para recuperar suas propriedades, ou buscavam os detentores de capital atrás de crédito para reconstruir seus engenhos.

Com o tempo, a mesma questão que atiçara a fogueira contra o invasor holandês – a cobrança de dívidas – começava a incendiar a paz hostil no âmago da sociedade pernambucana. A cobrança de dívidas por parte dos recifenses não só fazia os nobres se manterem hostis, como os levava a pressionar ou buscar se aproximar das autoridades régias; por outro lado, o monopólio da política local dado aos nobres mantinha a mesma hostilidade e busca de boas relações com representantes de El-Rei por parte dos mercadores.

O que era latente se tornou explícito no governo (ou desgoverno[21]) de Sebastião de Castro e Caldas com a ereção do Recife em vila. Para os nobres, isso representava uma derrota inaceitável, visto que agora os mercadores teriam poder político, pois controlariam a Câmara da nova vila e poderiam com isso tomar decisões que impactariam diretamente na economia da capitania. Em carta enviada a El-Rei em 1711, a nobreza expunha algumas razões para não edificar a vila do Recife; entre elas, há a preocupação com o baixo preço estabelecido pelos mercadores para os produtos da terra, a inflação dos víveres a serem vendidos para a população da capitania e a exportação para outras capitanias de produtos locais, do Reino ou escravos (o que levaria também à inflação em Pernambuco). Junto a isso seguia o medo dos nobres com relação ao confisco de suas terras e engenhos por meio de credores – o que era proibido, mas poderia tentar ser levado a cabo agora que tais credores teriam enorme poder político. A derrota política da nobreza vinha se juntar a seu crepúsculo econômico para jogá-la à mediocridade, enquanto os mercadores e capitalistas urbanos seriam os novos poderes de fato da capitania[22]. Indômitos e revoltosos, porém, os nobres não

[20] PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
[21] Evaldo Cabral de Mello chama de "O desgoverno de Castro e Caldas" o capítulo em que trata do período de sua governança. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.
[22] O evento que ocorria de forma visível em Pernambuco ocorria em menor grau ou de maneira mais velada em outras regiões. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*, op. cit.

imergiriam em silêncio: o atentado ao governador Sebastião de Castro e Caldas foi o primeiro evento violento da Guerra dos Mascates.

Escapando com vida, o governador não demorou a buscar desforra contra os pró-homens e mesmo contra funcionários régios, como o ouvidor Arouche. No entanto, a desforra duraria pouco; ainda que prisões tenham sido levadas a cabo celeremente, do interior da capitania, mais precisamente de São Lourenço e Santo Antão, vinham a passos largos as milícias rurais, que em pouco tempo montavam acampamento às portas do Recife e obrigavam o governador e alguns dos principais mascates a fugir para Salvador.

O período de vacância do poder foi pródigo em excessos de violência, de medo e de radicalismos. Ao entrarem no Recife, as milícias rurais não levaram a cabo o saque à vila e o massacre de seus moradores, como tanto temiam – ou fingiam temer em conversas com o governador e missivas à Metrópole – os comerciantes reinóis. Porém, rapidamente o pelourinho foi destruído, presos foram soltos e, no último dos desfiles (o mais temido deles) dos sediciosos vindos da região de Goiana e comandados pelos Cavalcanti, mascates foram duramente ofendidos. Não houve, porém, a destruição da vila, nem mesmo seu saque, provavelmente pelo fato de que os senhores de engenho se interpuseram e proibiram às milícias tal empreitada.

Após a sedição, a nobreza teve acesso ao documento régio que previa quem seriam os substitutos de Castro e Caldas em caso de necessidade. Como um deles, João da Freitas Cunha, já falecera, a escolha natural seria o bispo D. Manuel Álvares da Costa. O bispo, porém, estava na Paraíba, e os dias que precederam sua chegada foram de acalorados debates e propostas subversivas. Contrariando a vontade dos nobres moderados, surgiu nas discussões a defesa da autonomia pernambucana, por meio da criação de uma república aos moldes holandeses e venezianos. O defensor mais ferrenho dessa hipótese era Bernardo Vieira de Melo, líder do destacamento de paulistas que se manteve em Palmares após a destruição do quilombo. Para esse nobre radical, o poder deveria ser transferido para a Câmara de Olinda até que o novo governador enviado de Portugal chegasse à capitania e, caso ele não trouxesse o perdão régio aos sediciosos, a luta emancipacionista deveria prosseguir. Por fim, Bernardo Vieira de Melo ainda defendia que, em caso de não poderem vencer, era melhor se entregarem a rei estrangeiro, como fizeram os franceses, que aguentar a tirania mascate.[23]

[23] Tal proposição não deixa de ser irônica, uma vez que Castro e Caldas (assim como o Xumbergas) havia sido acusado pelos nobres de manter comércio e buscar entregar a capitania ao monarca francês através da frota francesa que singrava pela costa brasileira e já atacara o Rio de Janeiro.

A maioria dos nobres, porém, ciosos de seu respeito à Coroa e temendo desrespeitar mais uma ordem régia, optou por entregar o poder interinamente ao bispo D. Manuel.

Diferentemente de 1666, em 1710 a derrubada do governador não foi seguida de calmaria, como esperara a nobreza. As milícias rurais mantinham sua pressão pelo saque ao Recife, provavelmente porque desde o começo seu apoio dependera dessa possibilidade[24]. A vacância de poder, além disso, dera azo para que parte da nobreza levasse a cabo seus planos para o Recife: que começara pela derrubada do pelourinho, mas seguia pela destruição de notas de crédito e mesmo de processos criminais. Além disso, lojas foram saqueadas e comerciantes foram espancados ou publicamente humilhados. Enquanto a violência dos nobres era explícita, os comerciantes preparavam às escondidas seu levante.

No dia 18 de junho de 1711, o Recife se sublevou, prendendo Bernardo Vieira de Melo e obrigando o governador D. Manuel a expedir ordem exortando o governador dos índios, D. Sebastião Pinheiro Camarão, a que rumasse para o Recife. A ordem seria usada posteriormente pelos mascates para defenderem que haviam feito tudo de acordo com o representante do poder régio, até porque não havia a necessidade prática de dar ordens a Camarão, que, assim como o terço dos Henriques, apoiara desde o começo o levante dos comerciantes[25].

É difícil estipular o número de mortos e a proporção das perdas na Guerra dos Mascates devido ao exagero e parcialidade das fontes, mas é possível afirmar que a luta entre nobreza e comerciantes se alastrou por grande parte de Pernambuco e mesmo por capitanias vizinhas, como a Paraíba. Em alguns lugares, como a vila de Goiana, a guerra chegou mesmo a ombrear a proporção que tivera nas vizinhas Recife e Olinda. A chegada, em 7 de outubro do mesmo ano, do novo governador, Félix Machado, filho do antigo governador Montebelo, serviu para esfriar os ânimos, ainda que a violência verbal e física se mantivesse, a ponto de o novo governador proibir ofensas verbais e até mesmo reuniões públicas que não tivessem um fim declarado.

As ordens ao novo governador eram claras: o representante da Coroa deveria chegar e reconquistar a paz em Pernambuco através da ordem de perdão régio a todos os envolvidos na sedição da nobreza (até então, não se sabia na Metrópole do levante mascatal, mas para os mascates as decisões do governador serão ainda mais brandas) e reerguer o pelourinho do Recife, reafirmando sua ereção em vila. Durante esses primeiros momentos, além de conceder

---

[24] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 415.

[25] O terço dos índios e o dos negros libertos (Henriques) foram criados durante a guerra de expulsão dos holandeses e ainda existiam durante as Alterações de 1710-11.

o perdão régio e levar a capitania de volta à calma, o governador deveria buscar se informar de tudo para, depois, prender sem misericórdia a todos os cabeças da sedição da nobreza.

O governo de Félix Machado foi turbulento. Desde o começo, houve dos dois lados da disputa desconfianças quanto ao novo governador e ao ouvidor, seja por sua demora em promover a devassa da sedição da nobreza ou pela desconfiança dos pró-homens com respeito à sinceridade do perdão régio. Assim, tão logo o governador começou as prisões, muitos dos líderes da sublevação nobre fugiram para as matas pernambucanas ou para capitanias vizinhas (o governador avisara às ordens religiosas para que não dessem esconderijo aos foragidos, como de costume). Das matas de Tracunhaém, surgiu uma terceira tentativa de levante em Pernambuco, por parte dos foragidos, mas a desproporção entre as forças do governador e as dos nobres fez com que a sublevação não prosperasse e seus líderes fossem presos.

Durante o governo de Félix Machado, a violência contra a nobreza superou mesmo a violência desta contra os mascates após o primeiro levante. Nobres tiveram suas casas invadidas e saqueadas, sofreram violências e tiveram bens confiscados. Além do poder régio via ouvidor e juiz de paz, os nobres ainda sofriam a violência dos grupos paramilitares de apoio aos mascates, os conhecidos tundacumbes, que se tornaram inclusive um problema para a relação entre o governador e a nobreza moderada, assustada com o rumo da violência. Em Goiana, as ações chegaram ao nível de se tornarem uma guerra entre os Cavalcanti, nobres conhecidos por sua violência e radicalidade, e Manuel Gonçalves, o Tunda-Cumbe, líder dos Homens do Cipó, violento grupo pró-mascates.

Quando as informações a respeito dos excessos contra a nobreza chegaram à Metrópole, a Coroa decidiu mandar carta régia anulando a devassa que incriminara – e prendera – 60 nobres. Prontos para seguirem para Portugal à espera da punição, os presos foram quase todos soltos, tiveram seus bens devolvidos e foram ressarcidos por possíveis prejuízos. As exceções foram os líderes da Liga de Tracunhaém. Destes, alguns morreriam ainda na prisão, o que fez com que apenas dois fossem de fato punidos pela justiça régia: Cosme Bezerra Monteiro e Leão Falcão de Sá, mandados em degredo para Goa.

Findo o governo Félix Machado, D. João V mandou para substituí-lo D. Lourenço de Almeida, com ordens para manter a paz em Pernambuco a qualquer custo. D. Lourenço terminaria seu mandato orgulhando-se de ter levado a capitania para períodos de paz e do fato de que já não havia inimizades entre nobres e comerciantes. Além disso, via a Câmara de Olinda solicitar à Coroa a manutenção do governador por mais um triênio; a Câmara do Recife, embora não fizesse coro a tal pedido, solicitava a manutenção de Lima Castro, ouvidor-mor. Apesar de o resto do século XVIII ser em Pernambuco um período calmo

(no início do XIX a província seria, mais uma vez, palco de violentas manifestações), fontes contestam essa aparente tranquilidade, a ponto de um brasilianista como Charles Boxer afirmar que "a amargura engendrada pela vitória dos mascates e pelo comportamento tirânico de Félix Machado permaneceu latente por muitos anos"[26].

2.1 As visões sobre o evento (e a quais Alencar e Távora podem ter tido acesso)[27]

A Guerra dos Mascates não foi pródiga em análises historiográficas, pelo menos não até o século XX, quando surgiram interpretações sociológicas do evento. Os três grandes ensaístas da década de 1930 – Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.[28] – buscaram a interpretação sociológica da Guerra dos Mascates, enquanto historiadores pernambucanos escreveram para afirmar ou rechaçar o caráter nacionalista (ou pelo menos nativista) da sedição da nobreza.[29] Ao longo do século XX, outros estudos surgiram, cada vez mais buscando entender e apresentar o conflito, e não defender um lado da contenda.

Porém, é importante ressaltar que, nos anos em que Alencar e Távora publicaram seus romances sobre a Guerra dos Mascates (respectivamente, 1873-74 e 1878-81), a historiografia sobre o conflito ainda era pequena, o que restringia o acesso dos dois escritores às grandes obras gerais de história do Brasil e às poucas fontes coevas já conhecidas no XIX. A historiografia era tão parca que o romance de Alencar, que não chegou a fazer o mesmo sucesso de outras de suas obras, foi capaz de renomear o evento.[30] Segundo Evaldo Cabral de Mello,

> a designação de "guerra dos mascates" (não muito feliz, como assinalou Barbosa Lima Sobrinho) foi cunhada por José de Alencar como título do romance *à clef* que escreveu no intuito de satirizar o gabinete Rio Branco (1871-1875), a que ele, apesar de conservador, fez oposição sistemática. Até a publicação da obra de Alencar, os

---

[26] BOXER, Charles apud MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 425.

[27] A análise historiográfica empreendida por este trabalho partiu em grande parte daquela feita por Evaldo Cabral de Mello em *A fronda dos mazombos*. Cf. Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 441-451. Para completar tal análise, e auxiliar no que tange às leituras alencarianas da historiografia, utilizou-se o livro *A perda das ilusões*, de Valeria de Marco. Cf. MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões:* o romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

[28] Respectivamente: *Raízes do Brasil*, *Sobrados e mucambos* e *Evolução política do Brasil.*

[29] Cf. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A inconfidência pernambucana*. Recife: Revista do IAHGP, vol. XXIX, 1930; e crítico ARAÚJO, Vicente Ferrer. *A guerra dos mascates:* estudo e histórico. Lisboa: Clássica, 1915.

[30] Apesar de Evaldo Cabral de Mello afirmar categoricamente e citando referências que o termo "Guerra dos mascates" foi criação alencariana, no prólogo a *O matuto* Franklin Távora, apenas alguns anos após a publicação do romance de Alencar, já usa a expressão. Essa questão será analisada mais detidamente no capítulo sobre Távora.

> acontecimentos de 1710-1711 haviam sido geralmente conhecidos como "sedições", "sublevações" ou "alterações de Pernambuco".[31]

A fama e a centralidade de Alencar para a literatura brasileira do XIX, unidas à pequena historiografia sobre o assunto, davam o impulso necessário para que futuros pesquisadores dos eventos pernambucanos se interessassem em ler a narrativa; e a falta de uma nomenclatura única usada pelos documentos facilitava que o título do romance se firmasse como nome do evento.

As exceções a esse silêncio historiográfico ficariam a cargo das histórias gerais do Brasil: mais especificamente de Rocha Pita, Southey e Varnhagen[32]. Pela própria extensão de sua matéria, tais histórias não se prendem muito ao evento, fazendo uso das fontes coevas para lançar interpretações sobre ele e inseri-lo no espectro maior da história colonial.

Há, entre as três obras, diversas diferenças que superam as parcialidades no tocante ao assunto. Rocha Pita, por muito tempo a única fonte (secundária) publicada a respeito da Guerra dos Mascates, era um homem do final do século XVII e início do XVIII, que morou durante boa parte da vida em Salvador e que já somava cinquenta anos quando irrompeu a sedição da nobreza. Sua *História da América portuguesa* fora publicada em 1730, provavelmente com acesso a alguns poucos documentos e – segundo acusação do Dr. Manuel dos Santos, partidário dos comerciantes e crítico da obra de Rocha Pita – ao depoimento de Leonardo Bezerra, que nessa época já residia em Salvador, após voltar do degredo em Goa. A análise de Rocha Pita é curta – em vista do enorme período de tempo que seu livro abarcava e da escassa documentação a que tinha acesso – e completamente favorável aos pró-homens, a ponto de evitar tratar da questão do movimento emancipacionista no bojo da nobreza – o que fazia todo sentido para um leal vassalo de Portugal que buscava defender os nobres.

Southey, por outro lado, era um inglês de finais do XVIII e começo do XIX que jamais visitara o Brasil, porém teve acesso a uma fonte a que Rocha Pita não tivera, ou pelo menos não se interessara em levar em conta: a crônica manuscrita de Luís Correia, intitulada *Sedições de Pernambuco*. A partir da leitura da crônica, Southey refuta o posicionamento de Rocha Pita, que considera, com razão, fortemente parcial à nobreza, a ponto de omitir fatos e nomes de envolvidos na Guerra dos Mascates. Sua *História do Brasil* foi publicada em Londres de 1810 a 1817 e seria publicada no Brasil pela primeira vez em 1862, dividida em

---

[31] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 17.

[32] A *História do Brasil* de Heinrich Handelmann fora publicada na Alemanha em 1860, porém, sua primeira tradução para o português se deu em 1831, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para publicação em sua revista.

quatro volumes. Antes mesmo de sua publicação, porém, a obra já era conhecida e discutida no Brasil. No tomo VIII (1846) da Revista do IHGB, por exemplo, foi traduzido trecho da *História do Brasil* que tratava da Inconfidência Mineira. Em 1844, um ano depois da morte de Southey, era publicado necrológio escrito por Manuel de Araújo Porto Alegre também na RIHGB.

O escritor inglês era o segundo a escrever uma ampla história do Brasil colonial[33] e o primeiro a abordar a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do XIX, incluindo a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. No processo de formação nacional após a Independência, em que a história se tornou ciência central para a construção de uma identidade nacional, o livro de Southey teve grande importância para a intelectualidade brasileira – grande parte dela ainda educada em Coimbra. O IHGB, fundado em 1838, era o centro irradiador desse processo que buscava "traçar a gênese da nacionalidade brasileira"[34] e recebeu desde o início apoio de D. Pedro II, que financiava cada vez mais o instituto. A partir do IHGB, irradiava-se a luz da ciência e do progresso pelo resto do território brasileiro, que deveria, a partir de seus institutos regionais, como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Brasileiro de Pernambuco, fundado em 1862 e o mais antigo entre os institutos regionais, verter para o IHGB seus conhecimentos regionais. As histórias regionais tiveram desde o começo grande espaço na Revista do IHGB, que publicou fontes dessas histórias e análises que as englobavam no escopo da marcha nacional ao progresso.

O IHGB se tornou instituição central na vida cultural e política do século XIX, seja por aceitação ou negação. Foi nas páginas da sua Revista que grande parte da discussão a respeito do índio como símbolo nacional tomou forma, desde o artigo de von Martius[35] até o debate entre Varnhagen – ferrenho opositor do indianismo – e os românticos de dentro e de fora do instituto. A centralidade do instituto e a importância de sua revista tornaram possível afirmar que tanto um membro do IHGB, como Franklin Távora, quanto um escritor que jamais se filiara ao instituto, como José de Alencar, tinham acesso às fontes primárias e secundárias publicadas pela sua Revista, que era distribuída não apenas a seus sócios – como Távora –, mas também a diversas instituições brasileiras e internacionais, tais como bibliotecas, clubes literários, instituições de ensino e secretarias governamentais. No ano de 1889, só para a Corte eram separados 40 exemplares da Revista. Ainda que Alencar e Távora

---

[33] O primeiro fora Rocha Pita.

[34] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 1, 1988, p. 7.

[35] VON MARTIUS, Karl Philip. "Como se deve escrever a história do Brasil". *Revista de Historia de America*, n. 42, dez. 1956 (orig. 1844).

já fossem falecidos em 1889, é possível afirmar que, mesmo na primeira metade do século XIX, a Revista já tinha grande circulação, visto que seus 14 primeiros volumes chegaram à terceira edição (a segunda ainda em meados do XIX).[36]

Traduzido pelo IHGB e utilizado por muitos dos historiadores brasileiros do XIX, Southey devia ser conhecido pelos nossos romancistas e, portanto, consultado para a escrita dos romances históricos em questão. A passagem de Southey a respeito do ocorrido em Pernambuco é menos parcial que a de Rocha Pita – ainda que parta de fonte mascatal sobre o evento – e busca elucidar pontos que na obra do escritor baiano tornaram-se nebulosos devido à parcialidade. Diferentemente de Rocha Pita – seja por acesso ao texto do padre Luís Correia ou por não se sentir propenso a omitir fatos em defesa da lealdade dos olindenses –, Robert Southey descreve a pressão de parte radical da nobreza para que não se nomeasse o bispo D. Manuel substituto de Sebastião de Castro e Caldas, mas que se esperasse pelo perdão régio e, caso este não fosse amplo o suficiente, se declarasse a república aos moldes da Holanda ou de Veneza. Southey ainda afirma a possiblidade de a influência republicana vir do longo período de convivência da nobreza com os holandeses, no século anterior.

Já Francisco Adolfo de Varnhagen, o grande historiador brasileiro do XIX, não vê no conflito uma questão nativista, mas a disputa pelo poder municipal. Para isso, além de explicar a condição de nobres e comerciantes – no caso, a decadência dos primeiros e a origem humilde dos segundos –, ainda trata da situação das cidades após a ocupação holandesa. Durante o relato da guerra – que descreve do início ao fim – Varnhagen diversas vezes acentua o fato de que, batendo-se hostilmente as duas camadas altas da sociedade, a plebe se tornara revoltosa e violenta, levando algumas regiões à completa anarquia, como ocorrido na vila de Goiana.[37]

Varnhagen escrevia rotineiramente na Revista do IHGB e ocupou no instituto altos cargos. Além disso, após a publicação de sua *História do Brasil*, efetuada entre 1854 e 1857, e devido à sua boa relação com o Imperador, passou a ser o mais importante historiador brasileiro, participando de polêmicas a respeito da identidade brasileira e publicando diversos livros. Muitos textos de sua autoria foram importantes no debate nacional do século XIX e sua *História do Brasil* foi a primeira obra escrita por um brasileiro – ainda que educado em Portugal – que buscava abarcar toda a história nacional até a Independência, o que o coloca,

---

[36] SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

[37] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madri: Imprensa da V. de Dominguez, 1854; e História Geral do Brasil, 2. ed., Ed. Laemmert, 1877. p. 126. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710#page/7/mode/1up>. Acesso em: 12 out. 2015.

ainda que sua análise da Guerra dos Mascates não traga informações novas, como uma das principais fontes que podem ter sido usadas por nossos romancistas.

Boa parte das fontes primárias a respeito da Guerra dos Mascates não estava à disposição de Alencar e Távora, a não ser por meio de fontes secundárias, como Varnhagen e Southey, que pesquisaram na Torre do Tombo, em Portugal. Ainda assim, já em meados do XIX, algumas crônicas coevas importantes sobre os eventos pernambucanos estavam publicadas ou pelo menos disponíveis no IHGB.

A mais importante delas, as *Memórias históricas da província de Pernambuco*, teve seus quatro volumes publicados no Recife entre 1844 e 1847. Além disso, o manuscrito que deu origem à primeira parte da crônica, "Guerra civil ou sedições de Pernambuco", foi publicado integralmente no tomo XVI da Revista do IHGB, em 1853. As *Memórias* foram escritas por Fernandes Gama a partir de manuscritos anônimos a que teve acesso por poucos dias e os quais apenas copiou, aparentemente sem inventar ou acrescentar nada, somente corrigindo alguns erros e arcaísmos. O primeiro manuscrito, que seria publicado na RIHGB, foi levado para Lisboa por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para servir como defesa dos pró-homens frente a El-Rei. Fortemente parcial à aristocracia pernambucana, a crônica encampa diversos dos argumentos da nobreza da terra a respeito de si (leal vassala e valorosa reconquistadora de Pernambuco) e dos comerciantes reinóis (que foram muito bem recebidos pela nobreza quando chegaram miseráveis a Pernambuco, mas que só tinham como fito destruí-la). Antes mesmo de abordar o período da Guerra, por exemplo, Gama apresenta deste modo a representação do governador Fernando Martin Mascarenhas (1703-1707) sobre a importância de transformar o Recife em vila:

> Este governador, fascinado pelo ouro dos mercadores (mascates) portugueses moradores no Recife (que era então povoação) expôs a El-Rei em uma representação, que mais conveniente era erigir o Recife em Vila...
>
> [...]
>
> Se porém os mercadores não conseguiram desta vez a ereção da Vila do Recife, obtiveram todavia permissão de votar nas eleições dos oficiais da Câmara de Olinda e Almotacés, introduzindo-se assim na governança do país homens forasteiros, somente porque os europeus não podiam tolerar que os naturais da terra, que benigna os hospedou e enriqueceu, os preferissem na governança![38]

Ao tratar do acirramento dos ânimos, Fernandes Gama culpa a tirania portuguesa, que "em vez de olhar para os pernambucanos como para seus dignos irmãos [...] tratavam este povo dócil e fiel como a uma horda, à qual, não sendo dado ter direitos, todavia cumpria sobrecarregar de deveres!". Pernambuco, que "devia somente a si mesmo sua existência

[38] GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. vol. 4. Recife: [s.n.], 1844. p. 45. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 9 out. 2015.

política e sua liberdade", era destino de diversos portugueses, "que todos os anos, nus e miseráveis",[39] chegavam à província e eram pelos seus naturais muito bem tratados, a ponto de declarar o cronista que "Era pois a Província de Pernambuco benigna mãe dos forasteiros; agasalhava-os e animava-os, sem que seus filhos murmurassem contra esses...".[40] O segundo manuscrito utilizado para compor as *Memórias históricas da Província de Pernambuco*, em péssimo estado, narrava toda a guerra, inclusive a primeira parte. Exceto sua reescrita por Fernandes Gama, não se sabe que houvesse sido publicado em algum outro momento no XIX, ainda que hoje conste do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Por fim, na Revista do IHGB ainda consta, ao final da crônica, manifesto jurídico sobre os delitos mascatais durante a guerra.

O manuscrito em que se baseia a primeira parte da obra de Gama também foi utilizado por Joaquim Dias Martins em seu *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, publicado no Recife em 1853. O livro de Martins traz diversas biografias de nobres sediciosos da Guerra dos Mascates e de revolucionários pernambucanos da Revolução de 1817. Apesar de não ser importante fonte para a Guerra dos Mascates, Joaquim Dias Martins teve acesso a crônicas coevas inacessíveis a Fernandes Gama e a outros historiadores. Porém, o autor nos interessa neste trabalho pelo fato de que Távora era grande conhecedor da história pernambucana e teve contato com revolucionários do início do XIX. Já Alencar cita o livro de Dias Martins em determinado momento de seu romance: "a crermos o autor dos *Mártires pernambucanos*"[41]. Tal livro provavelmente interessara a Alencar por figurar entre as biografias a de seu pai – José Martiniano de Alencar, que antes de ser presidente do Ceará fora preso nas duas revoluções pernambucanas por crime de lesa-majestade –, a de dois tios e de sua avó, Bárbara de Alencar, heroína da revolução de 1817.

Das fontes mascatais, a mais completa é a *Narração histórica das calamidades de Pernambuco*, do médico[42] português Manuel dos Santos, que passou a viver no Recife em 1707. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o intuito do autor ao escrever sua crônica era se opor a Rocha Pita e apresentar uma versão da guerra a favor dos mascates, que, para Manuel dos Santos, haviam sido negligentes em apresentar seu lado.[43] A crônica passou por três versões,

---

[39] Ibidem, p. 56.
[40] Ibidem, p. 57.
[41] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*: crônica dos tempos coloniais. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 306.
[42] Médico que, por sinal, foi o responsável por socorrer o governador Sebastião de Castro e Caldas após ser baleado. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 251.
[43] Ibidem, p. 447.

porém só em 1890 foi publicada, no tomo LIII da Revista do IHGB. É difícil saber se nossos romancistas tiveram acesso a tal documento, porém, é possível supor que sim, pois o documento já fazia parte do arquivo do IHGB desde 1847[44].

O padre Luís Correia é outra importante fonte coeva partidária do Recife. Ainda que atualmente não se tenha acesso à sua crônica, o inglês Robert Southey se baseou bastante nela para narrar os acontecimentos pernambucanos em sua *História do Brasil*. O título da crônica de Luís Correia era *Guerra civil ou sedições de Pernambuco. Exemplo memorável aos vindouros, 1710*, o mesmo da segunda parte dos manuscritos utilizados por Fernandes Gama. Porém, ainda que a crônica usada por Southey tenha desaparecido depois de sua morte, as informações que o inglês extrai do manuscrito confirmam não serem o mesmo documento.

Southey, a partir da crônica de Luís Correia, é o que melhor descreve a questão do movimento emancipacionista por parte da nobreza. Por mais parcial que seja o padre Luís Correia, outras fontes mascatais confirmam tal movimento, que será defendido por uma fonte (não coeva) parcial à nobreza, Joaquim Dias Martins. Entretanto, a descrição feita pelo autor de *Os mártires pernambucanos* é bastante similar à de Southey, o que leva a acreditar que tenha usado a mesma fonte que o historiador inglês: o padre Luís Correia.

Há ainda no arquivo do IHGB fonte coeva surpreendentemente imparcial. Ainda que bastante sucinta – apenas doze folhas –, a crônica interessa pela sua imparcialidade e por ter sido doada ao IHGB em 1863, bem antes, portanto, da publicação dos romances de Alencar e Távora. O manuscrito, anônimo, intitula-se *Notícia da expulsão do governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas* e parece ser escrito por algum navegante, dada a quantidade de referências marítimas em seu texto.[45]

As outras fontes coevas a que se tem acesso hoje foram em grande parte descobertas no final do XIX e especialmente durante o século XX. Algumas delas, pertencentes a arquivos portugueses, podem ter sido consultadas por Varnhagen e Southey, que fizeram pesquisas em Portugal para suas histórias gerais. Porém, se assim o fizeram, não deixaram anotações sobre tais fontes, o que nos leva a acreditar que, se elas tiveram importância para os autores, foram incorporadas em seus textos finais sem qualquer tipo de apontamento bibliográfico.

---

[44] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões:* o romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 170.
[45] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 449.

3 Alencar e a Guerra dos Mascates

Sobre a obra *Guerra dos Mascates*, Araripe Jr., comumente elogioso a Alencar, sentenciou: "José de Alencar, sem querer talvez, transformou este romance num panfleto político"[46]. Tal percepção é muito próxima da do crítico José Veríssimo, que em sua *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)* ressaltava que Alencar

> voltando ao romance histórico, de que dera em *Minas de prata* o nosso mais perfeito exemplar, descai na sátira propositada e, o que é pior, feita sem talento nem finura. A *Guerra dos mascates* (1871), onde, com o imperador, quase sem disfarce encarnado no governador de Pernambuco, figuram alguns magnates da política grossamente caracterizados e outros contemporâneos de algum destaque, *é antes um panfleto* que um romance histórico.[47] (grifo nosso)

Menos ferino em sua crítica, Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*, tece curto comentário sobre a obra: "A G*uerra dos mascates* (1870)[48] é um romance histórico cheio de alusões à política do Império, muito mais cuidado documentariamente, muito mais 'arranjado' como composição que *As minas de prata*; mas não tem a sua inspiração e vigor narrativo"[49].

Os três críticos reconhecem o caráter de *roman à clef*[50] de *Guerra dos Mascates*, o que será ponto pacífico entre os analistas do romance.[51] Antonio Candido, entretanto, não chega a questionar seu caráter de "romance histórico", ressaltando inclusive o cuidado documental de Alencar, ao passo que Veríssimo e Araripe Jr. o contestam, destacando o caráter panfletário da obra. Ainda que, ao chamar o romance de "panfleto", os dois intelectuais estejam criticando os excessos de Alencar ao se focar muito na política e pouco na literatura – ou seja, ter criado um romance engajado demais em denunciar o meio político do século XIX e menos em romancear um capítulo da história nacional –, tal crítica acaba por colocar em suspenso o

---

[46] ARARIPE JÚNIOR, T. A. *José de Alencar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fauchon e cia., 1894. p. 155.
[47] VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 270-1.
[48] 1870 é a data que consta no prefácio ao 1º volume do romance. Sua publicação data de 1871, enquanto o 2º volume seria publicado entre 1873-4.
[49] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p. 537.
[50] "Expressão francesa para designar romance ou novela com uma chave, ou seja, em que personagens e acontecimentos reais aparecem sob nomes fictícios". In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 399.
[51] Afrânio Coutinho e Capistrano de Abreu, por exemplo, se ocuparam em elucidar quais figuras públicas do século XIX eram representadas no romance.

gênero da obra. Especialmente na crítica de Veríssimo, que destaca o fato de *Guerra dos Mascates* ser "antes um panfleto que um romance histórico"[52].

Mesmo sendo um *roman à clef* tão explícito a ponto de alguns leitores denunciarem seu caráter panfletário, ainda é possível sustentar ser *Guerra dos Mascates* um romance histórico. As análises de Araripe Jr. e Veríssimo, inclusive por sua brevidade, parecem mais buscar criticar o romance que lhe negar o gênero; assim, quanto mais a obra parecer um *roman à clef* que satiriza o Império, menos seria um romance histórico a respeito da Guerra dos Mascates. Essa relação negativa entre a ironia "em chave" e a historicidade do romance que Araripe Jr. e Veríssimo apontam, entretanto, não nos parece chegar a negar o caráter de romance histórico da obra, apenas a faz ruim, pois acaba não atingindo com qualidade o que se espera de um romance histórico. Concordando-se ou não com os críticos, há em sua ressalva questão importante: ainda que a obra se mantenha romance histórico, a sátira alencariana a seus contemporâneos e o modo como, para manter o tom satírico, retrata as Alterações Pernambucanas do início do XVIII acabam diminuindo o tom histórico do romance em prol da ironia.

Não se trata de declarar que o escritor cearense, ao escrever *Guerra dos Mascates*, usa o material apenas como pretexto para tratar do presente; esse talvez seja o erro de Veríssimo, Araripe Jr. e quantos mais gastaram páginas e páginas para declarar o caráter político do romance e suas "chaves" para a vida pública imperial. Fosse *Guerra dos Mascates* apenas um *roman à clef*, Alencar poderia utilizar-se de personagens históricos, como também poderia usar a história de outro país, fictício ou não, assim como animais ou o que mais sua imaginação conseguisse unir às figuras de D. Pedro II, Visconde do Rio Branco etc. O caráter histórico do romance cumpre com o intento de rebaixar toda a estrutura política brasileira, bem como, portanto, a própria nação. Ao tratar de forma irônica um evento colonial, ainda por cima refletindo, em seus personagens, políticos do Império, Alencar resume toda a história brasileira em uma comédia, explorando "diferentes formas de elaborar o grotesco para anunciar que a falência do país resulta da carência de projetos, da abundância de interesses e da ausência de autoridades sábias"[53].

Guerra dos Mascates não deixa de ser romance histórico por sua referência à sociedade contemporânea ao autor, pois "Se os tempos volvem como as vistas de uma marmota, e as figurinhas cá do presépio da terra entram para saírem, com os mesmos

---

[52] VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*, op. cit.
[53] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 231.

engonços e geringonças, embora metidas em trajos diferentes, disso não tem culpa o cronista”[54].

O próprio Alencar, em sua cautela “contra enredeiros e maldizentes”[55], já tirava da sua responsabilidade a proximidade entre tempos coloniais e imperiais: independentemente de querer ou não o escritor fazer paralelos entre personagens do passado e do presente, a responsabilidade de tal paralelo se sustentar não é do autor, mas da história nacional, ou, em suas palavras: do “mundo, que é o titereiro-mor de tais bonecos”[56].

O Brasil imperial está em *Guerra dos Mascates*, mas não é isso que define o romance, tampouco é isso que o limita. Já no prólogo, Alencar mostra a dupla utilização que fará durante todo o romance da relação entre passado e presente, entre a história do que houve e do que há. Assim como ocorrera em *O guarani* – e antes dele em longa tradição romanesca, desde o *Quixote*[57] –, Alencar lançará mão da “papelada velha, descoberta de modo bem estúrdio”[58]; tal manuscrito inédito, que narrava importante capítulo da história colonial, terá dupla função: primeiro, servirá para afiançar caráter histórico fidedigno para o que será narrado; segundo, a partir de toda a história, repleta de idas e vindas pelos meandros menos nobres da política imperial, que envolve o achado do manuscrito, Alencar tecerá a crítica aos homens e instituições de seu tempo.

Essa relação entre contar o que houve e criticar o que há seguirá pelo romance inteiro. Para isso, Alencar aproxima personagens históricos da Guerra dos Mascates a políticos do Império e, além disso, ridiculariza as Alterações Pernambucanas para, com isso, diminuir toda a história nacional a partir da ideia de decadência; não importa o que o país pudesse ter sido, porque de fato não o foi, e a sociedade em torno de Alencar prova isso. Como lembra Valeria De Marco: “Tudo minguou e nada mais resta como semente para um eventual movimento de construção. A desilusão puxa seu olhar [o de Alencar] até o chão e o tom desce à prosa satírica”[59]. A generalidade da ironia poupa apenas o sábio Carlos de Eneia, provável representação do próprio José de Alencar.[60] Esse personagem inventado por Alencar, entretanto, não participa da trama ou das Alterações Pernambucanas, mantendo-se afastado e restringindo-se a aconselhar vez ou outra o mascate Vital Rebelo. Sábio e imparcial, Carlos de

---

[54] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 36.
[55] Ibidem, p. 29.
[56] Ibidem, p. 36.
[57] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 161.
[58] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 29.
[59] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 231.
[60] Como lembraram vários críticos, Carlos de Eneia é um anagrama de José de Alencar, levando em conta que, em latim, o “i” representava o “j”.

Eneia seria apenas observador da história nacional, não participante. A todos os outros personagens, históricos ou não, estava apontado o sarcasmo do autor.

Ainda que entendamos o fato de *Guerra dos Mascates* ser estruturada como uma sátira da história nacional, é necessário compreender o sentido de tal romance dentro da obra alencariana e, além disso, deve-se indagar por que o autor de um romance histórico de fundação, como *O guarani*, escreveu, mais ou menos quinze anos depois, uma obra aos moldes de *Guerra dos Mascates*.

*

O romance *Guerra dos Mascates* foi publicado em dois volumes, o primeiro em 1873 e o segundo um ano depois. Porém, o primeiro volume já estava escrito desde 1870, data que consta em sua "Advertência". Esse descompasso entre escrita e publicação é justificado pelo próprio Alencar, que em nota ao primeiro volume explica:

> Sai tardio e já fora de sazão este primeiro volume de uma obra que podia bem estar a esta hora no rol dos alcaides de livraria.
>
> Tendo entrado nos prelos em 1871, como se vê no frontispício, só agora [em] 1873 vem a lume, e ainda assim desacompanhado do outro tomo, que lhe serve de parelha.[61]

Nesse início da década de 1870, Alencar publicou diversos livros, se envolveu em polêmicas literárias e passou a fazer oposição a seu próprio partido (Conservador) na Câmara dos Deputados ao posicionar-se contra a Lei Rio Branco, que posteriormente seria conhecida como a Lei do Ventre Livre.

O início da década de 1870 foi extremamente amargo para Alencar. Depois de ser escolhido como Ministro da Justiça no gabinete conservador de 1868, o escritor – que enquanto se manteve no cargo não publicou qualquer livro ficcional – acalentou a possibilidade de se tornar senador, o que, além de alçá-lo ao cargo que o pai ocupara por tanto tempo, dobraria seus honorários. Porém, ao tecer tais planos, Alencar não levou em conta – pelo menos não o suficiente – que sua relação agastada com o Imperador e principalmente as restrições de D. Pedro II quanto a candidaturas de seus ministros seriam um percalço. Desde que surgira publicamente, na polêmica das cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*, o autor cearense posicionou-se no espectro oposto ao do Imperador, que não só tinha grande consideração por Gonçalves de Magalhães como, ao ouvir a leitura do poema épico, tomara-o sob sua proteção e o publicara algum tempo depois. Além disso, após as cartas de Alencar na imprensa sob o pseudônimo de IG, o Imperador não só conclamou os mais conhecidos

[61] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 146.

intelectuais da época para a defesa do poema como publicou ele mesmo, também sob pseudônimo, cartas na imprensa. Ainda que Alencar tenha mantido seu anonimato na discussão, mais tarde incluiria as cartas em outra publicação e assumiria a autoria.

A polêmica sobre o poema *Confederação dos Tamoios* data de meados da década de 1850, muito longe, portanto, do período em que José de Alencar se tornou ministro; no entanto, o entusiasmo de D. Pedro II com o poema não diminuiu, a ponto de o Imperador ler trechos da obra para o ministro da França em 1869.[62] Além disso, o próprio período como ministro da Justiça foi de constante atrito entre D. Pedro II e Alencar, que não aguentava as constantes intromissões do monarca em negócios importantes ou mesquinhos, bem como suas obrigações semanais com o Imperador, com quem gastava dois dias por semana a discutir frivolidades por obrigação do cargo[63]. Quando o escritor comparecera no Paço para anunciar seu plano de disputar a eleição para o Senado a D. Pedro II, este se mostrou reticente quanto à candidatura; o Imperador não era favorável a que membros da administração concorressem ao Senado, pois tal candidatura poderia lançar sobre as eleições a desconfiança de fraude por parte da opinião pública. O próprio Alencar fora avisado disso pelo Imperador e sabia da posição de D. Pedro II sobre o assunto, como mostra trecho de carta do escritor ao Visconde de Itaboraí, pedindo afastamento do Ministério: "A persistência de Sua Majestade neste ponto revela um sentimento de desconfiança gerado por minha presença no Ministério. Entende a Coroa que a minha candidatura pode influir sobre a pureza da eleição do Ceará"[64].

Mesmo ciente do que pensava D. Pedro II sobre o assunto, Alencar não voltou atrás em seus planos, confiante no fato de que seu pedido de afastamento posteriormente à eleição seria o suficiente para arrefecer as preocupações imperiais. No dia 12 de dezembro de 1869, Alencar venceria as eleições cearenses para o Senado (que seria sucedida por seu pedido de afastamento do cargo de ministro da Justiça); no dia 27 de abril de 1870, o escritor via o Imperador negar sua candidatura sob o argumento de ser o escritor muito jovem.

Se o político sofria, o escritor se regozijava: o início da década de 1870 traria para o escritor José de Alencar grande alegria com a adaptação de seu *O guarani* para ópera, que

---

[62] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 72.

[63] "Insurge [José de Alencar] desde logo contra os artifícios da Corte, principalmente contra o aparato dos despachos imperiais. É obrigado a galopar, duas vezes por semana, empertigado num fardão, sobraçando grossa pasta, para despachar em São Cristóvão com o Imperador. Em vez de aproveitarem o tempo no estudo de assuntos importantes, consomem cinco a seis horas do dia em futilidades, em fabricarem oficiais da Guarda Nacional, na discussão de questões insignificantes. Isso o constrange. Às vezes, o irrita." In: MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar, literato e político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 232.

[64] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. op. cit., p. 225.

faria grande sucesso no Rio de Janeiro, além de um editor, "o Senhor B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me [a Alencar] um contrato vantajoso em meados de 1870"[65]. Os dois alencares, entretanto, o político e o escritor, sofreriam as consequências da oposição ferrenha que o deputado faria ao gabinete Rio Branco, ao Imperador e principalmente à Lei do Ventre Livre.

A luta emancipacionista já tinha grande estatura no Brasil em 1870, ainda que não fosse tão disseminada e veemente como seria o abolicionismo na década de 1880. As populações urbanas baixas, que nada lucravam com a rentabilidade das oligarquias rurais, cafeeiras ou açucareiras, se constituíram como grandes opositoras à manutenção da escravidão, o que tornava a vida de homem público de Alencar mais difícil, visto que morava no maior ajuntamento urbano do Brasil. Na esfera política, ainda que as províncias produtoras de café – especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – fossem estridentemente contrárias a qualquer mudança na questão do "elemento servil"[66], o Poder Moderador, o gabinete Rio Branco e a maioria da Câmara eram favoráveis à aprovação da lei que dava liberdade aos filhos de escravos.

Durante a longa discussão legislativa, Alencar se oporia à lei por considerá-la uma intromissão indevida do poder pessoal do Imperador, apoiada por alguns asseclas, que não levavam em conta quanto isso colocaria em risco a estabilidade do país. Em alguns discursos, o deputado cearense chegaria mesmo a anunciar o perigo de uma guerra civil[67], o que era completamente contraditório com sua defesa de que a escravidão deveria – e segundo ele iria – acabar pelas mãos da iniciativa privada. Para Alencar, tanto os conservadores quanto o Imperador – este influenciado pela visão estrangeira sobre o Brasil – se opunham o desenvolvimento contínuo e sereno do país e, com a tentativa de instauração da lei, acabariam jogando o país em um estado de erupção que o levaria a uma ditadura exercida, provavelmente, pelo Poder Moderador. As reclamações de Alencar nos seus tempos de ministro sobre o intervencionismo do Imperador ressurgiam agora para realçar como um capricho de D. Pedro II – sua imagem no exterior – levaria o país ao caos.

Sendo conhecido nacionalmente, Alencar se tornou alvo fácil para os que estavam do outro lado da contenda. Foi nesse contexto que surgiu, em 1871, o jornal *Questões do dia*, publicado pelo português José Feliciano de Castilho. Em suas páginas, diversos autores – incluindo o editor – escreveram com pseudônimos a respeito do político José de Alencar.

---

[65] ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Ponte, 1990. p. 70.
[66] CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 114.
[67] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*, op. cit., p. 279.

As críticas, entretanto, não se restringiram à atuação política do cearense, chegando à sua obra literária, especialmente depois que outro cearense, Franklin Távora, passou a enviar do Recife suas missivas sob o pseudônimo de Semprônio. Mais à frente discutiremos a polêmica das *Cartas a Cincinato*, mas cumpre lembrar aqui a amplitude de suas críticas e o fato de terem causado impressão em Alencar, que mais de uma vez acusou no plenário as penas de aluguel do Imperador ou do gabinete Rio Branco, além de se referir ao próprio José Feliciano de Castilho como "gralha imunda".

É em meio à desilusão política e a uma contenda de que sairia derrotado e fustigado por boa parte da opinião pública que José de Alencar escreve *Guerra dos Mascates*. No enredo do *roman à clef*, estão D. Pedro II, encarnado no inglório governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas; o Visconde de Rio Branco, na pele do secretário Barbosa de Lima; além de outros políticos imperiais, que surgem no romance sempre através da pena satírica que não perdoa ninguém. Porém, mais do que as referências diretas a figuras públicas do Império, as desilusões políticas levam Alencar a retratar de modo satírico a própria história nacional, que ele tanto se esmerara em mitificar n'*O guarani*.

Guerra dos Mascates é um romance atípico na obra alencariana – talvez provindo da pena da desilusão –, ainda que, no uso cômico da história, *O garatuja* seja bastante parecido com ele, fora da estrutura que o próprio autor tecera para sua obra no prefácio ao romance *Sonhos d'ouro* (1872), escrito como uma espécie de resposta às críticas feitas por Franklin Távora e por Feliciano de Castilho. Nesse prefácio, intitulado "Bênção paterna", Alencar explica ser sua obra – e a literatura nacional – dividida em quatro tendências temáticas: a primeira, primitiva, é representada por *Iracema*; a segunda, colonial, é representada por *O guarani* e *As minas de prata*; a terceira, posterior à Independência, mas ainda fortemente arraigada à cultura agrário-patriarcal brasileira, é representada por *Tronco do Ipê*, *Til* e *O gaúcho*. Uma quarta tendência é a formada pela "luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira"[68], de que são expoentes *Lucíola*, *Diva* e *A pata da gazela*. Esses três últimos romances têm em comum serem ambientados no meio urbano, de que também farão parte *Senhora*, *Cinco minutos*, entre outros (incluindo o próprio *Sonhos d'ouro*).

Guerra dos Mascates, que se incluiria entre os romances históricos do período colonial, sendo o mais avançado cronologicamente, em que o elemento alienígena, o português, não mais luta contra o autóctone, o indígena, mas com o próprio desenvolvimento colonial, não se encaixa exatamente nos moldes indicados por Alencar.

[68] ALENCAR, José de. "Bênção paterna". In: *Sonhos d'ouro*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. p. 11.

Primeiramente, o romance é urbano, passado entre duas cidades, Olinda e Recife, sendo a segunda delas bastante desenvolvida no início do XVIII[69]. Ainda que a Guerra dos Mascates tenha se alastrado por grandes extensões de terra dentro e fora de Pernambuco, inclusive pelas vilas interioranas e engenhos, a obra alencariana não foge ao eixo Recife-Olinda. Além disso, o romance, apesar de cronologicamente colonial, não apresenta a relação entre o português e o indígena como motor da fundação da identidade brasileira. Não há índios em *Guerra dos Mascates*, ainda que houvesse no evento histórico que posteriormente receberia esse nome. Os indígenas, conduzidos por D. Sebastião Pinheiro Camarão, lutaram ao lado dos mascates nas Alterações de Pernambuco e foram importantes para que os recifenses equilibrassem suas forças às dos nobres. Tais indígenas eram comandados justamente pelo neto de um dos heróis da expulsão dos holandeses, D. Antônio Filipe Camarão, que Alencar admirava e sobre quem escrevera em 1849 para o jornal *Ensaios literários* texto intitulado "Traços biográficos – sobre a vida de D. Antônio Filipe Camarão"[70], além de inseri-lo, com seu nome indígena – Poti –, em *Iracema*. *Guerra dos Mascates*, entretanto, não era romance de fundação em que se cantava a bravura indígena, mas comédia[71] em que os personagens reduzidos a desfibrados e interesseiros apequenavam a própria história nacional.

Os mais de 20 anos que separam o Alencar estudante de Direito na província de São Paulo do desiludido e rancoroso deputado da Corte, preterido do Senado e fustigado por órgãos de imprensa, fizeram com que o escritor deixasse de lado o tom construtivo de um romance histórico como *O guarani* em prol da destruição satírica levada a cabo em *Guerra dos Mascates*. Amargurado, Alencar construiu seu romance aos moldes da frase escrita por ele mesmo em panfleto político intitulado "A festa macarrônica" e publicado em 1870. Em determinado momento do panfleto, o escritor afirma o que pronunciara em discurso na Câmara: "o passado está cheio de erros; o futuro prenhe de calamidades"[72]. A frase versava sobre o Império, mas servia para descrever o tom do romance histórico, que versava sobre o Brasil colonial, mas servia para descrever o Império.

---

[69] Olinda, por outro lado, antes da ocupação holandesa e de sua destruição, era a segunda maior cidade da América portuguesa.
[70] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*, op. cit., p. 35.
[71] O próprio Alencar chama de comédia seu livro, nos prólogos ao primeiro volume e ao segundo volume. In: ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 36, 151.
[72] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*, op. cit., p. 250.

3.1 O romance histórico *Guerra dos Mascates*

A relação entre literatura e história remonta à Antiguidade e perpassa diversos gêneros literários. Já a epopeia recontava os eventos históricos no período clássico, mas a própria incipiência da história tornava a relação menos intrincada do que seria posteriormente, quando a epopeia é substituída pelo romance.[73] Este encontra ao seu redor um mundo em que a História é ciência em pleno desenvolvimento[74], inclusive financiado pelos Estados, interessados em constituírem-se como nação una e indivisível a partir de uma gênese.[75]

Em diversos lugares do mundo, o que antes eram regiões diferentes, com línguas e administrações distintas, foram inseridos todos sob um mesmo teto chamado "nação". Assim, a França existia desde os francos, seu território era determinado, sua língua e cultura idem – ainda que nada disso fosse determinado antes simplesmente por não existir uma França. Essa obsessão pela história nacional – e, portanto, pela gênese da nação – ocupava tanto Estados já desenvolvidos e unificados, a exemplo da Inglaterra, como regiões pulverizadas por diversos governos diferentes, mas que tinham em comum uma história, um passado ou um interesse que as ligasse, caso da Itália. Este era também o caso da região da Prússia, onde os conflitos e a necessidade de superposição de uma cultura sobre as outras foram comuns. Porém, mesmo quando já havia uma prévia organização em torno de um líder, um rei, a passagem dessa organização em torno de uma figura materializada de que emanava um poder abstrato para uma instituição abstrata, o Estado, de que emanava um poder real – as instituições como o exército, as fronteiras, o parlamento etc. – foi comumente coercitiva.

Agora que a união dos sujeitos não se dava mais por meio da sacralidade do corpo real – que era, mais que algo físico, a totalidade do território e do que nele havia –, mas da ampla aceitação (Benedict Anderson dirá imaginação[76]) de algo abstrato maior, que não pode ser visto ou materializado em sua totalidade, havia a necessidade de ressaltar constantemente a existência dessa abstração: não mais Deus, mas a pátria. Uma das armas para essa reiteração da existência material da ideia de Estado-nação era provar sua ancestralidade, e essa foi a ocupação de grande parte da historiografia no XIX.

---

[73] LUKÁCS, György. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2000.
[74] Ainda que mais de seus métodos que de sua epistemologia, como nos lembra Hobsbawm. Cf. HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 200.
[75] Cf. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[76] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, op. cit.

A História tornava-se assim ciência de importância central para o Estado, ao lado da geografia – às vezes até andando juntas. Porém, as duas ciências tinham suas dificuldades e seu discurso próprio e cansativo, que podia interessar a estudiosos e membros das administrações nacionais, mas dificilmente chamaria a atenção de um público vasto. No século em que boa parte da Europa já era plenamente capitalista e com grandes massas populacionais urbanas, era importante que esses discursos pudessem ser mais difundidos, tanto para reafirmar identidades nacionais quanto para criá-las.

A geografia, tão importante para assuntos domésticos e externos das nações, se difundiria através da voga dos relatos de viagens a países vistos pelos europeus como exóticos ou completamente desconhecidos do grande público. Esses livros, que reuniam literatura, história, geografia, botânica, antropologia etc., se tornaram cada vez mais comuns na Europa, a ponto de virarem febre no mercado editorial de países como Inglaterra e França. Enquanto no século XVIII aldeias do interior da França demoraram semanas para saber do que ocorria em Paris em 1789, no século XIX o desenvolvimento da imprensa e de várias tecnologias – como o telégrafo – aproximava as regiões dentro da própria nação e até fora dela.[77] A aproximação interna, sob a regência do Estado, servia à construção desse "nós" imaginado por sujeitos que jamais se conheceriam na vida, mas que se viam como membros iguais de algo maior.[78] Sobre todos eles, havia o teto da nação em comum, com o mesmo objetivo comum, a mesma cultura, instituições e língua[79].

Todas essas particularidades nacionais vinham de uma história que interessava e deveria ser conhecida pelos membros desse corpo nacional. Essa história era comumente voltada a louvar a nação e não se restringiu ao campo historiográfico: filha da cultura e da língua, a literatura tomaria para si a preocupação com a gênese não só da nação, mas do mundo ao redor dos autores. O gênero por excelência para isso fora gestado pelo romance social inglês do XVIII e teria em Walter Scott seu principal realizador: surgia o romance histórico, muito mais capaz de difundir a história nacional que a historiografia do XIX.

Walter Scott foi o formador do que se entendeu durante o século XIX como romance histórico. Logo em suas primeiras obras, o autor escocês se tornou amplamente lido no Reino Unido e traduzido para diversos países. Chegaria ao Brasil pouco tempo depois, ainda em inglês, e antes de meados do XIX já circularia pelo território nacional nas traduções vindas de

---

[77] Hobsbawm chega a declarar que "Do ponto de vista jornalístico, a Idade Média terminou em 1860". Cf. HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 15. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011. p. 104.
[78] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*, op. cit.
[79] Ainda que diversos países tivessem mais de um idioma em seu território, a insistência em uma unidade linguística – que aliás servia como termo de diferenciação ao estrangeiro – era comum no nacionalismo do XIX.

Portugal.[80] No Brasil e na Europa, Walter Scott seria um dos mais famosos escritores do XIX e o principal autor de romances históricos à época.

Em alguns de seus textos, Alencar cita a leitura de obras de Scott, assim como de seu grande continuador na América[81], Fenimore Cooper. O autor cearense conta ter se impressionado tanto com a leitura dos romances marítimos de Scott e Cooper que sua primeira obra fora um romance nesses moldes, intitulado *Os contrabandistas*, que infelizmente se perdeu.[82] Ainda que essas obras marítimas não constituam o principal da obra de nenhum dos dois autores, Alencar com certeza leu um bom montante da produção de cada um deles e se apropriou daquilo que lhe interessou nos dois autores. A intensidade dessa apropriação, entretanto, é difícil de aventar, visto que o próprio Alencar negará a inspiração de Cooper sobre seu romance *O guarani*, como sugeriam alguns críticos.

A relação entre Cooper e Alencar (de influência do primeiro sobre o segundo, claro, pois não consta que o autor norte-americano tenha lido o brasileiro) se deve mais a duas questões: primeiramente, ao fato de ambos narrarem romances históricos ambientados na natureza americana, em cenários monumentais e ainda virginais, além de desconhecidos para boa parte de seu público; além disso, a estrutura do romance histórico dos dois remete a Scott, ainda que entre todos eles haja especificidades importantes.

Uma das semelhanças é o uso do método legado por Scott a que Antonio Candido chamou "técnica bifocal"[83], que consiste em criar protagonistas ficcionais e manter os personagens de extração histórica como secundários. Essa técnica permite ao autor maior liberdade para criar sua história e moldar seu herói, ao mesmo tempo que mantém a veracidade histórica ao respeitar o que a historiografia narra sobre os personagens que de fato existiram. Além disso, a técnica permite ao autor criar um personagem capaz de simbolizar o espírito da época retratada, um "herói mediano"[84] que nada tem de especial além do fato de representar o sujeito comum do período histórico abordado, trazendo em sua mediocridade a

---

[80] "Os romances de Scott, as diferentes interpretações e traduções de seus romances assim como a discussão generalizada entre autores, críticos e periódicos especializados atravessaram igualmente o Atlântico e chegaram ao Rio de Janeiro sob a forma de óperas, de livros e também de referências e artigos. Suas primeiras aparições em terras brasileiras estão registradas nos anúncios de periódicos como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro* que já na década de 1820 informavam seus leitores sobre a chegada de Scott às poucas livrarias disponíveis na cidade. Em maio de 1824, uma loja na Rua Direita já oferecia as *Obras Completas* de Walter Scott, àquela altura cerca de 19 títulos (com 2 ou 3 volumes cada um, teríamos, presumivelmente, os 52 a que se refere o anúncio)." In: VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira Margem*: Literatura e História, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 20, jan. 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero18/Terceira_Margem_18.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

[81] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 85.

[82] ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*, op. cit., p. 52.

[83] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 619.

[84] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 153.

síntese da luta que o romancista narra. Esse herói mediano, que Lukács discute em seu *O romance histórico*, diferentemente do herói nacional da épica, não se destaca pelo "ápice sinóptico"[85] de um Aquiles, mas pela valentia do sujeito comum. Esse homem comum ganha força justamente por não estar muito acima dos outros no que tange à força – Aquiles – ou inteligência – Odisseu. Nesse "mundo abandonado por deus"[86], em que a epopeia deu lugar ao romance, não há a possibilidade do heroísmo pleno dos aqueus, porém, o herói mediano, justamente por não estar acima dos outros, surge como ainda mais corajoso. O herói mediano de Scott, fruto de um mundo cindido, se divide ele também entre os dois lados da contenda e acaba sensibilizando o leitor, que poderia manter-se impassível frente a uma luta entre dois polos opostos tão apaixonados por suas parcialidades que não se preocupam em entender os rivais. O herói scottiano conhece e entende os dois lados, mas, mesmo com suas constantes dúvidas, escolhe um deles: suas reflexões, cindidas ao buscar entender o que acontece à sua volta, humanizam o evento, aproximando assim o leitor.[87]

A técnica bifocal e o herói mediano de Scott servem tanto à composição estrutural do romance quanto à veracidade histórica deste. Para o romance, a técnica bifocal significa mais liberdade de criar um enredo aos moldes que desejar o escritor; para a história, serve para manter esse enredo dentro de uma lógica de veracidade externa ao romance: o escritor cria coisas que não aconteceram, mas não deturpa aquelas que existiram. Já o herói mediano exerce sobre o leitor o fascínio do sujeito cindido e atormentado frente a um mundo que já não é pleno ou homogêneo, além de manter a verossimilhança externa com o que se espera de um sujeito realmente existente nesse mundo desmitificado.

Como Scott e Cooper, Alencar também retrata, em alguns de seus romances, momentos de forte tensão social, os quais geram uma luta que mudará a forma da sociedade de determinada região. Em *O guarani*, por exemplo, rapidamente se poderia citar a luta entre colonizadores e povos americanos. Há no romance, entretanto, matizes nessas generalizações: ainda que a batalha entre o solar de D. Antônio de Mariz (castelo português entranhado na mata americana ainda a se desbravar) e os aimorés represente o confronto historicamente real entre as forças alienígenas e autóctones em solo americano, no romance, a batalha não é causada por uma disputa de terras, mas por uma vingança dos aimorés contra o solar, que será inclusive defendido por um indígena recentemente incorporado à vida da comunidade: Peri. Além disso, há ainda entre os colonizadores aqueles que se voltam contra D. Antônio de

---

[85] Ibidem, p. 53.
[86] LUKÁCS, György. *A teoria do romance*, op. cit., p. 89.
[87] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 53.

Mariz, como Loredano. O confronto se dá por percalços da convivência que poderiam ser evitados e termina com uma explosão que expurga todo o mal e faz renascer no romance o que morrera na história: a união entre colonizador – Ceci – e indígena – Peri.

Há ainda outro conflito n'*O guarani*, menos perceptível, que se engendra por todo o enredo: o confronto entre uma relação hierárquica de respeito que remonta à Idade Média e uma tensão social baseada na cobiça econômica de Loredano. Esse personagem é responsável pela quebra da estabilidade do microcosmo social representado pelo solar, com seu nobre português, D. Antônio de Mariz, e os vassalos que vivem nos armazéns ou na cabana de sapé. À moral ainda marcadamente medieval Loredano acrescentará os desvios do mundo coevo ao autor, mas que já surgiam nesse episódio colonial. A cobiça de Loredano fizera-o traiçoeiro, enquanto seu amor luxurioso por Ceci – bem diferente do amor que sentiam por ela Peri ou Álvaro – o fará conspirar contra o soberano do solar.[88]

Nesse romance de fundação alencariano, a história é pano de fundo. Há personagens reais, como o próprio D. Antônio de Mariz; há eventos históricos, como a União Ibérica imposta pelos espanhóis aos portugueses, mas o autor cria quase tudo o que se manifesta no romance. O próprio intento da obra é mudar a história, ir "à origem e propor outro caminho"[89]. Para que essa intenção se consume, é necessário que o romance convença o leitor de sua mínima factibilidade. Há momentos em que o autor descamba completamente para o mito, como o final, mas o tom geral de verossimilhança externa que a obra emprega torna possíveis esses trechos sem caracterizar toda a obra como irreal: o romance de fundação só se faz possível justamente porque em seu fundo há o elemento histórico. Como explicita Valeria De Marco, "Narrando um passado tão heroico que caminha para o mito, ele [Alencar] quer cicatrizar as fendas abertas pelos conflitos e quer, como a palmeira deslizando, inaugurar o horizonte histórico"[90].

O próprio Alencar explicitou seu método de composição de dramas históricos – que pode ser expandido para o romance histórico – em seu debate com Nabuco nas páginas do jornal *O Globo*, após o fracasso de público d'*O jesuíta*. Na discussão, Alencar afirma:

> O domínio da arte na história é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação surge por uma admirável intuição, por uma como exumação de pretérito, a imagem da sociedade extinta. Só aí é que a arte pode criar; e que o poeta tem direito de inventar; mas o fato autêntico, não se altera sem mentir à história.[91]

---

[88] BOSI, Alfredo. "Imagens do romantismo no Brasil". In: GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
[89] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 90.
[90] Ibidem, p. 91.
[91] ALENCAR, José de. "O teatro brasileiro: a respeito de *O jesuíta*". In: COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 29.

A técnica alencariana, assim como a de Scott, pretende manter a veracidade histórica intacta na obra literária, mas sem que se perca a liberdade ficcional. A ideia alencariana de ficcionalizar nas penumbras deixadas pela historiografia, entretanto, acabará levando mais a fundo o domínio da ficção que no romance scottiano. Scott cria personagens principais fictícios que participarão de eventos transcorridos em regiões conhecidas dos seus primeiros leitores, em função tanto da farta historiografia quanto da proximidade temporal dos eventos que narra. Além disso, mesmo que com o sucesso internacional cada vez mais leitores diversos e distantes da história escocesa leiam Scott, o cerne de suas narrativas é conhecido de todos: além dos valores e virtudes que se encontram presentes nos romances e que os leitores admiram, a própria luta entre sociedades arcaicas e os novos tempos capitalistas é conhecida pelos que leem Scott.

Já Alencar ficcionalizará as penumbras de uma historiografia que em boa parte é coberta pelos espaços obscuros. O escasso conhecimento a respeito dos primeiros séculos de história da América portuguesa favorecerá a imaginação do autor, que era mais "sóbrio" em suas descrições ao escrever romances históricos que abordassem períodos mais atuais da história nacional[92]. Conhecendo pouco do que ocorrera de fato na Colônia, era possível ao escritor ficcionalizar sem maiores problemas a partir dos parcos documentos dos cronistas coloniais, que tampouco serviriam para que os leitores questionassem o que liam no romance. A historiografia brasileira só teria impulso importante em meados do XIX; antes disso, estava quase completamente restrita às fontes coevas, o que favorecia o intento alencariano de manter a ficção nos espaços dados pelo silêncio da historiografia.

Essa técnica se mantém em *Guerra dos Mascates*, mas serve na obra à aproximação entre a política do Brasil imperial na segunda metade do XIX e as lutas pernambucanas do início do XVIII.

Diversos críticos já apontaram os erros históricos de Alencar em *Guerra dos Mascates*. Alguns deles, como o equívoco sobre o parentesco entre o rei de Portugal D. Pedro II e a rainha da Inglaterra, Catarina de Bragança[93], parecem simples deslizes; outros parecem

---

[92] "Quanto à parte histórica, o autor foi mais sóbrio do que desejava, e quiçá do que esperava o leitor; limitou-se a atravessar de relance o prólogo da revolução rio-grandense. A isso o obrigaram seus escrúpulos; trinta e cinco anos, menos de meio século, não bastam para arquivar fatos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e da família. Nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sair do mundo entram logo na posteridade. Muitos há cuja memória sofre uma espécie de incubação antes de pertencerem à história." ALENCAR, José de. *O gaúcho*: romance brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 401. Ainda em texto sobre a obra *O jesuíta*, Alencar afirma a impossibilidade de narrar a Independência, que, "por sua data recente, escapa à musa épica". ALENCAR, José de. *Dramas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 199.

[93] Alencar afirma que a rainha era filha de D. Pedro, quando era na verdade sua irmã.

propositais, como narrar a ereção do Recife em vila posteriormente ao atentado contra o governador Sebastião de Castro e Caldas. A confusão de datas nesse caso serviria para criar uma relação causal entre o atentado a Castro e Caldas e a celeridade na construção – já outorgada por ordem régia – do pelourinho. Caso tenha sido proposital, tal inversão iria contra os preceitos ditados por Alencar em 1875 na polêmica com Nabuco. Entretanto, os erros históricos pontuais, propositais ou não, são pouco relevantes para a interpretação de *Guerra dos Mascates*, romance em que Alencar propositalmente subverteu história e romance a seus interesses irônicos.

A história das Alterações Pernambucanas é apresentada no romance como um evento mesquinho da história nacional – ela, por sua vez, já toda trivial. Nada do que Alencar poderia ter lido até então conduziria a essa visão; mesmo a historiografia posterior à fatura do romance alencariano não chancelaria essa apresentação do evento. Até hoje é difícil precisar o tamanho das Alterações Pernambucanas de 1710-11, mas já se sabe desde os cronistas coevos que houve batalhas entre partidários da nobreza e dos comerciantes até mesmo em outras províncias, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte.[94] Além disso, os conflitos pernambucanos em nenhum momento foram relegados a segundo plano nas discussões do Conselho Ultramarino e nas decisões régias. A nobreza pernambucana já tivera problemas com governadores antes, e Castro e Caldas não era o primeiro representante do Rei em Pernambuco a ser apeado do poder e expulso da província. A rebeldia dos pernambucanos causava problemas desde a expulsão dos holandeses e, em 1710, a Coroa portuguesa não estava disposta a confiar cegamente no respeito hierárquico de seus súditos. Isso porque um ano antes acabara a Guerra dos Emboabas, em que os paulistas se opuseram violentamente às ordens régias.[95] Além da disseminação da Guerra dos Mascates por uma grande extensão territorial, também houve a dispersão do conflito por todas as camadas da sociedade pernambucana. Índios, negros, lavradores e trabalhadores urbanos pobres, nobres e comerciantes, além do clero e de altos funcionários da Coroa, participaram de modos variados dos conflitos, que envolveram ainda a nobreza de outras províncias, bem como os parentes e amigos metropolitanos dos comerciantes reinóis.[96]

Tudo isso foi narrado com tons ora laudatórios ora catastróficos pelas crônicas coevas, muitas das quais podem ter sido consultadas por Alencar. A própria reunião dos nobres em que se propôs a emancipação pernambucana foi descrita por Joaquim Dias Martins em seu *Os*

---

[94] Ver o mapa explicativo em DORO, Norma Marinovic, *Guerra dos Mascates* – 1710, op. cit., p. 199.
[95] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.
[96] Cf. ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit.; DORO, Norma Marinovic. *Guerra dos mascates* – 1710, op. cit.; MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.

mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817, livro citado por Alencar em seu romance. As crônicas coevas, ao contrário do que fará Alencar em seu romance, não diminuem, mas aumentam a proporção da guerra. Os exércitos se tornam mais numerosos, os atos, mais heroicos ou ignominiosos, tudo de acordo com a parcialidade daquele que escreve. É difícil imaginar, portanto, que a pequenez presente no enredo alencariano fosse fruto das crônicas coevas ou da historiografia do XIX.

Poderíamos supor uma leitura enviesada de Alencar das fontes a que teve acesso, mas o próprio autor deixou documentada sua visão sobre a Guerra dos Mascates. Na defesa que fez pelas páginas do jornal *O Globo* de seu drama histórico *O jesuíta*, Alencar discute em determinado ponto a escolha do momento histórico a ser ficcionalizado e o modo de construir esse drama nacionalista, escrito para atender a uma encomenda feita por João Caetano, que queria uma peça para celebrar o 7 de setembro. Explica que pensou em abordar a restauração pernambucana – que se liga, como já explicitado, bastante à Guerra dos Mascates –, mas desistiu após perceber que aquele que os brasileiros consideravam como herói desse evento não passava de um português que esteve sempre no lugar certo e na hora certa: no começo ignorara as ordens régias para lucrar sob o comando holandês; depois, quando a Companhia das Índias Ocidentais cobrou a dívida, decidiu unir-se ao grito de revolta contra os flamengos. Ao defender os arroubos emancipatórios do seu jesuíta, Alencar relembra que

> os assomos de independência já eram por esse tempo mais veementes do que geralmente se supõe. Os revoltados de Pernambuco em 1710 pagaram duramente nos cárceres do Limoeiro, que para muitos foi sepultura, o grito imprudente do desespero que haviam soltado, quando se viram humilhados pela influência dos *Mascates*.[97]

Nesse trecho, o autor demonstra ter uma opinião a respeito dos conflitos pernambucanos, opinião, aliás, que se coaduna à dos que viam no evento uma revolta nativista: a nobreza da terra, brasileira, se opunha à opressão mascate que era, em último caso, o jugo metropolitano. Mesmo em *Guerra dos Mascates*, Alencar explica o confronto como uma questão de classes, mas, ao invés de focar-se nos interesses concorrentes de cada uma delas, que chega a anunciar, declara que o ciúme e o bairrismo foram os maiores responsáveis pelo evento. Tal bairrismo, entretanto, diferentemente daquele defendido por Varnhagen – para quem a causa da guerra era a disputa de interesses municipais –, se dava entre descendentes de portugueses que estavam há tempos na colônia e já se haviam miscigenado com outros povos, os nobres, e portugueses que há pouco haviam aportado no Brasil, os comerciantes. Porém, ainda que reconhecesse esse tom nativista dos confrontos no próprio

[97] ALENCAR, José. *Dramas*, op. cit., p. 217-8.

corpo do romance e em artigos críticos, Alencar não teceu *Guerra dos Mascates* como um romance nacionalista.

Guerra dos Mascates parece ser o grande acerto de contas de Alencar com um público e um país ingratos – a bem da verdade, nem um nem outro jamais parecem ter faltado ao profícuo autor, que pôde se valer de boa quantidade de leitores e comentários na imprensa mesmo para seus romances menos ambiciosos, como, aliás, reclamariam Távora e Nabuco.[98] Excetuando-se *O garatuja*, também cômico, mas menos mordaz, as obras alencarianas escritas durante o período de publicação do romance histórico *Guerra dos Mascates*, assim como as que vieram depois, não mantiveram o mesmo tom irônico, o que indica que o autor não se voltara completamente para a desilusão sarcástica, mas antes escolhera o romance em questão para satirizar a sociedade que tanto o incomodava. É indiscutível, entretanto, que

> De fato, a corrosão dominante na *Guerra dos mascates* não cabe no leque das expectativas abertas pelo lirismo de *Iracema*, pelo ritmo heroico de *O guarani*, ou pela observação delicadamente arguta que se aplica a sondar tensões sociais e psicológicas em *Lucíola* ou *Senhora*. [...] Tampouco se assemelha à hipertrofia de uma característica das personagens, recurso este que muito as simplifica, como no caso dos índios Olfato, Ouvido e Olho ou o amor obsessivo de Dulce, em *As minas de prata*, como a paixão de Horácio pelo misterioso pé, em *A pata da gazela*.[99]

Diferente de quase toda a produção alencariana e da visão do próprio autor a respeito dos eventos que narra, *Guerra dos Mascates* já apresenta em seu prólogo ao primeiro volume a forma como serão abordados os conflitos pernambucanos. Assim como n'*O guarani*, *Guerra dos Mascates* também é uma história colonial encontrada por acaso em um antigo manuscrito. Porém, se no romance de 1857 Alencar declarara o achado em uma curta página de correspondência ficcional enviada a uma prima, a "Advertência: indispensável contra enredeiros e maldizentes" ocupa mais ou menos sete páginas com a gênese do manuscrito, em que se perpassa grande parte dos interesseiros e oportunistas meandros da política imperial. Distante do afeto da correspondência familiar, a "Advertência" adota um tom irônico, fazendo troça dos homens e das instituições do Império. Se n'*O guarani* o autor fala em "um velho manuscrito"[100] que sofreu as intempéries do tempo, mas resistiu, em *Guerra dos Mascates* Alencar abre o prólogo dizendo ter escrito a crônica a partir de "uma papelada velha, descoberta de modo bem estúrdio"[101]. Posteriormente, o autor reconhecerá ter em suas

---

[98] Cf. TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit. COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*, op. cit.
[99] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 157.
[100] ALENCAR, José de. *O guarani*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2000. p. 45.
[101] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 29.

mãos "nada menos que um tesouro"[102], mas mesmo nesse momento lembrará o fato de que todos consideravam aquilo apenas um maço de papel e que ele mesmo lera tudo aquilo por curiosidade, pois estava decidido – antes de saber do que se tratava – a jogar o manuscrito no lixo. Enquanto o manuscrito de *O guarani* resiste ao tempo para trazer ao presente "cenas que não são comuns atualmente"[103], cenas heroicas e extraordinárias da infância do país, a papelada velha de *Guerra dos Mascates* é achada de forma mesquinha e usada pela oposição para reverter o resultado de uma eleição que fora fraudada. Durante tal eleição, na falta de uma urna, os governistas esvaziaram uma arca com alguns objetos velhos – uma peruca, uma liga de preço e um chumaço de papéis. Ao encontrar tais objetos, o sacristão, que era governista, mas se sentia esquecido, decidira levar os objetos à folha oposicionista, que escrevera então longa história fictícia dizendo que os objetos eram fruto de um tumulto causado pela tirania do governo durante a votação. O que era o manuscrito da crônica sobre os conflitos pernambucanos se tornara nessa contenda política imperial um maço de cédulas arrancadas da urna pelas forças governistas. O caso, ocorrido no Recife, chegaria pouco depois ao ministro da Justiça, na Corte, que solicitou então os documentos. Chegando o jornalista com o material ao Rio de Janeiro, procurou rapidamente o nosso autor, que assim explica por que aceitou a tarefa de ler e emitir opinião sobre a papelada: "Há embrechadas de que ninguém se livra: era esta uma das tais"[104]. Pouco depois, porém, o gabinete – que Alencar não especifica, mas deixa livre o leitor para escolher o que melhor lhe aprouver, conservadores ou liberais – caiu e a Câmara foi dissolvida, o que levou o jornalista pernambucano a assumir uma cadeira de deputado e se desinteressar pelo maço de papéis que levara à Corte. O gabinete caíra porque o ministro do Império, "desgostoso com os colegas porque não conseguira fazer o genro barão"[105], insistira pela sua demissão após os infortúnios que vinham de Pernambuco, o que levou todo o gabinete a decidir-se pela retirada. Esse cataclismo político, rotineiro o suficiente para ser imperceptível para grande parte da sociedade, acaba por deixar o pacote de papéis nas mãos do nosso autor, que antes de publicar a crônica tece a advertência para que ninguém pense ser aquela obra uma sátira aos tempos presentes. Como lembra Magalhães Jr., entretanto, ao ressaltar no prólogo do romance que este não é uma sátira, Alencar na verdade se assegura de que o leitor não deixe esse fato passar em branco e se esqueça de ver nos eventos pernambucanos o cotidiano do Império.[106]

---

[102] Ibidem, p. 35.
[103] ALENCAR, José de. *O guarani*, op. cit., p. 45.
[104] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 32.
[105] Ibidem, p. 33.
[106] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*, op. cit., p. 335.

Como n'*O guarani*, *Guerra dos Mascates* tem início com a descrição da natureza para então o narrador lançar a vista a uma casa – no primeiro, o solar de D. Antônio de Mariz, descrito como uma espécie de castelo medieval no meio da selva americana[107], utilizada pela "indústria do homem [...] para criar meios de segurança e defesa."[108]. Já a casa descrita em *Guerra dos Mascates* é fruto de uma confusão entre o dono, um dos principais mascates do Recife, Simão Ribas, e sua mulher, Rufina Ribas. Terminada a construção da casa, a mulher de Simão Ribas decidira que queria pintá-la com uma cor que fosse visível aos que vinham aportar no Recife ainda quando estivessem navegando. Simão Ribas, "um marido constitucional"[109], como ironiza Alencar, aceita a escolha de um "vermelho coruscante"[110], que ainda assim não saciará a esposa. De cor em cor escolhida pela Sra. Rufina Ribas, a casa se torna um "espalhafato de todas as cores, onde o azul brigava com o encarnado, o verde com o vermelho, e roxo-terra com o amarelo da oca"[111], terminando com o apelido pelas ruas do Recife de "casa do Perereca". Assim começa Alencar a descrever os conflitos pernambucanos: pela ridícula casa de um ilustre mascate, personagem real que no romance se verá sempre às voltas com as decisões da mulher e as estripulias causadas por Nuno, apaixonado pela sua filha. Esse primeiro capítulo, que apresenta uma pequena parte do cenário recifense, terminará com uma comparação entre as pernambucanas desse período e as mulheres do tempo do escritor, ambas empenhadas em enganar aquele que as observa; por isso, os belos traços que aparecem pela janela descrita pelo escritor podem, segundo o autor, transmudarem-se em parte da fisionomia de uma "velha encarquilhada"[112], afinal de contas, naqueles tempos coloniais, como nesse romance histórico, "tudo pode ser"[113].

Do cenário, o narrador passa à descrição dos personagens. Logo depois da menina que figurava na janela, Marta, filha do mercador Simão Ribas, o narrador se foca no menino de dezesseis anos que se esgueira entre os galhos e o telhado, Nuno, filho de um dos principais mascates recifenses, Miguel Viana. Nuno e Marta, muito mais que seus pais, serão figuras importantes no enredo do romance e do surgimento do conflito pernambucano. O menino – que se considera adulto, mas é constantemente lembrado pelos outros personagens de seus meros dezesseis anos – é dos mais ferrenhos defensores do início da guerra, a ponto de trair sua cidade, sua classe e sua própria família e se bandear para o lado da nobreza. Logo em sua

---

[107] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 38.
[108] ALENCAR, José de. *O guarani*, op. cit., p. 52.
[109] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 39.
[110] Idem.
[111] Ibidem, p. 40.
[112] Ibidem, p. 42.
[113] Idem.

primeira aparição, o narrador já marca a precocidade do menino, que "alisava um bigode ausente"[114], bem como sua belicosidade, pois andava pelas ruas "como o soldado que traz espada à cinta e furta levemente para não embaraçar a marcha"[115], ainda que trouxesse apenas algumas quinquilharias vendidas pelo pai.

Ridículo em seus atos e desejos, não mais que um menino inconsequente, logo em sua primeira aparição Nuno entrará em atrito com ninguém menos que o próprio governador Sebastião de Castro e Caldas, assim como sua comitiva, que incluía os capitães Barbosa Lima e Negreiros, o tenente Bernardo Alemão e o alferes André Vieira. Todos são personagens históricos de grande importância, que surgem no romance em meio a um burburinho doméstico, buscando repreender o imprudente Nuno, que ao final lhes engana e foge, deixando aos gritos o irado ajudante Negreiros.

No meio do burburinho, surge outro personagem importante do romance, Vital Rebelo, rico comerciante recifense. Rebelo defende Nuno e ridiculariza o exagero cometido pelo séquito de Castro e Caldas, em trecho que vale a transcrição completa:

> — É certo, pois, Sr. Ajudante, que afinal romperam os de Olinda?
>
> — Donde o sabe? Atalhou o Negreiros tomando a nova ao sério e já alvoroçado com o prazer de espatifar os do levante.
>
> — Agora vejo que me enganei. Ao chegar, dando com toda esta azáfama da gente de El-rei, devia pensar que os nobres tinham assaltado a casa do meu parente Simão Ribas!
>
> — O caso não é para chascos, nem eu sou homem para eles, bem o sabe o senhor! Replicou o ajudante com cenho de ameaça.
>
> — *Que se há de fazer à comédia, senão rir dela?* Esbarra-se a gente no caminho com um ferrabrás de espada desembainhada, a esgrimir contra os telhados, dando caça a um pirralho: e quer o Sr. Ajudante que se fique sério como um burlão?
>
> [...]
>
> Tão rápido foi o incidente, que deixou pasmado o ajudante Negreiros; mas recobrando enfim o ímpeto, arrancou no encalço do fugitivo, e por certo o alcançara se não lhe atravessasse o passo Vital Rebelo.
>
> — Caminho!
>
> — Não se passa.
>
> — À ordem do Sr. Governador!
>
> — Da parte de El-rei!
>
> — E quem, estando eu, fala aqui em nome de El-rei meu Senhor?
>
> Pronunciara estas palavras Sebastião de Castro, que se aproximara advertido da altercação.
>
> — Falo eu, disse Rebelo com um tom respeitoso e digno; e falo a V. S. a quem El-rei pôs de governador nesta capitania para reger-lhe os povos e guardar-nos os forais; que para não montear os filhos de seus vassalos como caça bravia[116]. (grifo nosso)

Esse primeiro conflito pernambucano, que por pouco não descambou para a violência, já é uma mostra dos que virão – ridículo como os que surgirão no romance, mesquinho como

[114] Ibidem, p. 46.
[115] Idem.
[116] Ibidem, p. 59-61.

a história pernambucana ficcionalizada por Alencar. Os gracejos de um jovem, caixeiro de seu abastado pai, com uma moça também de família rica do Recife são os responsáveis por essa primeira altercação, que quase chegará às vias de fato por conta do destempero das forças públicas. É nesse momento que surge Vital Rebelo, descrito logo nessa entrada sorrateira como "inteligente" e "garboso"[117], ridicularizando a cena ao questionar se tudo aquilo se dava por estarem os nobres invadindo Olinda. Esse questionamento e a reação do ajudante Negreiros, alvoroçado para "espatifar os do levante"[118], servem no romance para introduzir o contexto histórico daquele momento e ao mesmo tempo ridicularizar a mesquinhez do que ali teria ocorrido, rebaixando assim o séquito do governador, autoridade máxima na capitania e representante direto de El-Rei – como ele mesmo dirá à frente – que se dava ao trabalho de fazer tanto barulho por tão pouco. Quanto mais fora de si ficavam figuras tão importantes como o ajudante Negreiros e Barbosa de Lima por causa dos gracejos de um tolo como Nuno, mais risíveis eles e o poder maior da capitania se tornavam. Essas autoridades todas serão figuras importantes nos eventos pernambucanos que estão por vir, portanto, diminuí-las no confronto com um garoto inconsequente de dezesseis anos serve também para ridicularizar o que virá depois: ao fim, a mesquinhez da perseguição a Nuno apenas abre o leque de eventos rebaixados que terminará com a guerra propriamente dita – e não narrada no romance. Além disso, Alencar insere com naturalidade no enredo não só a própria guerra em si, mas a tensão que por tanto tempo a precedeu: a naturalidade com que Vital Rebelo faz o gracejo e o ânimo com que Negreiros o recebe dão a ver de forma velada o que a historiografia afirma explicitamente, ou seja, o fato de que a tensão entre nobres e comerciantes evoluía lentamente no seio da sociedade pernambucana desde muito tempo (mais especificamente, desde a expulsão dos flamengos).

A resposta de Vital Rebelo ao brio ferido de Negreiros resume o tom desse romance histórico alencariano: "Que se há de fazer à comédia, senão rir dela?"[119]. Assim como Rebelo se coloca como superior às ações que observa nesse momento e à ira envolvida, o narrador o fará com os eventos pernambucanos, e, assim como seu personagem, já no prólogo chamará a obra de "comédia". É para o enredo dessa comédia que Alencar rebaixa os eventos pernambucanos, começando sua narrativa pela descrição da ridícula casa de Simão Ribas, passando pelos namoricos de Marta e Nuno, que levarão a uma desmedida altercação entre o inconsequente rapaz e o séquito do governador, tão rodeado por aduladores, que estes se

[117] Ibidem, p. 59.
[118] Ibidem, p. 60.
[119] Idem.

excedem na "caça" ao menino para assim cada um provar ser mais fiel e valoroso que o outro na defesa do representante de El-Rei.

Se a vida recifense é pacata e repleta de personagens mesquinhos, em Olinda a coisa não será muito diferente. Após apresentar um pouco do que ocorria na cidade mascate, o narrador nos apresenta Olinda em toda sua magnitude – "a princesa daqueles mares"[120], "a fidalga [...] cidade nobre [...] [que] conservava nos princípios do século XVIII a flor de sua beleza"[121] – ainda que já ressalte sua decadência, vítima da competição do Recife, mera "ponta de areia, estéril, despida de arvoredo, fétida e doentia"[122], mas que era o porto da capitania e, portanto, o centro comercial. Há ainda na apresentação da cidade uma lembrança pessoal do narrador, que usa a primeira pessoa do singular – "Quando a vi pela primeira vez"[123] – para declarar que, mesmo com sua decadência material, Olinda manteve sua "supremacia espiritual"[124]. Após a apresentação do cenário, surgem os tipos humanos, e eles em nada são melhores que os mascates, apenas diferentes em sua estultice.

Alencar logo nos introduz no interior de uma casa nobre, propriedade de André Dias de Figueiredo, segundo o próprio narrador "morador dentre os principais de Olinda"[125]. Na casa, somos apresentados a Leonor, esposa de Vital Rebelo, de quem foi separada na noite do casamento pela força do ódio entre nobres e comerciantes, e a D. Severa, talvez a mais risível entre todas as figuras que passam pelo romance. D. Severa, a "ninfa olindense" citada jocosamente no título do capítulo[126], é, como lembra Valeria De Marco, personagem quixotesca, sempre a ler seu *Palmeirim* e recordar-se saudosamente da coragem das pernambucanas de antanho, belas e bravas, capazes de com sua beleza fazer um mancebo ir ao fim do mundo se necessário, assim como elas próprias fazerem uma lança atravessar dois holandeses, como fizera sua saudosa avó. Adentrando a casa de André Dias de Figueiredo, um dos principais nomes do partido nobre, acusado pela devassa do ouvidor Bacalhau de ser um dos responsáveis pelo atentado ao governador Sebastião de Castro e Caldas, o narrador não se detém nos eventos históricos, mas nos devaneios ridículos da "revelhusca"[127] D. Severa. Para o objetivo do autor, mais importante que a vida romanesca de André Dias de Figueiredo, peça central da guerra – acusado de tramar contra a vida do governador,

---

[120] Ibidem, p. 103.
[121] Idem.
[122] Ibidem, p. 105.
[123] Idem.
[124] Idem.
[125] Ibidem, p. 106.
[126] O capítulo em questão, o décimo do primeiro volume, intitula-se "Tem o leitor a inesperada fortuna de se avistar com uma ninfa olindense".
[127] Idem.

responsável por soltar os presos do Recife após a sublevação olindense, um dos nobres a votar a favor da emancipação de Pernambuco, líder respeitado, capaz de reunir ao seu redor diversas milícias rurais –, ou que seu trágico final – é o último dos presos a falecer na prisão do Limoeiro, antes da decisão régia de libertar vários e desterrar outros –, é a decrepitude cômica de D. Severa.

Aos devaneios saudosistas da "ninfa olindense" se unirá a inconsequência juvenil de Nuno, ao final do primeiro volume. Isso ocorre depois de Nuno convencer seu amigo, o poeta Lisardo, a levá-lo até o jantar na casa do honorável capitão-mor João Cavalcanti, personagem de origem histórica – provavelmente Alencar se refere a João Cavalcanti de Albuquerque – e de grande importância nos eventos pernambucanos, por ser um dos nobres que manifestaram simpatia por Castro e Caldas – e que chegaram a marchar para o Recife para proteger o forte das Cinco Pontas –, além de, no governo de Félix Machado, ter sido um dos membros da Liga de Tracunhaém. No romance, esse membro da família Cavalcanti, uma das principais linhagens nobres pernambucanas, é apenas um calmo anfitrião que passa seus dias percorrendo os engenhos pela manhã e dormitando em meio a seus convivas depois do jantar.

O encontro de Nuno e D. Severa encerra o primeiro volume de *Guerra dos Mascates*, com o garoto tornando-se pajem da senhora. Cada um deles representa o pior de seu partido, sua classe e sua cidade. De um lado, a inconsequência da classe aventureira dos mascates, sem tempo de vida o suficiente para perceber seus devaneios, além de sua falta de personalidade própria, buscando um heroísmo bélico só possível à classe olindense. A essa, entretanto, só sobrava o passado; D. Severa é a representação da falta de horizontes futuros para essa classe que dominara incontestável por muito tempo, mas decaía rapidamente[128] e no início do século XVIII já não podia aspirar mais a muita grandeza que não a do passado. O segundo volume do romance terminará com o rompimento da paz pública pelo confronto entre as classes; esse primeiro volume termina com a união das classes, mas nada disso parte de algum otimismo do narrador: são os caracteres mais ridículos das duas classes que se unem em sua baixeza.

Essa união entre Quixote – D. Severa – e Sancho – Nuno[129] – terá sua primeira chance de mostrar seu valor em combate já no capítulo VII do segundo volume, quando André de Figueiredo surpreende Vital Rebelo e Leonor em um encontro em sua casa. Nuno corre para chamar D. Severa para que esta intervenha, ao que a senhora responde com altivez: "— Ide armar-vos, pajem, enquanto me adereço para amparar nossa formosa sobrinha e salvar-lhe o

[128] PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*, op. cit., p. 24-38.
[129] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 205.

esposo". Contra essa preparação revolta-se o caráter prático do jovem mascate: "— Mas, senhora, se perdeis um momento, chegaremos tarde". A essa falta de decoro, a calma e os modos da nobre castelã ressaltam: "— Quereis que me apresente neste desalinho [...] e vós sem armas?"[130]. D. Severa ainda demoraria mais de meia hora para se aprontar, enquanto o jovem mascate se mantinha impaciente à porta; quando finalmente desceram os dois ao aposento em que ocorria o confronto, Vital Rebelo arrumara já modo de fugir, deixando a seus pés de uma peitada D. Severa e seu pajem. Nessa primeira aventura, os rapapés fúteis, mas antiquíssimos, da nobreza atrapalham a dupla.

Depois dessa primeira desastrada aventura, e da elevação de Nuno a escudeiro, D. Severa e o jovem mascate se dirigem ao palácio do governador para exigir um duelo. Como ambos encontram-se aparatados até a cabeça com armaduras, não são reconhecidos pelo ajudante Negreiros, que sai para tratar com aqueles excêntricos visitantes. No momento em que D. Severa levanta sua viseira, porém, o ajudante começa a rir e puxa as rédeas para tornar ao palácio, no que é interrompido por Nuno, que o derruba do cavalo. A dupla só sai ilesa porque um tropel de nobres surge e se posta à frente do palácio, esperando para falar com o governador e protestar contra a construção do pelourinho em Recife.

Salva pela história, a dupla volta a Olinda e o senso prático de Nuno convence D. Severa de que naqueles "tempos rústicos aquela cavalaria andante tornava-se muito arriscada, porquanto podia sair-lhes ao encontro um terço de gente armada, que sem nenhum respeito às regras da nobre arte da esgrima, os iria monteando a tiro de arcabuz"[131], verdade que podia atestar Vital Rebelo, que em aposento da própria casa de D. Severa por pouco não fora atravessado por bala vinda de um dos homens de André de Figueiredo, nobre o bastante para não sujar sua espada com o sangue plebeu de Vital, mas não o suficiente que não pudesse assistir enquanto seus cinco comandados atacavam apenas um, inclusive com armas de fogo. Com a permissão de D. Severa e parte de seu enxoval de casamento, guardado há mais de trinta anos, Nuno começa a reunir o pequeno exército de tipos da terra, "todos eles dessa casta mestiça de sangue indígena e africano, com sua mescla de europeu"[132], que o ajudaria em sua ofensiva contra o Recife.

Esse exército de mercenários miseráveis e interessados no confronto apenas pelo seu lado pecuniário bastará para entrar no Recife e sequestrar de suas casas a menina Belinhas, irmã de Nuno e paixão de seu amigo, o poeta Lisardo, e Marta, filha de Simão Ribas, o

---

[130] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 218.
[131] Ibidem, p. 280.
[132] Ibidem, p. 278.

Perereca. É com esse exército de pouco mais de uma dezena de homens que Nuno afirma ser possível sequestrar o governador de Pernambuco e infligir a derrota aos mascates. Mesmo que isso não ocorra – e a intromissão de Vital Rebelo, disfarçado entre a pífia infantaria de Nuno, salve o garoto inconsequente de seus próprios atos –, é esse o único exército de fato a aparecer nas páginas do romance. Nas crônicas coevas a que Alencar teve acesso, chegava-se a falar de milícias que reunidas chegavam a dez mil homens – o que posteriormente a historiografia considerou exagero[133]; para os objetivos alencarianos, entretanto, o melhor era um exército mercenário de miseráveis dispostos a qualquer coisa por um pequeno soldo.

A quixotesca personagem D. Severa, ainda mais deslocada temporalmente que seu predecessor espanhol do século XVII, traz uma característica a mais que lhe faz inadequada para ser um cavaleiro andante: é uma mulher. Esse fato não é aleatório: nesse romance alencariano, as mulheres têm posição central no início dos confrontos. Além de D. Severa, no partido nobre há ainda D. Lourença Cavalcanti, irmã de D. Severa e de André de Figueiredo e sobrinha adorada do capitão-mor João Cavalcanti. Essa "respeitável matrona pernambucana"[134] fazia parte do conjunto de nobres mais favoráveis à guerra e considerava-se capaz de ser ela mesma a líder da capitania, pois em assuntos de política entendia tanto ou mais que muitos dos homens, como jocosamente dissera João Cavalcanti a respeito de suas duas sobrinhas: "as cousas da república, cá a D. Lourença as destrinça melhor que um letrado; e no que toca o assunto da guerra, lá a D. Severa com três botes de lança põe tudo em debandada"[135]. Diferentemente dos devaneios saudosistas de D. Severa, o conhecimento de D. Lourença sobre política era de fato profundo, o que não a impedia, entretanto, de ser ludibriada pelos afagos e adulações de Filipe Uchoa, oportunista que não aceitava a perda do cargo de secretário para o Barbosa de Lima e buscava trazer o governador para seu círculo de influência – nem que para isso fosse necessária a guerra.

Do lado dos mascates, as mulheres terão posição ainda mais privilegiada nas ações bélicas que suas inimigas nobres. Parte de uma mulher, mais precisamente da mulher de Simão Ribas, senhora Rufina, o atentado contra Sebastião de Castro e Caldas, que levará à célere construção do pelourinho e ao posterior conflito armado. Além disso, paralela à reunião dos mascates para discutir o estado da província, ocorre a reunião de suas esposas, que acaba sendo mais importante para o andamento da guerra que as discussões masculinas. Isso porque é em uma dessas reuniões que surge o folheto vindo de Olinda, que, como o próprio narrador

---

[133] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.
[134] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 116.
[135] Ibidem, p. 125.

afirma: "ia conflagrar Pernambuco"[136]. O folheto trazia uma quadra escrita pelo poeta Lisardo, sujeito pobre que vivia entre as duas cidades, mas se via obrigado por dependência a ser leal a Olinda, enquanto por amor à irmã de Nuno, Belinhas, e por suas convicções se mantinha fiel ao Recife. Acontece que a cidade mascate não se dá ao trabalho de reconhecer um poeta, e sustentá-lo, enquanto a nobreza lhe dá o que comer e vestir. Esse conflito interior o próprio Lisardo explica em discussão com Nuno e Cosme Borralho:

> — Eu?... Vejo o caso bem intrincado. Todo o meu indivíduo desde a raiz dos cabelos até a pontinha dos pés devia ser pelos senhores de Olinda, pois são eles que abrigam e mantêm este físico. O verso lá na cidade é moeda corrente: paga o jantar na mesa dos Cavalcantis e Figueiredos, e de vez em quando rende um vestuário que o dono já não usa, porque desmereceu na cor, mas que ainda faz sua vista cá no Recife. Os senhores mercadores são excelentes pessoas...
> [...]
> — Mas destas bandas os sonetos e décimas não valem um ceitil.[137]

A altivez nobre que lhes aconselha serem mecenas de algum poeta não encontra espaço entre o espírito prático e calculista dos mascates. Nosso poeta, perseguido pelo seu nervosismo como uma espécie de poeta maldito, sem o charme e as grandes dúvidas existenciais do século XIX, se vê entre o passado, os nobres, por quem não nutre qualquer simpatia, mas que respeita por lhe acolherem e alimentarem, e o presente, os mascates, por quem nutre respeito, ainda que saiba que, na cidade mercantil, seu engenho não tem qualquer serventia e, portanto, nenhum valor. Sua indecisão o levará a escrever a quadra injuriosa aos mascates por ordem de D. Severa:

Todo o mascate é patife,
Labrego, cara de Judas,
E as mulheres do Recife
Têm as pernas cabeludas.[138]

Assim como o levará a escrever versos injuriosos às damas olindenses por ordem de Marta e sob o olhar de Belinhas:

Escorridas como um fuso,
As damas de Olinda são;
Por fora aquele esparrame,
Por dentro é só armação
De pano, d'osso e arame.[139]

Sob ordens femininas, o poeta Lisardo escreve os versos que causarão indignação entre as mulheres dos dois lados da contenda e conduzirão ao atentado a Sebastião de Castro e

[136] Ibidem, p. 236.
[137] Ibidem, p. 71.
[138] Ibidem, p. 236.
[139] Ibidem, p. 239.

Caldas, levado a cabo pelo Tunda-Cumbe a mando da senhora Rufina. No início da discussão entre as esposas dos mascates, Rufina é das mais centradas e apaziguadoras, defendendo o vilipendiado Sebastião de Castro e Caldas e pregando a calma dada à superioridade dos nobres no tocante às armas; porém, após a leitura das quadras que acusavam as recifenses de terem "as pernas cabeludas"[140], a esposa de Simão Ribas se torna uma raivosa defensora do confronto, tramando para enfim levar a cabo o conflito que permanecia latente. Logo a senhora Rufina passa de defensora a fustigadora do governador, criticando ao marido, fidelíssimo a Castro e Caldas, a lentidão do "paspalhão"[141]. Incomodado com a "desenvoltura de língua"[142] da mulher, Simão Ribas confidencia-lhe que o governador toca em segredo a construção do pelourinho. Se o objetivo da senhora Rufina fosse apenas superar politicamente a nobreza e garantir a separação administrativa do Recife – como parecia ser durante a reunião de mulheres dos mascates, quando sempre buscava arrefecer o ânimo das outras esposas por perceber que "enquanto ele [o governador] estiver por nós, ainda que vá empalhando, somos do partido do rei, que sempre serra de cima."[143] –, a notícia dada por seu marido seria o suficiente para acalmá-la. Contudo, já não eram seus bons cálculos políticos que moviam a senhora Rufina, mas seu orgulho ferido ao ouvir a quadra vinda de Olinda. Para acalmar esse orgulho ferido, só derrotando os nobres de forma clara, humilhando-os através de uma derrota bélica imposta por Recife. Para isso, o bom raciocínio político da senhora Rufina sabia que era necessário garantir o governador ao lado dos mascates. Primeiro, a esposa do calmo almotacé Simão Ribas decidiu incendiar os ânimos na capitania garantindo que a notícia da construção secreta do pelourinho chegasse até Olinda. Foi essa notícia que fez com que um conjunto de nobres fosse até o Palácio das Torres interpelar o governador Sebastião de Castro e Caldas – bem a tempo de salvar Nuno e D. Severa da vingança do ajudante Negreiros. O plano da senhora Rufina falha porque há dos dois lados da contenda indivíduos que não desejam o conflito aberto, tais como o capitão-mor João Cavalcanti, Sebastião de Castro e Caldas, claro, e até mesmo o almotacé Simão Ribas, marido da senhora Rufina.

Após o fracasso de sua primeira tentativa, a senhora recifense decide tramar contra a integridade física do próprio representante de El-Rei em Pernambuco, e ordena ao Tunda-

[140] Ibidem, p. 236.
[141] Ibidem, p. 245.
[142] Idem.
[143] Ibidem, p. 233.

Cumbe, que na história é apresentado de modo muito parecido ao das crônicas coevas[144], que cometa um atentado contra o governador. Diferentemente de boa parte da historiografia e mesmo da devassa levada a cabo pelo ouvidor Bacalhau, Alencar transmite aos mascates a culpa pelo atentado, que seria apenas parte de um plano da senhora Rufina, não para matar o governador, mas para fazê-lo tomar medidas duras contra a nobreza, automaticamente apontada como mandatária. Para garantir o sucesso completo, sem maiores perigos, a munição usada contra Sebastião de Castro e Caldas não era chumbo, mas sal. Mais uma vez Alencar distorce a história em prol da comédia, ironizando os doutores reunidos preocupados em volta do ferido. Enquanto tais "físicos da terra" alternavam suas expressões em latim com desabafos preocupados com o gravíssimo estado de saúde de Castro e Caldas, o narrador interrompe a cena:

> Para que o leitor possa aquilatar bem desta sandice doutoral, vamos confiar-lhe um segredo, que até agora escapou às laboriosas investigações do Instituto Histórico, deixando na sombra a verdade sobre o fato culminante da **Guerra dos Mascates**.
>
> O tal sublimado corrosivo que a mestrança achou na perna de Sebastião de Castro, aqui à puridade, não era outra cousa senão sal de cozinha, com que o Tunda-Cumbe e seu companheiro tinham carregado os mosquetes a mando da senhora Rufina.[145]

Ao ironizar os exagerados e aduladores médicos de Sebastião de Castro e Caldas, Alencar acaba rebaixando o principal cronista mascatal, o dr. Manuel dos Santos, médico português radicado havia algum tempo no Recife, que foi responsável por cuidar do ferimento do governador. O próprio Instituto Histórico (provavelmente Alencar se refere ao principal deles, o IHGB) é ironizado por veicular a ideia de que a bala que atingiu o governador estava envenenada, o que aumentaria sua letalidade, não fosse o fato de ter diminuído a potência do projétil, que acabou não penetrando fundo na perna de Sebastião de Castro e Caldas. Diferentemente do que gostariam os doutores, os cronistas e os historiadores posteriores, o projétil não fora modificado para garantir sua letalidade, o que imprimiria importância e radicalidade ao ato, mas, pelo contrário, para garantir que tudo não passasse de um embuste sem maior perigo à vida de Castro e Caldas: o importante era que os interesses pessoais por trás do atentado fossem atingidos, não que a vida de um homem importante fosse posta em

---

[144] Tunda-Cumbe era o apelido dado a Manuel Gonçalves, português que chegara pobre a Pernambuco e logo conseguira trabalho como feitor no engenho Cumbe. Dada sua violência na lida diária, os escravos o espancaram, o que em sua língua de origem chamavam Tunda, daí seu apelido. Depois de largar o emprego no engenho, passou a ser almocreve, vendendo peixe de porta em porta. Na guerra, tomará o lado do Recife, sendo seu grupo muito temido na região de Goiana. O personagem aparecerá, com mais importância, nos romances de Távora.

[145] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 289.

perigo. Por fim, Alencar ainda aproveita o evento para ironizar a sociedade imperial e aqueles que o fustigavam na imprensa, como Távora, ao lembrar:

> Hoje em dia, dado o desconto aos costumes, ainda se usa do mesmo processo empregado pela senhora Rufina para intrigar um partido com o supremo dispensador das graças. Em vez de tiros de sal dados de emboscada na esquina da rua, faz-se isso mais limpamente com artigos mascarados de gazetas anônimas.[146]

Enquanto os doutores abusavam de seu latim para discutir as questões médicas, os membros do governo faziam o mesmo com seu parco latim para discutir as questões políticas, e com a mesma facilidade e atabalhoamento: não havia dúvida, a culpa era dos nobres e eles deviam pagar de forma exemplar. Alguns nobres, entre eles André de Figueiredo, foram presos e o pelourinho, construído com rapidez; não demorará muito para que os nobres se rebelem e expulsem o governador para a Bahia, assim como os mascates mais fiéis a ele. Nesse meio tempo, Nuno invadirá o Recife para prender Belinhas e Marta, logo depois de salvar o miserável Lisardo, que, depois de ser expulso do Recife e de Olinda, deixa-se ficar no meio do caminho entre as duas cidades até que a fome o mate. As estripulias do inconsequente garoto e seu exército terminarão com a intromissão de Vital Rebelo, que voltava com sua tropa de Olinda, de onde trazia sua mulher. O mesmo Rebelo resolverá tudo, entregando Nuno, Belinhas e Marta a seus respectivos pais. Nuno acabará perdoado pelos pais e com a promessa de dona Rufina de que poderia se casar com Marta quando completasse vinte anos, além disso, Vital Rebelo lhe garante um emprego de alferes na milícia. Já Lisardo ganha o antigo emprego do amigo e a possiblidade de se casar com Belinhas, desde que se mostrasse "regrado, trabalhador e econômico"[147], além disso, deveria abandonar de vez os versos e se focar em aprender a fazer contas, pois "com isso sabe-se tudo"[148]. Aí se traça o pacato futuro do nosso miserável e atormentado poeta – desde que, claro, abandone essa inutilidade prática que é a poesia.

Há dois personagens, entretanto, que têm importância para o romance e que ainda não foram discutidos: Cosme Borralho e Carlos de Eneia. Apesar de ambos serem muito perspicazes, Cosme Borralho usa essa esperteza para melhorar de vida, incentivando o conflito para com isso ganhar um cargo melhor em um futuro governo; já Carlos de Eneia fora secretário, por pouco tempo, de Castro e Caldas quando este era governador do Rio de Janeiro, e passa pelo romance como mero observador arguto, desinteressado das vantagens que um homem como ele poderia tirar daqueles eventos.

---

[146] Idem.
[147] Ibidem, p. 310.
[148] Idem.

Carlos de Eneia – como já dito, anagrama de José de Alencar – é apontado pelo narrador como o provável responsável pela redação do manuscrito de *Guerra dos Mascates*, crônica em que "porventura se refugiava o advogado do nojo pelas misérias públicas que o rodeavam"[149]. Esse advogado, "metido consigo, que o mais do tempo levava a rabiscar papel",[150] se manterá afastado dos atos cometidos em seu tempo – as tais misérias públicas –, apenas observando-os e julgando-os de seu ostracismo voluntário. A única exceção a essa solidão parece ser a amizade com Vital Rebelo, a quem adverte quando este começa a cair na teia de armações de Sebastião de Castro e Caldas. De resto, o advogado mantém-se à parte, afastado o suficiente da sociedade para julgá-la como uma espécie de ente superior imparcial em seu desprezo por todos. Por isso, seu manuscrito é mais importante que os outros conhecidos sobre o evento: não há, por parte de Carlos de Eneia, qualquer interesse em defender algum lado da contenda ou esconder informações que pudessem lhe atrapalhar – ou aos seus – em seus desejos.

Incapaz de alcançar uma posição de respeito nesse mundo em que, para se chegar aos altos cargos, é necessário bajular os que estão acima, Carlos de Eneia se revolta contra o mundo ausentando-se dele, preferindo assim o ostracismo, que o levará a um fim solitário e esquecido, à sociedade das adulações interesseiras, das relações hipócritas e dos interesses escusos que acabam regendo a vida pública toda em prejuízo de muitos e benefício de alguns: o que é a guerra descrita por Carlos de Eneia senão um evento em que, para o benefício de pouquíssimos, se faz o prejuízo de toda a capitania? Mesmo se considerássemos as fontes historiográficas conhecidas por Alencar seria possível defender que toda uma grande região foi conflagrada em uma disputa que importava majoritariamente aos interesses de nobres, comerciantes e, em alguns casos, ao clero. Porém, essa luta de classes, mesmo que elitista, ainda teria algum significado sociopolítico mais abrangente que uma disputa entre os interesses mesquinhos de um punhado de indivíduos, por isso, nosso Carlos de Eneia, assim como o narrador que optou por usá-lo como fonte soberana a todas as outras, prefere ver a guerra pela via sarcástica que tudo diminui. Sua visão sobre os homens e seus atos se resume neste trecho de diálogo com Vital Rebelo, em que este questiona Carlos de Eneia sobre qual a idade da ambição de que fala o advogado:

> — E qual é essa idade? Não dirás que seja a tua, pois nela te condenas ao esquecimento.
>
> — Não se trata de mim, que já não pertenço ao mundo, nem cuido senão de mirrar a múmia deste espírito para deixá-la à posteridade. Não que eu creia nisso

[149] Ibidem, p. 179.
[150] Idem.

> que se chama pomposamente a justiça da história; mas creio no sarcasmo retrospectivo do futuro; creio no desprezo póstumo pelas torpezas que já não aproveitam, e nessa gargalhada eterna que desde o princípio do mundo atravessa as idades fustigando como um látego todas as grandezas ridículas e grotescas.
>
> Caindo em si, o advogado reprimiu esse rasgo, como homem que já não permitia à sua palavra austera as flores da eloquência.[151]

Este homem a que nem mesmo é permitida a eloquência ao falar é o cronista perfeito para essa guerra de interesses mesquinhos, de que não escapa nem mesmo a historiografia. Carlos de Eneia se manterá distante dos atos e fatos pernambucanos do período, como mero – e bom – observador, inclusive quando o governador Sebastião de Castro e Caldas, que em seu palácio já se via abandonado por muitos de seus aduladores, embarca para Salvador:

> Na noite em que Sebastião de Castro embarcava na rampa do palácio para transportar-se a bordo do navio que devia conduzi-lo à Bahia, diversas pessoas o acompanhavam.
>
> Destas, algumas eram os principais mercadores que, temendo as represálias dos nobres, fugiam à má fortuna; outros eram gente da governança e oficiais de sala que desempenhavam pontualmente uma obrigação de seu ofício, vindo prestar ao fidalgo aquele último dever.
>
> Só uma era estranha ao governo, e desconhecida para aquela gente. Sebastião de Castro e Caldas reconheceu Carlos de Eneia, seu antigo secretário, e compreendeu que o trazia aí o desejo de render a homenagem de seu respeito à adversidade, já que não lhe era dado conjurá-la.[152]

Bem o contrário de Carlos de Eneia é Cosme Borralho, amigo de Nuno, e de Lisardo, e da senhora Rufina e seu marido, de D. Severa e do capitão-mor João Cavalcanti, e de todos, porque para esse sujeito qualquer inimizade era uma porta fechada, e qualquer simpatia, um auxílio à sua ascensão social. Cosme Borralho não tem uma posição definida, porque isso significaria diminuir em 50% suas chances de conseguir lucrar com a guerra. Desde o começo, age em prol de alimentar o conflito, pois sabe que uma mudança brusca na serenidade sociopolítica da capitania significará uma chance de que ele saia do evento melhor do que antes.

Logo em sua primeira aparição, Cosme é descrito para o leitor como um sujeito esquivo, difícil de definir, nervoso e atento, características fundamentais – não o nervosismo, mas este o mantém atento a tudo – para garantir sua capacidade de ser um curinga até que as coisas estivessem delineadas o suficiente para se tomar posição (a favor daqueles que pudessem lhe oferecer mais, é claro). Assim o narrador descreve Cosme:

> Representava ele maior idade do que os 26 anos que tinha; era de mediana estatura e compleição fornida. Por cacoete ou vício de conformação faziam as espáduas uma leve corcunda, que o privava de apresentar o rosto bem de face; o

---

[151] Ibidem, p. 180.
[152] Ibidem, p. 313.

> olhar do interlocutor encontrava um semblante escorregadio e resvalava por ele sem o penetrar.
>
> Caminhava com um piso miudinho, mas indeciso, imprimindo à marcha certa sinuosidade. Percebia-se, reparando-lhe nos movimentos, que antes de abrir o passo hesitava em avançar; e que andando vacilava constantemente como um pêndulo, entre a direita e a esquerda.
>
> Ao mesmo tempo os olhos quase redondos e espantadiços enfrestavam-se pelas pestanas de uma a outra banda e faziam um crivo de olhadelas rápidas e sutis. Daí lhe viera o apelido de Pisca-pisca por que era mais conhecido do que pelo próprio nome de Cosme Borralho. **Nesse estrabismo artificial estava o cunho do rapaz.**[153] (grifo nosso)

Esse "estrabismo" de Cosme Borralho lhe permite observar todos os lados da contenda, pensar como eles e entender qual pode lhe trazer mais benefícios. O Pisca-pisca é o perfeito homem de seu tempo, pois nessa luta de interesses mesquinhos, Cosme Borralho consegue deixar seus sentimentos completamente afastados, não sucumbindo à raiva e ao despeito, como a senhora Rufina, à paixão, como Vital Rebelo, à lealdade, como Simão Ribas, ou ao orgulho, como diversos nobres. Tampouco seus brios de homem virtuoso o levam à desilusão, como Carlos de Eneia. Movido pela racionalidade de seus interesses imediatos e egoístas, Cosme Borralho será um dos responsáveis pelo acirramento dos ânimos no romance ao agir como "leva e traz", posição perfeita para aquele que não tem posição definida. Quando a situação lhe mostra qual lado seguir, granjeia para si uma posição de tabelião na nova vila do Recife e, a partir da promessa da senhora Rufina, decide-se pelos mascates – o que provavelmente não o impediria de mudar tranquilamente de lado, desde que assim exigissem as contingências do momento.

Assim como Carlos de Eneia, Cosme Borralho é homem perspicaz, que se mantém alheio aos eventos na medida do possível – e necessário. Ao contrário do advogado, entretanto, o escrevente mantém sua imparcialidade apenas pelos interesses próprios de ascensão social, e não por ceticismo e certa misantropia.

Cosme Borralho é o representante máximo no romance do que Alencar pretendia ao narrar as Alterações Pernambucanas do início do XVIII. Em *Guerra dos Mascates*, Alencar não nega a importância do que houve explicitamente, mas constrói o enredo ficcional de forma a diminuir os eventos históricos ali descritos a partir das ações dos personagens ficcionais ou de extração histórica. É por esse rebaixamento da história nacional fazendo uso da ficção que Alencar conseguirá rebaixar também seu próprio tempo; essa aura de mesquinharia que perpassa o romance desde sua "Advertência" no primeiro volume serve aos

[153] Ibidem, p. 63.

propósitos do autor de ridicularizar a política imperial tanto quanto a leitura "em chave", apenas de forma mais "nuançada", segundo as palavras de Valeria De Marco[154].

Os personagens de *Guerra dos Mascates*, com exceções, são sempre descritos de forma irônica, estando moralmente abaixo de uma linha de normalidade ética tacitamente pressuposta entre narrador e leitor. Se essas personalidades mesquinhas se resumissem a um pequeno conjunto de personagens – ou aos antagonistas de uma história romanesca –, não rebaixariam nada mais que a si mesmos, criando inclusive uma contraposição com os personagens elevados ou ao menos medianos, que alçaria o caráter e as virtudes do segundo grupo. Porém, ao retratar quase a totalidade dos pernambucanos que aparecem em sua narrativa como mesquinhos, ridículos, deslocados da realidade ou interesseiros inescrupulosos, Alencar rebaixa toda a Guerra dos Mascates, além da sociedade colonial pernambucana.

Mesmo as exceções a esse estado de coisas, basicamente três, confirmam a regra. Vital Rebelo e sua esposa, Leonor, centralizam o drama romanesco da obra ao representarem o casal desfeito pelo ódio das parcialidades da guerra, mas mesmo sua história, repleta de idas e vindas, não conseguirá se impor como um grande enredo sobre o amor que vence barreiras. Como lembra Valeria De Marco, Alencar narra a história amorosa de forma descontínua e cria um amor mediano, incapaz até mesmo de enfrentar obstáculos medíocres criados por homens comuns[155] (ou, pela construção alencariana, ridículos). Esse amor quase banal não levará o leitor à identificação dolorosa e eufórica comum aos enredos romanescos, não criando para a história de amor a centralidade esperada nesses casos.

Pela lógica da "técnica bifocal" scottiana ou mesmo de qualquer romance histórico romanesco, esses personagens ficcionais – que também serviam ao modo de construção da ficção histórica alencariana, sempre criando nas "sombras" deixadas pela historiografia – seriam os protagonistas de um enredo ficcional romanesco rodeado pelos eventos e personagens históricos. Porém, Vital Rebelo e Leonor não assumem seu protagonismo, tanto pela mediocridade de seu amor, que não cria no leitor a euforia e a proximidade necessárias, quanto pela pouca centralidade que o próprio autor imprime à história do casal.

Sebastião de Castro e Caldas tampouco será o protagonista, ainda que nos anos que precederam o conflito tenha sido figura central na vida pernambucana – entre outras coisas por ser o poder máximo *in loco* – e no acirramento dos ânimos, como, aliás, reconhece o próprio Alencar, em nota ao segundo volume, quando afirma: "Dos personagens, que a

---

[154] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 162.
[155] Ibidem, p. 202.

história memorou, o principal é sem dúvida Sebastião de Castro e Caldas"[156]. O narrador em mais de um momento do romance descreve longamente a esperteza e o modo de governar de Sebastião de Castro e Caldas, "o qual entendia com tudo, até com a ração da tropa e o beabá dos meninos na escola". O governador, espécie de "rei constitucional, **que não pode errar**"[157] (grifo do autor), nunca se deixava levar pelas emoções e nem agia de acordo com seus desejos pessoais, mas sim de modo calculado e sempre sugestivamente, preferindo aconselhar a que outros tomassem a frente dos atos enquanto ele colhia os frutos – ou se escondia atrás do erro alheio em caso de fracasso. Por esse motivo, as figuras do ajudante Negreiros e do secretário Barbosa de Lima eram tão conhecidas e visadas, sempre levando a cabo as ordens que, como todos sabiam, vinham do governador. Foi dissimuladamente também que Sebastião de Castro e Caldas procurou resolver os atritos entre nobres e comerciantes através de uma relação de parentesco entre os dois grupos, ao casar o alferes recifense Vital Rebelo com D. Leonor Barbalho, de importante família olindense.

O que levava Alencar a construir desse modo tal personagem histórico, se as próprias fontes o reputavam "homem despótico, imoral, sem religião e cuja ambição não tinha limites"[158]? Os atos – e erros – que Sebastião de Castro e Caldas cometeu nos anos em que foi governador de Pernambuco não o reputavam homem calmo e perspicaz, mas afoito e controlador. Logo nos primeiros momentos na capitania, o governador entrou em conflito com o poder eclesiástico, ao envolver-se pessoalmente em uma disputa interna entre freis beneditinos a respeito da sucessão no mosteiro. Com a intromissão do poder secular, os conflitos se tornaram ainda maiores, chegando à violência aberta e deixando, quando chegou ao fim, dois partidos bem demarcados: de um lado, Sebastião de Castro e Caldas e os comerciantes, do outro, o ouvidor Arouche, o juiz de fora Valençuela Ortiz e a Câmara de Olinda. Nesse momento, Sebastião de Castro e Caldas já se envolvera em conflitos com o poder eclesiástico, criara inimizade com outros altos funcionários régios e se aproximara mais de um lado na dividida sociedade pernambucana. Essa situação pioraria cada vez mais, em boa parte pelo caráter pouco "diplomático" dos atos de Sebastião de Castro e Caldas, com "suas maneiras desabridas de oficial da cavalaria"[159]. Como lembra Evaldo Cabral de Mello, "quando o segredo tornara-se a alma do negócio, Castro e Caldas insistia em comportar-se à velha maneira"[160].

---

[156] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 148.
[157] Ibidem, p. 207.
[158] GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*, op. cit., p. 58.
[159] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 202.
[160] Ibidem, p. 225.

Exceto a necessidade de controlar de algum modo tudo que acontece em Pernambuco, nada do que foi descrito parece se encaixar no personagem Sebastião de Castro e Caldas presente no romance *Guerra dos Mascates*. Esse governante que em tudo influi, mas nunca de forma direta, parece mais próximo de uma visão alencariana a respeito de D. Pedro II e seu "poder pessoal"[161] do que daquilo a que o autor cearense teve acesso nas fontes consultadas. Além dessa necessidade provinda do *roman à clef* – satirizar o Imperador e a política do Império – um Sebastião de Castro e Caldas dissimulado e ardiloso garante que o governador não assuma qualquer tipo de protagonismo no romance, bem como se mantenha na mesma mediocridade do resto dos habitantes de Pernambuco. Um Sebastião de Castro e Caldas impetuoso poderia destoar de seu meio, repleto de interesseiros ardilosos e inconsequentes juvenis – ou senis. O fato de o governador não aceitar que outros se destacassem mais que ele, pois "não tolerava em torno de sua pessoa vultos que pudessem disputar-lhe uma parcela mínima do respeito e até mesmo do embaimento público"[162], apenas reforça a ironia de seu papel coadjuvante.

Ao recriar Sebastião de Castro e Caldas, Alencar age como agirá com todo o evento pernambucano que retrata: partirá da historiografia, mas rebaixará a sociedade pernambucana e seus conflitos para melhor caberem em seu projeto de recriação irônica da história brasileira. Mais importante do que a verdade histórica que o autor defendera nos artigos n'*O Globo*, ao criticar "essa escola que falseia a história, que adultera a verdade dos fatos"[163], é o objetivo do autor de tudo reduzir com sua veia satírica. José de Alencar aproveitará os espaços dados pela historiografia para criar, como acreditava ser a função do escritor ao ficcionalizar temas históricos[164], mas também fará uso da liberdade interpretativa que lhe dava a parcialidade das fontes históricas para reinterpretar os eventos à luz da sua ironia. Como Carlos de Eneia, Alencar será imparcial em seu completo desinteresse e sua superioridade com relação aos eventos rebaixados que narra. Enquanto o personagem mantém sua imparcialidade e desinteresse pelo ostracismo, o autor os mantém pela distância temporal. Porém, mesmo com a distância a que os dois estão dos eventos, o que garante a imparcialidade sobranceira é o desinteresse causado pela desilusão: ambos tentaram utilizar seu esforço e suas virtudes em prol da boa administração pública, mas não se adaptaram ao mundo de interesses egoístas, hipocrisia e adulação a seus tão ególatras superiores: D. Pedro II, no caso de Alencar, e Sebastião de Castro e Caldas, no caso de Carlos de Eneia.

---

[161] MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época.* op. cit., p. 261.
[162] ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*, op. cit., p. 170.
[163] ALENCAR, José. *Dramas*, op. cit., p. 199-200.
[164] Idem.

Essa presunção da imparcialidade e do desinteresse que perpassa o discurso do narrador e do personagem-cronista rege o modo de descrever os eventos pernambucanos. Para ambos, não importam as questões políticas mais imediatas, as disputas partidárias parlamentares ou em campo aberto, mas sim o movimento maior da história. Na análise desse movimento, nenhum dos dois é imparcial, pois a própria visão da sociedade ao seu redor e, no caso de Alencar, da história nacional como completamente mesquinhas é uma tomada de posição. Porém, em um meio oportunista em que os desejos imediatistas regem os negócios públicos, não se portar como um interesseiro mesquinho e por isso mesmo se posicionar acima das questões rotineiras já parece imparcialidade. O narrador e o personagem-cronista, em seu discurso cético e desiludido, criam através de sua ironia redutora o discurso imparcial possível para os eventos que narram. Nobres ou comerciantes, mascates ou pés-rapados, agricultura ou comércio, nada disso importa quando o cisma profundo da sociedade pernambucana é visto através das – quase – desinteressadas lentes que tudo apequenam.

Se o leitor não atentar a essa desilusão que ironiza aquilo que narra e buscar em *Guerra dos Mascates* o romance histórico clássico, mais ou menos aos moldes de Walter Scott, Fenimore Cooper ou do próprio Alencar, irá julgar a obra em questão como falha e panfletária, como fizeram José Veríssimo, Araripe Jr. e tantos outros críticos contemporâneos ou posteriores a Alencar. Também enxergar no romance apenas o *roman à clef* que serve unicamente à sátira dos políticos do Império não é satisfatório para entender o modo de interpretar e retratar a história em *Guerra dos Mascates*. É preciso observar o quanto de histórico o romance de fato precisa ter para atingir seu intento de satirizar toda a história nacional: o que significa ironizar a política do Império, mas também a fundação nacional e seu desenvolvimento.

Esses mesquinhos personagens pernambucanos do início do XVIII não são exceção à história nacional, assim como os interesseiros e os pueris personagens do romance não são exceção na sociedade pernambucana. Como lembra Valeria De Marco, da perspectiva da narrativa, "Pernambuco não carece apenas de homens íntegros, de virtudes altas e amores romanescos. Padece também de valores historicamente poderosos para a realização de ações heroicas."[165]. A estultice dos homens é culpada pela mesquinhez dos eventos pernambucanos, mas não é a responsável pelo início do rebaixamento da história nacional. Toda a história brasileira é pequena, motivada pelos interesses privados e não públicos, pelas rixas pessoais e não por ideias que se chocam no debate público. Na lógica desse raciocínio anterior à própria

[165] MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit., p. 203.

análise do fato não há inverdade histórica desde que se siga o rebaixamento dos eventos: ou seja, se toda a história nacional é mesquinha, não há nada de errado historicamente em pintar intuitivamente "a imagem da sociedade extinta"[166] de forma irônica, não importa o que digam as fontes coevas. Estas importam pelos fatos que narram, não pela sua interpretação, que peca pela proximidade e parcialidade quanto aos eventos. Essa lógica alencariana não se restringe a *Guerra dos Mascates*. Na "Advertência" que abre o romance *Ubirajara*, Alencar já ressaltava ao leitor necessidade de se analisar com cuidado o que diziam as fontes históricas. Segundo o autor

> Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. *É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote*, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida.
>
> [...]
>
> *É indispensável escoimar o fato dos comentos* de que vem acompanhado, para fazer uma ideia exata dos costumes e índole dos selvagens.[167] (grifo nosso)

Mas se na lógica do *Ubirajara* o leitor deveria manter a atenção aos excessos dos cronistas quando interpretavam os fatos, para não censurar o modo grandiloquente de Alencar descrever os indígenas brasileiros, em *Guerra dos Mascates* o raciocínio era o inverso: os cronistas coevos, sob o véu enganador da parcialidade, aumentavam os fatos e exageravam suas proporções em seus comentos. Só os desiludidos, como o autor do manuscrito e o narrador do romance, são capazes de entender a lógica mesquinha que rege a sociedade pernambucana da época, microcosmo da história nacional.

Enfim, no romance *Guerra dos Mascates* tudo é pensado de forma a reduzir a história nacional – e, portanto, os próprios rumos do país até então. Para transformar o dado historiográfico em comédia, Alencar distorce os fatos e os personagens, além de ficcionalizar nas "sombras" históricas sempre de modo a reduzir a totalidade dos eventos. Assim, a comédia *Guerra dos Mascates* ironiza o evento Guerra dos Mascates visando a reduzir os homens, os atos e as letras nacionais, enfim, toda a sua história. Muito diferente do intento de outro autor cearense, Franklin Távora, ao retratar as Alterações de Pernambuco em *O matuto* e *Lourenço*.

---

[166] ALENCAR, José de. *Dramas*, op. cit., p. 200.
[167] ALENCAR, José de. *Ubirajara*. São Paulo: Grua, 2015. p. 121-122.

4 Távora e a Guerra dos Mascates

Ao final de sua carta-prefácio a *O Cabeleira*, em que apresenta seu projeto de Literatura do Norte, Franklin Távora promete aprofundar o debate sobre esse conceito no segundo livro da série, "o qual talvez venha ainda este ano, à luz da publicidade"[168]. O livro em questão só seria publicado dois anos depois, em 1878, e se chamaria *O matuto*; ao contrário de *O Cabeleira*, porém, o livro não alcançaria sucesso de crítica e muito menos de público, o que levaria Távora a atrasar por mais três anos a publicação da, segundo ele, já pronta continuação do romance[169], intitulada *Lourenço*.

O matuto e *Lourenço* fazem parte do projeto de Távora de Literatura do Norte – são o segundo e o terceiro livros da série – e tratam da Guerra dos Mascates. A escolha temática já leva a algumas considerações: em primeiro lugar, o fato de que, assim como em *O Cabeleira*, o episódio escolhido faz parte da história pernambucana, o que acaba limitando o projeto de Literatura do Norte a uma única província, fato comprovado por serem os outros dois romances que formam o conjunto – *Um casamente no arrabalde* e *O sacrifício* – também ambientados em Pernambuco. Em segundo lugar, a escolha do tema chama a atenção porque a Guerra dos Mascates já havia sido ficcionalizada por José de Alencar, no romance homônimo publicado entre 1873-74.

Apesar de escrever sobre o mesmo assunto já visitado por Alencar alguns anos antes, Távora não faz menção alguma ao romance alencariano em suas obras, nem mesmo para refutar a comédia que, imagina-se, poderia ferir seus brios pernambucanos[170]. Essa omissão pode parecer ainda mais estranha vinda do autor das ferinas *Cartas a Cincinato*, dedicadas a mostrar a flagrante decadência do então grande romancista brasileiro e cobrar-lhe uma escrita mais preocupada em reconstruir de forma bela o real do que de transformá-lo por meio da livre imaginação. Entretanto, mesmo sem citar Alencar, os romances de Távora podem ser vistos como um contraponto à sátira que aquele escrevera: diferentemente de seu conterrâneo, Távora preocupa-se em seguir os vestígios históricos a respeito das Alterações de Pernambuco, chegando inclusive a usar notas de rodapé para referenciar a obra de que extraíra algumas informações.[171] Diferentemente de Alencar, Távora segue – como se verá

---

[168] TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 11.

[169] "Para encurtar tempo e diminuir páginas deixo a carta [a respeito da Literatura do Norte, prometida ainda no prefácio a *O cabeleira*] na gaveta com a continuação, já pronta, da presente história."

[170] Távora, como Alencar, era cearense, porém, ainda que trate sempre com respeito e carinho sua terra natal, é Pernambuco, onde viveu por muitos anos, sua grande paixão e obsessão.

[171] A obra em questão são as *Memórias históricas da província de Pernambuco*, apresentada na página 26 desta dissertação.

adiante – a estrutura de um romance histórico romântico, com algumas variações provindas de sua crença na necessidade "arqueológica"[172] de comprovação documental.

As diferenças entre os romances de Távora e o de Alencar, entretanto, se devem mais à finalidade de cada um ao escrevê-los do que de visões diferentes a respeito do gênero: enquanto esse tinha interesse em satirizar a política do Segundo Reinado, aquele pretendia apresentar ao leitor – especialmente ao leitor do Sul – a importantíssima guerra vivida por Pernambuco no início do século XVIII, em que os senhores de engenho e seus partidários lutaram para tornar "nossa terra independente de Portugal"[173].

Já no pequeno introito a *Lourenço*, publicado na *Revista Brasileira*[174], Távora afirma: "Com todo o fundamento dever-se-ia reputar esta guerra como uma das mais prejudiciais a Pernambuco, se ela não fora a semente donde pululou a planta da nossa independência política"[175].

Essa ideia, como já apontado no segundo capítulo, tinha forte influência na historiografia pernambucana pró-nobreza, inclusive nas *Memórias históricas da província de Pernambuco*, de Fernandes Gama, em que Franklin Távora baseou sua pesquisa. Algumas fontes mascatais também acusam o caráter emancipacionista da revolta, porém, o cruzamento das versões explicita que tal pretensão era bastante minoritária entre os nobres, sendo defendida especialmente por Bernardo Vieira de Melo, que preconizava a autonomia pernambucana em uma república aos moldes da holandesa ou veneziana. Mesmo tal proposta, porém, nada tinha de nacionalista, e sim de nativista ou localista: não se tratava do Brasil, mas de Pernambuco. Esse mesmo caráter poderia ser visto na Guerra dos Emboabas, que ocorreu mais ou menos no mesmo período e opôs os paulistas às forças da Metrópole: se houve nas duas uma oposição entre local e exterior, ou estrangeiro, isso não foi o suficiente para de fato aflorar em grande parte da população um sentimento nativista e jamais seria capaz de criar um sentimento de nação em uma colônia extremamente vasta e com pouquíssimo contato entre suas províncias. Acreditar em um caráter nacionalista de tais revoltas implicava um forte anacronismo e teleologia a que nenhuma das três grandes histórias do Brasil a que Távora pode ter tido acesso sucumbiu, porém, algumas fontes pernambucanas, como as *Memórias*

---

[172] LUKÁCS, György. "Privatização, modernização e exotismo". In: LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 225-253.
[173] TÁVORA, Franklin. *Lourenço* – Crônica pernambucana. São Paulo: Martins Editora, 1972. p. 51.
[174] A *Revista Brasileira* teve várias fases em sua longuíssima e entrecortada existência, sendo que na segunda delas, entre 1879 e 1881, teve Távora como seu redator-chefe. Foi nas páginas da *Revista Brasileira* que primeiro se publicou o *Lourenço*. Cf. AGUIAR, Cláudio. "A Revista Brasileira". In AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005.
[175] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 3.

históricas da província de Pernambuco, defendiam tal interpretação, e Távora as seguiu em seus romances.

Essa opção do autor cearense não parece ser fruto apenas de desconhecimento de outras fontes, mas sim de uma interpretação do evento: em seus dois romances, Távora reverbera boa parte das visões que a nobreza da terra preconizava sobre si mesma e sobre os mascates, bem como acentua fortemente o pretenso caráter nacionalista desses nobres. Essa visão se coaduna à ideia de Távora a respeito da Literatura do Norte e do próprio espírito do povo do Norte em comparação aos sulistas. Para o escritor, "As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; *mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra*"[176] (grifo nosso).

A razão para tal propensão, segundo o autor, se dá pois "o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro"[177]. Para integrar esse projeto de Literatura do Norte, iniciado com o romance histórico *O Cabeleira*, o que poderia ser melhor que uma saga a respeito da guerra que "fora a semente donde pululou a planta da nossa independência política"[178]? Assim, Távora não fará um romance aos moldes de *Guerra dos Mascates* porque sua finalidade ao romancear as Alterações Pernambucanas não é satirizar, mas exaltar. Utilizando-se de tal episódio histórico, buscará dar sentido à sua visão a respeito da singularidade e importância do Norte no conjunto brasileiro, com forte ênfase em Pernambuco.

Em seus romances, o narrador faz algumas observações a respeito do caráter prejudicial da guerra e do fato de que não se tratava apenas de uma luta emancipacionista, mas de uma batalha entre a "agricultura ameaçada de ruína, e do comércio que aparecia como tirano"[179]. O narrador lamenta essa oposição entre "dois princípios que devem constituir, nas épocas normais, um só elemento de prosperidade pública"[180], mas não deixa de, no enredo dos dois romances, posicionar-se explicitamente a favor da nobreza da terra, retratada, especialmente em *Lourenço*, como vítima dos portugueses – mascates ou de além-mar.

Independentemente de suas razões e prejuízos, a Guerra dos Mascates é utilizada por Távora como uma confirmação de sua visão a respeito da primazia do Norte, especialmente Pernambuco, na emancipação nacional e em sua cultura. A fim de sustentar tal visão, o autor cearense apoia-se na parcialidade das fontes para criar uma saga em que a nobreza

---

[176] TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*, op. cit., p. 10.
[177] Idem.
[178] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 3.
[179] TÁVORA, Franklin. *O matuto* – Crônica pernambucana. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. p. 136-137. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01902400#page/5/mode/1up>.
[180] Ibidem, p. 137.

pernambucana aparece como representante do povo brasileiro que sofre sob o tirânico jugo português e luta por sua independência.

*

Távora inicia sua carta-prefácio a *O Cabeleira*, em que apresenta ao público sua proposta da Literatura do Norte, com uma longa descrição de uma grande tempestade que se forma ao redor de sua casa, próxima à praia de Botafogo. O escritor cearense, pernambucano por injunções familiares e por convicção, ao escrever os romances da Literatura do Norte, sucumbira ao magnetismo da Corte, para onde se mudara em 1874, segundo Cláudio Aguiar, porque sua permanência na província se tornara impossível depois de sua participação destacada na questão religiosa.[181]

Um casamento no arrabalde é o único dos cinco romances do ciclo da Literatura do Norte que não foi escrito na Corte, porém mesmo essa obra seria reeditada no Rio de Janeiro em 1881 e inserida no conjunto como o quarto livro da série.[182] A reedição provavelmente se dava como uma tentativa do autor de que o público carioca tivesse contato com o livro, pois o que se publicava nas províncias dificilmente era de conhecimento dos leitores da Corte. O próprio Távora ironiza essa situação no prefácio à segunda edição do romance, em que declara publicar o livro por ter a intenção de "Tornar conhecidas da Corte, em segunda edição, as minhas produções que ela não se deu ao trabalho de volver um olhar quando apareceram em primeira, naturalmente porque este fenômeno barbaresco se realizou em uma província"[183].

Esse pequeno livro, publicado no Recife em 1869, não fora desde o começo pensado para fazer parte do conjunto – visto que sua publicação antecede a ideia de Távora sobre a execução de uma Literatura do Norte –, porém, a adequação temática, sua boa recepção crítica e uma provável necessidade de dar corpo ao conjunto fizeram Távora inseri-lo no projeto, ainda que o livro tivesse uma grande diferença com relação aos demais: sua ação era contemporânea. Composição muito diferente tiveram *O Cabeleira* – que expunha em seu prefácio a Literatura do Norte –, *O matuto* e *Lourenço*, pensados desde o princípio para formarem um conjunto temático voltado à história, cultura e tradições do Norte brasileiro.

O matuto vinha a público em 1878, dois anos depois do livro de Távora que mais sucesso de crítica e público alcançara: *O Cabeleira*. Com este romance, o autor cearense

---

[181] Cf. AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, op. cit.
[182] Cf. RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro*: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
[183] TÁVORA, Franklin. *Um casamento no arrabalde*: história do tempo em estilo de casa. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. p. VII.

tornara-se conhecido do público carioca e afirmara seu nome em meio à intelectualidade da Corte, no que teve influência, aliás, não só o romance, mas o projeto da Literatura do Norte. A partir de *O Cabeleira*, Távora viu sua obra ser analisada em jornais pernambucanos e cariocas, além de seu nome ser citado por Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Jr. e Machado de Assis, alguns dos mais importantes críticos do final do XIX. Era de se esperar que *O matuto* fosse alvo de certa atenção; o que ocorreu, entretanto, foi o oposto: sem encontrar quem se interessasse em publicar a obra, Távora arcou com uma edição contratada.[184]

O fracasso editorial de *O matuto* foi tão devastador que o autor não teve disposição nem dinheiro para publicar a continuação – *Lourenço* –, que já estava pronta. Em carta a José Veríssimo, assíduo correspondente, Távora desabafa:

> Tenho-lhe roubado muito tempo, mas ainda direi, para completar esta ordem de ideias, que o meu *Lourenço*, conclusão de *O matuto*, há quase três anos dorme no pó da minha gaveta por não ter um editor, e eu ainda não me haver desembaraçado das despesas feitas com a publicação de *O matuto*.[185]

Os três anos que separam os dois livros sobre a Guerra dos Mascates foram intensos para Franklin Távora, escolhido como redator-chefe para a nova fase da *Revista Brasileira*, que durou de 1879 a 1881, e eleito sócio do prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1880, atribuições que o alçaram a uma posição ainda mais importante no meio cultural da Corte. Na *Revista*, o redator teve a responsabilidade de entrar em contato com possíveis colaboradores, bem como recolher e analisar os textos que seriam publicados. Nos três anos que durou a segunda fase, a *Revista Brasileira* publicou textos dos mais variados tipos e autores, desde poemas de Machado de Assis e ensaios de Sílvio Romero até romances, como as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e alguns capítulos de *Lourenço*, que Távora, seguindo os conselhos de seu amigo Rangel S. Paio, publicou em 1881, em formato de folhetim. Já o IHGB, no Segundo Reinado, era uma instituição de prestígio que vivia sob a proteção do Imperador, presente em algumas reuniões e eventos de gala do Instituto. Seus sócios não apenas tinham posição de destaque no cenário intelectual da Corte como gozavam de um grande arquivo documental provindo de várias partes do país e mesmo do exterior, o que era interessantíssimo a um escritor tão propenso à história, como Franklin Távora. Assim, tanto na *Revista Brasileira* como no IHGB, o escritor cearense pôde ampliar seu contato com o meio intelectual da Corte, bem como ter acesso a textos

---

[184] AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, op. cit.
[185] Apud AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, op. cit., p. 349.

importantes para o momento cultural e para a historiografia brasileira, firmando seu nome no cenário artístico da época.

Nada disso, entretanto, parece ter sido suficiente para impulsionar a publicação de *Lourenço*: de novo, o autor custeava a edição – dessa vez reduzida a duzentos exemplares[186]; de novo, o silêncio da imprensa e da crítica recaía sobre sua obra. Távora ainda lançaria, em 1881, uma segunda edição de *Um casamento no arrabalde*, com o que encerrava seu ciclo de romances do Norte; segundo a organização do autor, o último livro da série seria *O sacrifício*, porém este já havia sido publicado como folhetim em 1879. De qualquer modo, *Lourenço* foi o último romance inédito do ciclo da Literatura do Norte; depois dele, o autor dedicou-se à redação de textos historiográficos destinados ao IHGB, além de críticas e ensaios sobre literatura para diferentes revistas (incluindo a RIHGB). Sua grande obra teórica sobre a Literatura do Norte, aventada desde a carta-prefácio a *O Cabeleira* e intitulada *O Norte*, teve partes publicadas em diversas revistas, mas não chegou a ter uma edição completa e, segundo se acredita, acabou – assim como outros papéis – queimada por Távora no melancólico final de sua vida.[187]

Alguns críticos importantes, como Lúcia Miguel Pereira[188] e Antonio Candido[189], ressaltaram a qualidade literária de *Um casamento no arrabalde*, que, talvez por não ter sido criado com a mesma ambição dos outros romances, ganhou em simplicidade e concisão o que os outros perderam nos excessos historiográficos e moralizantes de Távora. Já Sílvio Romero destaca *Lourenço* como o mais bem acabado de todos os romances do autor.[190] Independentemente dessas opiniões, entretanto, é explícito que, de todas as obras de Távora, a mais célebre foi e continua a ser *O Cabeleira*, romance que tornou seu autor conhecido na Corte e continua a ser publicado e lido até hoje, tendo sido até mesmo adaptado para HQ.[191]

Com *O Cabeleira*, foi a obra crítica de Franklin Távora que lhe deu celebridade ainda vivo e manteve seu nome nas várias histórias da literatura brasileira surgidas desde então. A polêmica das *Cartas a Cincinato* foi um dos principais embates culturais brasileiros do século XIX, junto ao das "Cartas sobre *A confederação dos tamoios*" e à polêmica que opôs Alencar e Nabuco – por ironia, Alencar, antes da fama, havia sido o *enfant terrible* do célebre

---

[186] Ibidem.
[187] Idem.
[188] PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira*: prosa de ficção de 1870 a 1920. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
[189] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit.
[191] ASSIS, L.; MAEDA, H.; ALEX, A. *O Cabeleira*. Inspirado no romance de Franklin Távora. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

Gonçalves de Magalhães na primeira polêmica, e depois, já consagrado, seria o ícone a ser destruído pelos que buscavam seu espaço.

Nas *Cartas a Cincinato*, que tornaram o autor – ainda morando em Pernambuco – conhecido na Corte, Távora analisa os romances alencarianos *Iracema* e *O gaúcho* para defender que Alencar era um escritor em franca decadência. A crítica contida nas *Cartas* parte da ideia de que a escrita alencariana se excedia no uso da imaginação desabrida em detrimento da observação e veracidade – a observação, inclusive, era prejudicada por ser Alencar um "escritor de gabinete", ou seja, alguém que ficcionalizava as várias regiões brasileiras sem nunca as ter conhecido; a mesma crítica seria retomada por Nabuco na polêmica que manteve com o escritor.

A contenda, inclusive pelo tom ferino de Távora, foi constantemente vista como "má ação"[192] do jovem escritor, despeitado pelo fato de Alencar não ter se pronunciado sobre o romance *Os índios do Jaguaribe*, que ele lhe enviara. Porém, as *Cartas a Cincinato* deixam entrever o enfraquecimento da crença na capacidade criativa da imaginação romântica[193], abrindo caminho para uma literatura mais calcada na observação da realidade. Como lembra Eduardo Vieira Martins, num "sinal inequívoco da mudança de rumos que então se operava, os conceitos de originalidade, gênio e imaginação, estandartes da revolução romântica, aparecem nas *Cartas a Cincinato* revestidos de um matiz nitidamente pejorativo"[194]. Ao escrevê-las, Távora apresenta sua visão sobre o romance, que deveria ser calcado no real, mas não em todas as suas facetas, apenas nas belas e edificantes; nesse ponto, percebe-se a diferença entre o que o crítico considerava um bom romance e a voga naturalista que começava a despontar no Brasil. O autor das *Cartas a Cincinato* não é um realista, tampouco um naturalista; as referências de que faz uso nas críticas a Alencar são românticas[195], como românticas são suas obras analisadas neste trabalho. Entretanto, é visível a mudança de perspectiva a respeito do que é um bom romance, não só por parte de Távora, mas do meio intelectual em 1870.

Essa década, que começou explosiva com a votação da importante Lei do Ventre Livre, marca também o fortalecimento de núcleos de contestação ao Poder Central representado pela Corte. As demandas da sociedade, independentemente do sólido e antigo "encastelamento" do poder político no Império, pressionavam uma forma de organização centralizadora que já não era capaz de responder à altura, ainda que tenha tentado fazê-lo com

---

[192] Cf. VERÍSSIMO, José. *História da literatura* brasileira, op. cit.
[193] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 611.
[194] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 29.
[195] Cf. MARTINS, Eduardo Vieira. "Prefácio". In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit.

as reformas do início do decênio de 1870. No bojo dessa contestação – que era também uma exigência por mais espaço dentro do "*status quo* saquarema"[196] –, surgiu a posteriormente intitulada "Geração de 1870", espalhada por várias províncias do Império e guiada por ideais mais ou menos comuns. Geralmente, esses grupos de jovens intelectuais se formavam em torno de uma instituição de educação ou de imprensa, o que se confirma na província de Pernambuco, onde surgiu talvez o mais destacado grupo intelectual da Geração de 1870, que se formou nos corredores da Faculdade de Direito do Recife.

Essa corrente, que ficou conhecida como Escola do Recife, foi bastante plural e reuniu sujeitos que pouco tinham em comum, mesmo intelectualmente, a ponto de alguns críticos, como Afrânio Coutinho, negarem sequer a existência de uma "escola"[197]. Porém, mesmo com essa variedade, houve um movimento no Recife entre as décadas de 1860-80, centralizado em sua Faculdade de Direito, de forte valorização e estudo das novas tendências sociológicas, filosóficas e antropológicas vindas da Europa. Dessa vertente, Távora não chegou a fazer parte, provavelmente por ter se formado em 1863, quando muitos dos membros do movimento sequer haviam começado o curso de Direito. Entretanto, as novas ideias e o sentimento reformista se difundiam na Faculdade e pela vida cultural recifense, e o autor cearense foi um dos muitos influenciados pelos ideais preconizados então. Não bastasse isso, Távora manteria durante sua vida relação próxima com alguns membros destacados da Geração de 1870, como o poeta sergipano Tobias Barreto.

O liberalismo, o positivismo e o cientificismo são marcas da Escola do Recife que Távora de alguma forma carrega, mas a principal característica desse grupo a influenciar profundamente o autor cearense é a sensação de "marginalização em relação à dominação saquarema".[198] Em vários autores da Geração de 1870, essa questão é marcadamente política e até institucional, porém, em Távora, isso se torna uma mágoa com o domínio amplo da Corte, ou seja, a centralização política "dói" no autor cearense por representar também uma dominação cultural. No bojo dessa dominação, insere-se a preponderância da europeizada literatura do Sul em detrimento da do Norte. Essa negação do centralismo cultural da Corte, unida a seu fascínio pela cultura do Norte – especialmente, como já dito, de Pernambuco –, fará da questão regional o foco da produção de Távora, ainda que a íntegra de sua grande obra sobre o assunto, *O Norte*, nunca tenha vindo a público.

---

[196] ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 101.
[197] COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. p. 56.
[198] ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*, op. cit., p. 161.

O "naturalismo sertanejo"[199] de Távora pode não ter alcançado sucesso de público e crítica no XIX, mas, ainda nesse século, a literatura de caráter marcadamente regional ganharia terreno, o que não torna Franklin Távora um escritor regionalista tampouco um precursor de tal movimento, mas demonstra que seu sentimento a respeito das diferenças entre Norte e Sul, se bem não fossem tão marcadas quanto ele julgava, tampouco eram tão desimportantes quanto consideravam alguns de seus contemporâneos[200]. Depois do autor cearense, a história e os costumes do que viria a ser chamado de Nordeste foram diversas vezes ficcionalizados de forma marcadamente documental, encontrando em *Os sertões* o exemplo mais conhecido. Não é, entretanto, o único: ainda no século XIX, o naturalista Rodolfo Teófilo publicou diversos romances e textos historiográficos, sendo que um deles unia – como Euclides da Cunha – história, ciência e literatura. O livro em questão, intitulado *A fome*, narra de forma marcadamente naturalista a grande seca "dos três setes" – de 1877 a 1879 –, em que morreram mais de 500.000 nordestinos. No século XX, o Romance de 30 seria o responsável por tornar esse regionalismo um movimento literário de destaque nacional. Nesse período, a centralidade da história como fonte de explicação dos eventos narrados – vista em Távora e Euclides, por exemplo – abria espaço para o romance social e às vezes marcadamente psicológico, porém a importância da cultura e de particularidades regionais do que hoje se conhece como Nordeste se mantinha.

Tanto *A fome* quanto *Os sertões* tornaram-se referências historiográficas centrais para aqueles que estudam os eventos narrados por esses autores, o que denota a importância – mesmo no início do XX – que tinha a literatura no Brasil para outras áreas do conhecimento, especialmente a história. Ainda na década de 1930, a historiografia brasileira era incipiente, o que começa a mudar a partir das três grandes interpretações do Brasil que surgem nesse período, nas obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Assim, o romance detinha um papel múltiplo bastante afeito à visão de Távora a respeito da literatura, que pode ser visto não só em suas obras ficcionais, mas em seus textos críticos.

Para Távora, o romance tem "função civilizadora; que moraliza, educa, forma o sentimento pelas lições e pelas advertências; que até certo ponto acompanha o teatro em suas

---

[199] TÁVORA, Franklin. "Escriptores do Norte do Brazil – Dr. F. G. Castello Branco". *A Semana*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1887. Apud RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro*, op. cit., p. 133.

[200] Além de Veríssimo, assíduo interlocutor de Távora, que lhe censurava os "preconceitos provincianos" e constantemente se opunha à ideia da brasilidade mais original do Norte, Machado de Assis afirma, em carta a Veríssimo, ter constantes discussões com Távora a respeito da questão, em que reafirmava sua "convicção de ser errado o conceito [de divisão literária entre Norte e Sul]". Cf. VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 311; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. v. 3. (1855-1877). 3 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010. p. 557.

vistas de conquista do ideal social"[201]. Essa função seria mais bem exercida pelo "romance *íntimo*, *histórico*, de *costumes* e até o *realista*"[202] (grifo do autor) do que pelo romance de fantasia, por isso – mas principalmente pelo fato de que Alencar mistura fantasia em romances de costume –, Távora censura o consagrado autor. Será essa diretriz, aliada à necessidade de observação pelo escritor, que guiará Franklin Távora em sua ficção; isso pode ser visto em *O matuto* e *Lourenço*, obras que tratam de um momento sensível da história de Pernambuco e da colônia – na visão de seu escritor, do próprio movimento de independência que surgiria um século depois.

4.1 Os romances históricos *O matuto* e *Lourenço*

O matuto e *Lourenço* ficcionalizam a Guerra dos Mascates a partir do foco em uma pequena família de matutos, Francisco e Marcelina, que subsistem da parca agricultura nas terras do engenho Bujari, próximo à vila de Goiana. Logo no início do primeiro livro, Francisco adota uma criança rebelde e leva-a para viver em sua casa; essa criança lentamente assumirá o protagonismo da saga, o que ocorrerá de forma clara no segundo livro, que leva seu nome: *Lourenço*.

Da narração das dificuldades do casal em transformar aquele garoto arredio e violento em um bom sujeito, o narrador passa lentamente às altercações do período, que levarão toda a região à conflagração e farão com que o senhor do engenho Bujari, assim como os outros nobres da região e seus matutos, se engajem em uma batalha violenta contra mercadores e seus partidários, tanto nas matas quanto nas ruas de Goiana. Ao final do primeiro livro, descobrimos que Lourenço é filho do padre Antônio, que parte para longe após contar o segredo a Marcelina. Além disso, os nobres da região saem vitoriosos, o que mudará logo no começo do segundo livro, em que terão seus bens apreendidos e eles mesmos serão presos alguns e refugiados nas florestas outros. O senhor do engenho Bujari é um dos nobres a ser preso – ao final do livro saberemos de sua morte na prisão –, o que fará com que sua esposa passe a depender da ajuda de Marcelina e Lourenço, que se apaixonará pela senhora de engenho.

Em *Lourenço*, o protagonista homônimo se tornará o grande arrimo da nobreza quase vencida, unindo matutos em sua defesa e lutando contra o bandido Tunda Cumbe, que no primeiro livro sequestrara Bernardina, paixão do então garoto Lourenço, após matar o pai da

[201] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 114.
[202] Idem.

menina, amigo íntimo de Francisco. Lourenço conseguirá recuperar a menina, que influenciada pelo ressurgido padre Antônio recusa seu pedido de casamento. Após suas idas e vindas, em que quase será morto por aliados de Tunda Cumbe, Lourenço partirá das terras do engenho Bujari para viver com o padre, deixando para trás os pais adotivos e uma região que começava a se pacificar com o perdão do Rei aos nobres revoltosos e a restituição de suas fortunas e terras.

Diferentemente dos outros livros da série, *O matuto* traz apenas um curto prólogo – endereçado a "um amigo", como em *O Cabeleira* – em que Távora se justifica por não ter incluído junto ao romance, como tinha prometido, uma carta na qual explicaria alguns pontos sobre a Literatura do Norte. A curta apresentação de *O matuto* não discute questões teóricas, mas, ainda assim, ao referir-se novamente à prometida epístola, que só seria publicada juntamente a *Lourenço* (1881), traz uma informação importante:

> Nessa carta, além de examinar as objeções [à existência de uma Literatura do Norte], estudo à luz do critério histórico, que me pareceu mais natural e justo, a rebelião da nobreza e posteriormente a dos mercadores em Pernambuco, a qual trouxe *a guerra que passou à história com o nome de – Guerra dos mascates*.[203] (grifo nosso)

Esse curto trecho deixa à mostra algumas linhas de força que guiarão as duas obras de Távora sobre as Alterações de Pernambuco, mas o que chama a atenção em um primeiro momento é o autor intitular os eventos de "Guerra dos Mascates", afirmando ser este o nome com que tal momento passou à história. A se levar em conta o que Evaldo Cabral de Mello, um reconhecido especialista em história pernambucana, afirma, a expressão "Guerra dos Mascates" teria sido cunhada por José de Alencar como título a seu romance e, a partir dessa publicação, se solidificado como nome do que antes era conhecido por diversas expressões.[204] Portanto, ou Evaldo e suas referências sobre o assunto estão equivocados, ou Távora, que passou à história literária como "o detrator de José de Alencar",[205] usou no prólogo a *O matuto* uma expressão cunhada pelo "escritor de gabinete" mesmo sem o saber.

É difícil imaginar que Távora não tivesse conhecimento da publicação de Alencar alguns anos antes, e, visto que seus dois romances se apoiam basicamente nas *Memórias históricas da província de Pernambuco*, em que não se emprega o termo "Guerra dos Mascates", mas sim "Sedições de Pernambuco", é possível que ele tenha presumido que o termo lavrado por Alencar fosse de fato usual. Também é possível que a expressão fosse

---

[203] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., sem página.
[204] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit., p. 17.
[205] PEREIRA, L. M. "Três romancistas regionalistas: Franklin Távora, Taunay e Domingos Olympio". In: HOLLANDA, A. B. (org.). *O romance brasileiro*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d. p. 103.

corrente em Pernambuco, província em que os dois escritores moraram, e que Alencar, portanto, o tivesse consagrado nacionalmente. De qualquer modo, ou a historiografia sobre o assunto não teve acesso a documentos outrora conhecidos que se referissem aos eventos como Guerra dos Mascates, ou Távora fez uso de uma expressão, no mínimo, consagrada por Alencar.

Além do uso do termo "Guerra dos Mascates", não há nada nos romances de Távora que remeta ao de Alencar, o que poderia levar a supor que ele não tivesse conhecimento sobre a obra. Entretanto, quando ainda residia na província, o autor leu as obras alencarianas, inclusive as que eram assinadas com o pseudônimo Sênio, objeto de crítica das *Cartas a Cincinato*, o que permite imaginar que, ao chegar à Corte, em 1874, Távora tivesse, ao menos, se informado sobre a publicação em algum periódico. Alencar era nesse momento o escritor brasileiro de maior sucesso, fora objeto de crítica profunda de Távora alguns anos antes e publicava um romance histórico sobre um assunto pernambucano: é extremamente improvável que Távora não tivesse conhecimento dessa publicação e que, sabendo de sua existência, não tivesse se interessado em lê-la. Portanto, resta uma segunda opção: ele conhecia a obra e projetou dois romances a respeito do mesmo assunto, o que não necessariamente era uma resposta direta a Alencar, mas de qualquer modo os livros podem ser lidos nessa chave.

Enquanto *Guerra dos Mascates* é escrito como uma comédia para satirizar o Brasil, *O matuto* e *Lourenço* ficcionalizam um importante momento histórico para divulgá-lo e ao mesmo tempo louvá-lo. Essa ação de difusão serve não apenas para "civilizar" um povo através da instrução, nesse caso do conhecimento do seu passado, como, ao construir o momento histórico de forma heroica e retratar a Guerra dos Mascates como uma luta emancipacionista, criar um mito nacional. Enquanto o desiludido Alencar, ao ficcionalizar as Alterações de Pernambuco, ridiculariza os personagens e os eventos para, desse modo, apequenar toda a história brasileira, e, com isso, o Segundo Reinado, Távora mitifica seus personagens – principalmente os matutos – e os eventos, para assim elevar toda a história brasileira e colocar em seu centro Pernambuco, microcosmo do que ele entende por Norte.

Assim como Alencar em *Guerra dos Mascates*, Távora usa, em *O matuto* e *Lourenço*, a já citada "técnica bifocal". Os primeiros capítulos de *O matuto* são todos empregados para apresentar ao mesmo tempo os protagonistas fictícios – Francisco, o matuto que dá título ao livro, e Lourenço, que protagonizará especialmente o segundo – e o cotidiano das camadas baixas rurais da província de Pernambuco.

O matuto inicia-se por uma longa descrição de um povoado próximo a Goiana, vila próspera de Pernambuco que chegou às raias da desordem completa na Guerra dos Mascates e onde Távora passou toda a sua infância. Com essa escolha, o escritor resolvia ao mesmo tempo várias questões: em primeiro lugar, seguia seus próprios preceitos nas *Cartas a Cincinato*, em que criticava Alencar por ter a pretensão de conhecer a natureza e os costumes "sem dar um só passo fora do seu gabinete"[206]; em segundo, escolhia como centro de sua narrativa uma região que fora importante na guerra e que era ainda mais representativa do que seria o sujeito do Norte pouco influenciado por aspectos culturais estrangeiros do que Olinda e Recife: Goiana era o lar do verdadeiro brasileiro, o matuto da Zona da Mata, mais distante do burburinho e do intercâmbio cultural presentes em cidades importantes e por isso apartado da influência externa, que o levaria a se afastar de suas tradições nativas. Logo no início da descrição, o narrador destaca: "Não há terra que se não distinga por usança, defeito, virtude ou particularidade local, que vem a ser o seu como traço característico, a sua feição dominante"[207].

Essa afirmação se coaduna à sua ideia das diferenças entre as literaturas do Norte e do Sul apresentadas na carta-prefácio a *O Cabeleira*, em que afirma: "Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro"[208]. Mesmo se não houver superioridade de uma região sobre a outra – e Távora, ainda que afirme o caráter mais brasileiro do Norte, não deixa de reconhecer que o romance no Sul era mais desenvolvido –, há diferenças. Essa particularização, que rege a ideia da Literatura do Norte, também se mostra nas constantes descrições e digressões a respeito da vida dos matutos pernambucanos. Além de particularizar o local em que se passará o enredo, a longa descrição – e essa é só a primeira das longas descrições nos dois romances – serve para dar início à apresentação dos personagens, compreendidos como frutos do ambiente em que vivem.

A relação entre homem e natureza chega mesmo ao ponto de ambos confundirem-se:

> Quem, [sic] atravessa Pasmado pela primeira vez tem a ilusão de que todas as arapongas da mata próxima estão ali a soltar seus estrídulos acentos. Mas logo vê homens tisnados batendo com o martelo sobre a bigorna, foles assopradores, carvões ardentes e flamejantes.[209]

---

[206] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 53.
[207] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 1.
[208] TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*, op. cit., p. 11.
[209] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 2.

Entretanto, por mais importante que seja o meio natural na formação do matuto, a visão pessimista de Távora tributa à falta de instrução um peso decisivo na conformação do seu caráter e do seu modo de vida. Há nessa visão de Távora a respeito do matuto uma dicotomia: por um lado, ele é mais puro que os sujeitos que vivem nos centros urbanos, mais honrado e trabalhador; por outro, a ignorância e a pobreza em que vive "são os dois maiores males da terra"[210]. Essa dicotomia poderia parecer menos paradoxal se pensarmos que o matuto é genuíno e naturalmente bom, mas uma instrução preocupada em retirá-lo da condição de ignorância e pobreza sem com isso transformá-lo em um sujeito europeizado, como ocorria na Corte, manteria seus bons elementos apenas acrescentando-lhe virtudes. A questão, portanto, não seria levar o matuto a ser como os sujeitos europeizados dos centros urbanos, mas reduzir a pobreza e difundir a instrução sem com isso mudar o "bom natural"[211].

Entretanto, seguindo a linha determinista pré-científica do raciocínio de Távora, ao mudar as bases materiais de um sujeito, toda a sua vida mudaria, ou seja, ao levar o progresso ao matuto típico da Zona da Mata pernambucana, ele inevitavelmente mudaria. O próprio autor percebia o poder de transformação que o progresso podia suscitar e como, para que o próprio progresso começasse a surgir, era necessário mudar o que havia antes. Em sua carta-prefácio a *O Cabeleira*, há longo trecho em que imagina o desenvolvimento da região amazônica:

> — Que não seria deste mundo – pensei eu, *descendo da eminência da contemplação às planícies do positivismo* – se nestas margens se sentassem cidades; se a agricultura liberalizasse nestas planícies os seus tesouros; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e neles repercutisse o ruído das suas máquinas? Desta beleza, ora a modo de estática, ora violenta, que fontes de renda não haviam de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, *veríamos a cada passo uma Manchester ou uma Nova York*. A praça, o armazém, o entreposto ocupariam *a margem, hoje nua e solitária, [o] cômoro sem vida e sem promessa;* o arado percorreria a região que de presente pertence à floresta[escusa]. *O estado natural, espancado pelas correntes da imigração espontânea que lhe viessem disputar os domínios improdutivos para os converter em magníficos empórios, ter-se-ia ido refugiar nos sertões remotos donde em breve seria novamente desalojado.*[212] (grifo nosso)

Nesse trecho, a dubiedade do pensamento de Távora fica explícita. Por um lado, o autor admira o Amazonas, "incompreensível grandeza" e "esplêndida maravilha"[213] intocada a que "não há prodígio que se possa comparar"[214]; por outro, quando desce "às

---

[210] Ibidem, p. 56.
[211] Idem.
[212] TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*, op. cit., p. 10.
[213] Ibidem, p. 9.
[214] Ibidem, p. 8.

planícies do positivismo”[215], anseia por um futuro que transforme a região em uma “Manchester ou uma Nova York”[216]. Não há a preocupação com outro tipo de progresso que procure de algum modo manter as particularidades do sujeito daquela região; o exemplo a ser seguido vem do centro econômico do mundo ou da cidade americana em vertiginosa ascensão. Não havia outro modelo de progresso no XIX que não o capitalista, e Távora, influenciado por uma miríade de tendências, que iam do Romantismo ao cientificismo positivista, não contestava esses princípios. Isso pode ser percebido nos dois livros sobre a Guerra dos Mascates. Já no início de *O matuto*, ao descrever os personagens que residem na Zona da Mata pernambucana, Távora deixa explícita sua filiação filosófica. Os sujeitos que ali vivem estão apartados do desenvolvimento socioeconômico e científico do século XIX, esquecidos em uma região “pobre de instrução, rica porém de misérias e maus exemplos”[217].

A contradição de Távora não é novidade na literatura brasileira. O Romantismo era também fortemente contraditório em seu elogio – de influência rousseauniana – da pureza do homem natural e ao mesmo tempo sua intenção de civilizar o povo brasileiro seguindo preceitos europeus. Entretanto, essa contradição do Romantismo pode ser matizada cronologicamente: a idealização do índio, por exemplo, não era um paradoxo, pois, da perspectiva dos escritores da época, esse indígena mitificado já não existia mais em sua grandeza; o que sobrara das grandes nações ameríndias era um punhado de tribos decadentes.

A contradição de Távora, entretanto, assim como o nacionalismo romântico, que não renegava completamente a Metrópole por reconhecê-la como a responsável pela introdução da civilização na América, era mais complexa. Távora não estava falando de sujeitos distantes do narrador; ainda que seu romance seja ambientado no início do XVIII, o narrador-autor constantemente tece digressões que apresentam o matuto como um sujeito que ainda existe. No quarto capítulo de *O matuto*, há um trecho em que Marcelina, esposa de Francisco, constrói na janela da pequena casa em que vivem um balcão, para vender produtos agrícolas e artesanais aos viajantes. Após descrever o balcão, o narrador e o autor se fundem em uma lembrança:

> Esta pequena indústria é muito praticada nos caminhos do norte. Quantas vezes, em minhas digressões pelas províncias de Pernambuco e Alagoas, não tive ocasião de chegar-me, montado em meu cavalo, ao pé da janela ou do balcão móvel da casinha pobre, onde se mostravam frutos frescos e sazonados...[218]

---

[215] Ibidem, p. 10.
[216] Idem.
[217] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 56.
[218] Ibidem, p. 53.

O matuto descrito por Távora ainda existia, no século XIX, como era descrito no romance; portanto, ao idealizar o desenvolvimento material como solução desse cenário social de pobreza e ignorância, o escritor ansiava pelo desaparecimento, ou, ao menos, pela transformação profunda, do próprio sujeito que mitificava em sua obra. Esse anseio paradoxal pode ser visto como a percepção de que o mundo desses matutos já não existia mais e que, portanto, ou o progresso e a instrução deveriam se difundir nessas regiões, ou não haveria futuro otimista algum.

Nesse ponto, os dois livros de Távora deixam notar a forte influência de Walter Scott. O autor escocês nascido no final do século XVIII, precursor do romance histórico do XIX, ficcionalizou as grandes lutas de classes britânicas e heroicizou o sujeito mediano, proveniente da baixa nobreza, que se vê ameaçado pelo desenvolvimento do capitalismo. Esse sujeito comum traz em si um elemento trágico, pois está fadado a desaparecer: não há opção para ele, pois o mundo que o criou está desaparecendo e, sendo esse anacronismo vivo, por mais que lute heroicamente, seu destino está traçado. O inglês médio criado por Scott não chega a ser um herói como o das epopeias, sua grandiosidade está justamente em ser extremamente representativo de um tipo social bastante comum. Como explica Lukács,

> o "herói" do romance scottiano é sempre um *gentleman* inglês mediano, mais ou menos medíocre. Em geral, este possui certa inteligência prática, porém nada excepcional, certa firmeza moral e honestidade que beiram o sacrifício, mas jamais alcançam o nível de uma paixão humana arrebatadora, de uma devoção entusiasmada a uma causa grandiosa.[219]

A luta quase resignada do sujeito que já não pertence ao mundo à sua volta está presente nos dois romances históricos de Távora, porém, há algumas diferenças importantes com relação ao clássico britânico. Além de se envolverem em luta inglória, os protagonistas de Távora, assim como os de Scott, são sujeitos comuns, representantes do que seria o homem livre pobre da província de Pernambuco. Já no início de *O matuto*, há uma distinção entre "lavradores" e "almocreves", filiando os protagonistas ao segundo tipo:

> Os matutos podem dividir-se em diferentes espécies, mas as mais comuns são as dos *lavradores* e *almocreves*. Os primeiros são os que dispõem de alguns meios, a saber, escravos, cavalos, terras, os quais sem darem para ter um engenho ou, ao menos, para movê-lo, por si sós habilitam o que os possui a cultivar a cana nas terras do engenho alheio [...]. Os últimos são os que se alugam com sua pessoa e seu cavalo para a condução de cargas, por ajustado frete. Os lavradores são matutos limpos, que entram muitas vezes nos negócios íntimos do grande proprietário, merecem a estima deles [...]. Aos almocreves já não sucede o mesmo. Paga-lhes o senhor de engenho o salário, e eles retiram-se a seus casebres [...] (grifo do autor)[220]

---

[219] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 49.
[220] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 34.

Francisco, o matuto que dá nome ao primeiro livro, é um almocreve que tem o respeito e confiança do senhor de engenho local, João da Cunha, com quem se acertou para construir casa e roçado em terras ainda de mata virgem na região do engenho. Quando a guerra começa, Francisco é mandado para obter informações em Olinda e no Recife, cidade tomada pelos comerciantes e sitiada pelos nobres. Esse encargo demonstra a confiança voltada não só à lealdade de Francisco, mas à sua capacidade de ir e voltar pelo meio da mata pernambucana com mais rapidez e desenvoltura que qualquer outro. Essa capacidade, aliada à força, pacificidade e superioridade sobre os outros almocreves, qualidades apresentadas já nos primeiros capítulos, começa a construir uma figura emblemática, que se destaca mesmo sendo um sujeito comum. Lourenço, filho adotivo de Francisco, é ainda mais mitificado pelo autor.

Desde criança, Lourenço é capaz de lutar violentamente e "em pé de igualdade" contra qualquer adulto, a ponto de o narrador, ao descrever a luta de Francisco para imobilizar o menino que invadira o pouso dos almocreves para roubá-los, afirmar que "nas mãos de outrem que não fora Francisco, [Lourenço] já teria logrado escapar-se"[221]. Lourenço será sempre o sujeito habilidoso e corajoso, mesmo quando, inspirado pelos cuidados dos pais adotivos e pela ambição de possuir seu próprio engenho, passar de violento e cruel para extremamente trabalhador e ordeiro. O caráter indômito, entretanto, se manterá adormecido para, no final do primeiro romance e em grande parte do volume que carrega seu nome, ressurgir com força. Lourenço e Francisco são diferentes em seu ímpeto – o primeiro é indômito enquanto o segundo é calmo e pacífico. Entretanto, os dois se destacam em uma saga repleta de sujeitos fortes, valentes, astutos e ardilosos em combate.

Nesse ponto, os protagonistas de Távora se diferenciam dos de Scott. Embora Francisco e Lourenço sejam, tal qual os personagens do escocês, muito fiéis a seus ideais, sua extrema capacidade de sobreviver e vencer nas situações mais adversas, assim como sua coragem que não teme perigo algum, faz desses personagens heróis românticos ao molde alencariano, e não scottiano.

Francisco, ainda que pacífico, se mostra tão valoroso em *O matuto* que João da Cunha confia-lhe – duas vezes – a função de buscar informações sobre a guerra em Olinda e no Recife. Além disso, quando encontra a tropa de Francisco Gil Ribeiro em uma estrada, o matuto mantém-se fiel à nobreza, mesmo quando o ajudante-de-tenente, para verificar a veracidade das suas palavras, finge ser partidário dos comerciantes:

> Ao entrarem na estrada geral do norte, um matuto que passava do Recife, vendo a força, recuou o cavalo, para deixar livre o caminho. Parecendo suspeito a

[221] Ibidem, p. 24.

> Gil este movimento de pura cortesia ou respeito, fez sinal a alguns soldados que segurassem o matuto. Este, porém, que não era outro que Francisco, adivinhando a intenção, pôs-se a respeitosa distância, aos primeiros gestos dos soldados.
>
> — Que ideia faz de mim, seu comandante? perguntou ele com serenidade. *Pensará que sou pela mascataria?* Pois se pensa, está mal-enganado.
>
> Ouvindo estas palavras, Gil, com gesto imperioso e grave, chamou o matuto para mais perto de si; e lhe disse:
>
> — Quem foi que te ensinou este recado para me iludires?
>
> — Não quero iludir ninguém.
>
> — Cuidado com esta gente, senhor ajudante, disse Felipe Bandeira a meia voz a Gil. Parecendo simplórios, são finos e manhosos.
>
> — Mas quem lhe disse que eu sou pela mascataria? tornou Gil a Francisco.
>
> — *Se é ou se não é, eu não posso jurar. Cá eu é que não sou nem serei por eles nem neste mundo nem no outro.*
>
> — Então, se eu tivesse necessidade de uma pessoa que me ensinasse os atalhos para chegar à vila sem ser pressentido pelos nobres, não me prestava você de boa vontade este serviço tão pequeno?
>
> — *Saberá vossa senhoria que nem de boa nem de má vontade eu lhe ensinava os caminhos da vila para este fim. Daqui mesmo distorcia para trás meu castanho, porque para servir a tais indivíduos não há forças humanas que me obriguem, nem dinheiro que me compre.*
>
> — Grande ódio tem você a esses homens que só cuidam em viver do seu trabalho.
>
> — Eu cá sei em que eles cuidam. *Querem enriquecer à nossa custa. Vendem a fazenda pela hora da morte, agora os gêneros da terra querem comprar por pouco mais de nada. Não fazem isto só com o pobre matuto, como eu; até os senhores de engenho gemem entre as unhas deles. O que não tem o olho vivo, quando dá acordo de si está com as terras, as canas, os negros de sua propriedade metidinhos todos dentro da gaveta do mascate, que faz os suprimentos e adiantamentos. Muito francos em fiarem são os tais mascates, quando veem que as pessoas a quem fazem seus oferecimentos têm bens de seus. Agora, quando a conta está bem aumentada, tomam tudo pela justiça, e ficam donos de casas, escravos e fazendas do dia para noite. Se isto é ser bom, o inimigo leve esta bondade para si, que eu não a quero nem de graça, quanto mais à custa do meu roçado, do meu cavalo e da minha casinha.*[222] (grifos nossos)

Nesse trecho, Francisco se posiciona claramente a favor da nobreza, mesmo tendo à sua frente uma tropa de quase 50 homens com um líder que finge ser favorável aos mascates. O matuto não fraqueja em momento algum em sua lealdade, mesmo percebendo o risco trazido por tal postura. Essa fidelidade cativará o ajudante Gil Ribeiro, que mais à frente ainda testemunhará a coragem e destreza do matuto. O episódio ocorre quando a tropa se vê bloqueada pelas águas violentas do rio Itapirema e Francisco põe em risco a própria vida em busca do ponto em que seria possível atravessar as correntezas a cavalo. Em meio a uma luta de vida ou morte com as correntezas violentíssimas que em alguns momentos faziam o matuto desaparecer completamente sob a superfície revolta, Francisco mantém-se calmo a ponto de gracejar em diálogo com o rio:

> — Eh, meu negro! exclamou Francisco, dirigindo-se ao rio. Estás assobiando e gemendo? *Não vês aqui o teu amigo, famanaz do Cajueiro? Deixa as tuas raivas para outros. Eu sou teu antigo conhecido*. Faz-te de cera, coração.

[222] Ibidem, p. 246-249.

> [...]
> Súbito ouviu-se bater o facão sobre os galhos superiores do mulunguzeiro. Ninguém viu mais Francisco, mas todos ouviram o rumor dos golpes da pesada arma, movida por sua mão possante contra o atleta vegetal que o Itapirema trabalhava por engolir.
> [...] Francisco veio outra vez à terra, e tendo tirado um fuzil do saco vazio que pendia do cabeçote da cangalha, encaminhou-se para uma macaibeira que a alguns passos aparecia solitária.
> [...]
> Então, voltando-se para a tropa, disse:
> — Vamos passar o rio. Eu vou na frente, feito guia. *Com o homem ninguém pode, comandante. É o bicho mais valente que eu conheço. Qual cobra, nem onça, nem rio, nem raio! Quando o homem é homem, fique certo que vence pedras, água, o próprio fogo.*
> [...]
> Quem souber o que é um rio cheio, nos caminhos do norte, especialmente o Itapirema, que pelo inverno costumava arrebatar e ainda arrebata às vezes algumas vidas, ajuizará da coragem de Francisco e do serviço que prestava.[223]

O ajudante-de-tenente, que já admirava Francisco, após tal evento se impressiona ainda mais com o matuto, a ponto de dizer aos companheiros estar "cativo"[224] dele. Depois de presenciarem a destruição causada pelos tundacumbes, Gil Ribeiro convida Francisco a juntar-se à sua tropa e seguirem para Goiana, onde mais tarde reprimirão a revolta dos comerciantes. O matuto humilde, mesmo não sendo um guerreiro, por sua extrema capacidade agrada a Francisco Gil Ribeiro, personagem histórico que de fato derrotou os comerciantes em Goiana e depois em Itamaracá, inclusive reduzindo os Homens do Cipó, ainda não capitaneados por Tunda-Cumbe, a pouco mais de uma dúzia.[225] A importância de Francisco está não só em suas ações, mas nessa capacidade de angariar a confiança de sujeitos importantes, sejam os personagens fictícios, como o senhor de engenho João da Cunha, sejam os históricos, como Francisco Gil Ribeiro.

A lealdade de Francisco será colocada à prova na trama do segundo livro, *Lourenço*, em que os nobres sofrerão perseguição levada a cabo pelo governador Félix José Machado. Parte das hostes do governo, Francisco segue – relutante – por um tempo como membro das forças regulares, mas ao final do livro foge para se unir aos nobres em Tracunhaém; logo que chega, mostra seu valor ao capturar um espião e entregá-lo aos chefes revoltosos.

À coragem pacífica de Francisco só se equipara nos dois romances a valentia indômita de Lourenço. Desde o começo da saga, ele é descrito como extremamente forte e voluntarioso, mas é na trama do segundo romance – que leva seu nome – que o garoto, já crescido, enfrenta seus maiores desafios. Estes são em grande parte causados pelos próprios arroubos de valentia do protagonista, que logo no começo do romance não consegue se

---

[223] Ibidem, p. 256-258.
[224] Ibidem, p. 260.
[225] MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*, op. cit.

controlar ao ver o senhor de engenho João da Cunha preso e lança sua faca contra Tunda-Cumbe. Junto ao líder vinha "uma força passante, de duzentos homens [...] composta de caboclos; no restante havia de tudo – negros, curibocas, mestiços, semibrancos e até brancos", o que não foi suficiente para controlar a raiva que o jovem matuto sentia. Esse sentimento é explicado pelo narrador:

> Em toda a sua vida, Lourenço nunca senti[r]a dor tão atroz. Afeito desde menino a ver no sargento-mor representada uma instituição, que ele não sabia explicar, mas que impunha a seu espírito a força de lei fatal e quase divina – a instituição da nobreza, foi com verdadeiro assombro que testemunhou agora aquele claro pulso aviltado pelo instrumento destinado aos réus vulgares, que só despertavam compaixão. A filosofia da vida, [sic] dava pela primeira vez a ler ao bisonho almocreve uma das páginas tristes, que o homem versado em letras encontra aos milhares no imenso livro da história.[226]

Impactado por essa visão que contestava seu entendimento do mundo, Lourenço se esconde nos ramos de uma árvore e lança sua faca contra Tunda-Cumbe. Antes mesmo de terminar o ato, o nobre Falcão d'Eça puxa Lourenço para dentro do tronco oco da árvore, evitando que o jovem seja avistado por algum membro do grupo. O menino, entretanto, não recobra o bom senso rapidamente e critica Falcão d'Eça por tê-lo impedido de vingar os nobres presos. Por fim, questiona seu salvador do motivo de ele não ter se vingado dos comerciantes, além de maldizer Tunda-Cumbe e os mascates:

> — [...] Havemos de ver qual dos dois sangues deixará primeiro de correr em Pernambuco, se o teu sangue [de Tunda-Cumbe] de bicho da outra banda, se o da nobreza de minha terra, o sangue azul daqueles que te mataram a fome e agora cobres de lama e desaforos.
>
> E voltando-se para o capitão, acrescentou:
>
> — E que faz vosmecê, seu Falcão d'Eça, que não mostra ao governador e ao ouvidor dos mascates para quanto presta o seu brio? Será possível que tanta gente, tanto fidalgo limpo, tanto homem rico e que sabe onde tem as ventas, esteja a sofrer as ousadias de labregos sujos, que deviam ser botados para fora à peia?[227]

Nesse trecho, a coragem revoltada faz com que o jovem almocreve questione duramente um importante nobre como Falcão d'Eça, líder da Liga de Tracunhaém. Essa marca de Lourenço é percebida em outros momentos do romance, quando, por exemplo, o rapaz reúne alguns matutos para atacar a diligência que levou membros da nobreza para o Forte das Cinco Pontas, temida prisão da época. Lourenço se lança contra a diligência, mas, no momento em que estava libertando o pró-homem Cosme Bezerra de suas amarras, abandona essa ação para responder à investida que levara de Jerônimo Paes. Lourenço derrota sem problemas o partidário da mascataria, mas o bando do Tunda-Cumbe aparece para apoiar

---

[226] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 39.
[227] Ibidem, p. 41.

as tropas do governador, e Cosme Bezerra não consegue fugir. Essa falta de foco do matuto o narrador contemporiza: "Inexperiência da idade que frustrou a grande obra quase terminada"[228].

Essa atitude de Lourenço não parece ser apenas em razão de sua pouca idade, pois, por mais que ao final da saga o almocreve ainda seja bastante jovem, suas ações e reações durante a trama são constantemente movidas por impulso incontrolável. Essa constante luta interna de Lourenço entre seguir o caminho de trabalho e bondade dos pais adotivos ou ser guiado pelos seus instintos, produzidos por uma "povoação pobre de instrução, rica porém de misérias e maus exemplos"[229], transforma-o no personagem mais inconstante desse romance formado por sujeitos "planos"[230]. Diferentemente dos outros personagens, Lourenço não é a representação da bondade, da moral proveniente do trabalho ou da crueldade, mas um personagem que vai se transformando durante o romance, em um processo de formação bastante limitado desde o começo.

Quando surge no enredo, Lourenço é um sujeito já pronto, porém da pior forma possível: "fruto de união reprovada", "precocemente apodrecido nas dissoluções da povoação pobre de instrução"[231], "demônio do Pasmado"[232], garoto que ainda novo já incendiara casas e, segundo o dono do rancho em que Francisco o encontrou, matara o irmão mais novo de tanto cometer maldades contra ele – informação negada pelo personagem, que ao final do segundo livro afirma nunca ter matado ninguém[233]. Essa criança absolutamente cruel e maldosa, rejeitada por todos que tentaram ajudá-la devido à sua ingratidão, será adotada por Francisco, que a levará para ser criada pelos bons exemplos e cuidados de Marcelina. Nessa saga, Távora parece ter pretendido inverter a situação do protagonista de *O Cabeleira*: ao contrário de José Gomes, o menino naturalmente bom que se perde em razão dos maus exemplos dados pelo pai, Lourenço é o menino naturalmente mau recuperado pela força do exemplo, da educação e do trabalho.

No momento em que chega ao Cajueiro, inicia-se a formação de fato de Lourenço, mais a partir de ensinamentos e bons exemplos cotidianos dos pais adotivos do que da sua busca por sobrevivência em um mundo hostil, como havia sido sua educação prévia. Lourenço era fruto do ambiente em que vivia, e essa fora sua formação inicial, que o

---

[228] Ibidem, p. 74.
[229] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 56.
[230] FOSTER, E. M apud CANDIDO, Antonio (et. al.). *A personagem da ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
[231] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 56.
[232] Ibidem, p. 26.
[233] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 228.

transformara, como dito por mais de um personagem do romance, em "fera". Como o próprio narrador reitera, a maldade de Lourenço era passível de mudança, pois o menino

> não tinha certos vícios que rebaixam nas cidades populosas a infância entregue a seu próprio e único alvedrio e direção. Ele era de índole mau, e cedendo às impreteríveis e fatais leis do instinto, fora arrastado inumeráveis vezes a cometer atos reprovados. *Ignorante, porém, das vilezas que os meninos aprendem nos colégios mal administrados*, e que das mais puras e inocentes almas fazem pacientes e propagadores do enredo, da mentira e de vergonhosos prazeres que desnaturam as mais fortes e viris organizações, *ele guardava ainda no coração intactos e como adormecidos os estímulos próprios do homem, que ainda metido no charco das paixões, não lhe bebe a lama como a dos charcos bebem os animais.*
>
> [...]
>
> *Era o perverso da selva, duro, difícil, mas não impossível de vencer-se, e não o das cortes, nojento, infame e tão fácil de prostrar-se quão impossível de corrigir-se.*[234] (grifo nosso)

Lourenço, portanto, era mau por ser ignorante e sem instrução, mas essa mesma ignorância lhe garantia manter intacta sua capacidade de mudar e ser um sujeito melhor, pois ainda não tivera contato com as vilezas e artimanhas que corriam pelas grandes cidades, especialmente a Corte. Por sua maldade ser fruto de falta de instrução, e não conscientemente aprendida por meio de maus exemplos, seu comportamento era passível de mudança a partir de bons modelos, como é o caso de seus pais adotivos.

A mudança de Lourenço se dá em três fases. A primeira é regida por Francisco e, especialmente, por Marcelina, com a educação que lhe dão e seus bons exemplos. Essa instrução em um meio de "moral doméstica, amor ao trabalho, e fé no Criador"[235] começará a mudar os hábitos de Lourenço, mas ainda serão necessários dois episódios para frear os impulsos de fera do menino: a luta que trava contra um casal de escravos, seu filho e seus cachorros, de que só sai vivo porque Francisco chega a tempo de salvá-lo, e especialmente a visita que faz na companhia do pai adotivo ao engenho Bujari.

Absolutamente extasiado pela visão do engenho e seu funcionamento, o menino volta para casa disposto a trabalhar firmemente até conseguir comprar seu próprio engenho, e, por essa ambição, começa a ajudar assiduamente Francisco e Marcelina em seus afazeres. Porém, o processo de formação de Lourenço, ainda que rápido, é cheio de recaídas durante os dois romances, provavelmente em resposta a F. D'Aguiar, que criticara a inverossimilhança da conversão excessivamente célere de José Gomes, em *O Cabeleira*. A primeira recaída de Lourenço se dá quando o garoto reencontra Benedito, filho dos escravos que haviam lhe dado uma surra. Lourenço não controla sua raiva, busca vingança e, após luta renhida, lança o menino dentro de uma cova repleta de brasas. Logo que o menino cai em meio ao fogo e

---

[234] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 63-65.
[235] Ibidem, p. 55.

começa a gritar, Lourenço percebe a profundidade de seu ato; já não é mais o ignorante cruel, mas um garoto capaz de racionalizar seus atos e perceber seus erros: "O impulso de fera, que o levara a atirar na cova o adversário, foi instintivo, inevitável, fatal: não lhe deu tempo a refletir; tinha passado tão rápido como o pensamento, e em seu lugar estava agora a razão"[236].

Como punição ao filho, Marcelina ordena que ele trabalhe no lugar de Benedito e repasse todo o dinheiro ganho nessa atividade para a família do menino. Lourenço cumpre o que a mãe pede e, já senhor de sua razão, percebe o prejuízo que isso representa em sua ambição de guardar dinheiro para comprar um engenho. A ambição pessoal, portanto, e a instrução dada pelos pais o levam a mudar e a se integrar à sociedade, transição que irá se completar quando o padre Antônio, que na verdade era pai de Lourenço, ensiná-lo a ler.

Lourenço ainda terá outras recaídas nos dois romances, mas grande parte delas, exceto a última, é facilmente entendida pelo leitor. De todas as vezes em que recorre à violência, Lourenço está vingando algo que ocorreu a ele mesmo ou, durante a guerra, a alguém próximo. Assim, por exemplo, uma das últimas ações do jovem em *O matuto* é prender um dos bandoleiros do malfeitor Pedro de Lima a uma árvore – ato que, por acaso, acabou se assemelhando a uma crucificação. O intuito de Lourenço era queimá-lo vivo, porém deixara o ato para outra hora e o abandonara, de maneira que depois viesse a ser solto por Francisco. O pai adotivo, ao saber que fora o filho quem prendera Pedro de Lima daquela forma, repreende-o, dizendo não ser Lourenço juiz ou Deus para julgar os homens, não importa quais crimes tenham cometido.[237] Nesse ponto e em diversos outros do segundo romance da saga, percebe-se a diferença entre Lourenço e seus pais adotivos: fruto de um meio hostil, o menino estava pronto para aquele mundo que agora o cercava; tão valente e tenaz quanto os pais, Lourenço tem a seu favor a raiva que faz com que seus princípios morais sejam deixados de lado quando a busca por vingança se torna incontornável. Essa característica faz também de Lourenço um personagem mais interessante e verossímil nesse romance histórico, que narra uma calamidade pernambucana, pois, como afirma Foster, "uma personagem plana séria ou trágica arrisca tornar-se aborrecida"[238].

Aborrecidos são muitos dos personagens de Távora nos dois romances-tese: quando não são apresentados basicamente como representantes de uma virtude, como Marcelina, são efígies heroicas e, portanto, também virtuosas, como Francisco; constantemente, esses personagens são movidos pela razão e pelo extremo bom senso e moralidade, chegando

---

[236] Ibidem, p. 101.
[237] Idem.
[238] CANDIDO, Antonio (et. al). *A personagem da ficção*, op. cit., p. 63.

mesmo a se desumanizar, pois são destituídos da capacidade de agir de forma impensada, levados pelas emoções. Lourenço, mesmo que às vezes tenha essa veia pulsante de ódio exagerada, como quando ataca Marianinha com uma faca ao final do segundo romance, é o mais vivo dos personagens da saga.

Na vasta miríade de personagens de Távora, poucos parecem de fato ter alguma profundidade, e comumente esses personagens mais profundos não estão no centro do romance, ligados às duas questões que lhe pareciam mais importantes: o romance como tese e o romance como representação da veracidade histórica. Os personagens mais complexos e "vivos" da saga, movidos, mais do que por virtudes ou desejos reprováveis, são basicamente Lourenço, Bernardina, padre Antônio, o mercador Antônio Coelho e o escravo Germano. Todos esses têm importância na história, ainda que apenas Lourenço ocupe o centro da ação.

Bernardina é a paixão juvenil de Lourenço e acaba raptada por Tunda-Cumbe, que mata seu pai, Victorino, em duelo desleal; a jovem será libertada no segundo livro por Lourenço, recusará de forma indireta sua proposta de casamento e, mesmo apaixonada por ele, aceitará se casar com outro para, como sugere padre Antônio, não levar Lourenço a se casar com uma mulher já maculada. Padre Antônio é pai de Lourenço e no segundo romance da saga será o responsável por salvar a vida do jovem, além de lhe doar suas terras, armar o casamento de Bernardina para que ela não se case com Lourenço e, por fim, buscá-lo no Cajueiro ao final da saga. Apesar de professar boas ações, padre Antônio traiu seu voto de castidade e gerou com isso um filho que, após a morte da mãe, ficou abandonado à própria sorte, tornando-se absolutamente imoral. Como já defendido por Cristina Betioli Ribeiro, o personagem é um recurso empregado por Távora para criticar a Igreja Católica, instituição com que polemizara na conhecida "Questão Religiosa"[239]. A crítica não estaria apenas na oposição entre o discurso moralizante da Igreja e as atitudes imorais do clérigo, mas também, no segundo livro, entre a defesa da bondade e o tratamento impiedoso a Bernardina para, com isso, evitar um casamento vergonhoso ao filho; por fim, o fato de o padre sequer ter coragem o suficiente para revelar a Lourenço ser seu pai é a última crítica implícita do autor na construção do personagem.

Germano é figura que pouco aparece, mas será importante na trama do primeiro livro ao molhar a pólvora dos nobres encastelados no sobrado de João da Cunha. O escravo vacila em seguir ou não os planos que havia combinado com Pedro de Lima devido a uma luta interior entre o desejo de liberdade, prometida pelos partidários do Recife, e a lealdade a João

[239] Cf. AGUIAR, Cláudio. "A questão religiosa". In: AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, op. cit.

da Cunha, a que constantemente o narrador faz coro, recriminando fortemente o escravo por fraquejar na fidelidade ao seu senhor. Por fim, o personagem, atormentado pela culpa, decide não molhar a munição, mas outro escravo, Moçambique – o mesmo que quase matara Lourenço no começo do romance –, assim o faz; Germano mata-o e lança água à munição: assim, se os mercadores vencessem, ele seria livre, mas, se não, poderia culpar Moçambique e parecer inocente. Isso ocorre e João da Cunha liberta na mesma hora o escravo, que, ao sentir "o remorso, o arrependimento, o pesar, a dor abafada e temerosa"[240], comete suicídio.

Antônio Coelho, personagem fictício que será morto pelos partidários de Olinda ao final do primeiro livro, é o motivador da revolta dos mascates em Goiana. Esse personagem é construído por Távora de forma a representar perfeitamente a versão nobre a respeito dos grandes mercadores de Pernambuco: portugueses que chegaram à província em estado de miséria ou quase, foram ajudados pelos nobres desde o começo e com extrema ingratidão fizeram de tudo para prejudicar seus benfeitores, rebaixando o preço do açúcar que depois vendiam caro, emprestando dinheiro ou adiantando pagamentos para depois tirar dos nobres até mesmo seu engenho por causa das dívidas. Antônio Coelho sempre fora muito bem recebido e bem tratado pela nobreza, que inclusive o ajudou a conseguir o título de sargento-mor; como D. Damiana o lembrará ao final de *O matuto*, João da Cunha fora para ele uma "proteção", um "amparo", um "pai", que lhe indicou "o caminho para a vossa [de Antônio Coelho] independência"[241]. Porém, o mercador cometeu o grande erro de pedir D. Damiana em casamento, já prometida a João da Cunha; além do pedido recusado, Antônio Coelho sentiu "o eclipse da sua estrela"[242], jurando desse dia em diante vingança contra João da Cunha e toda sua classe. Como lembra o narrador, bem "A esse tempo já se iam manifestando as rivalidades que trouxeram como resultado a guerra"[243]; portanto, Coelho só precisou investir parte do seu dinheiro para comprar o apoio do povo, incluindo o de Tunda-Cumbe e seus Homens do Cipó, para fazer insurgir grande revolta contra os nobres em Goiana. Ao saber, entretanto, que D. Damiana não fora forçada a se casar com João da Cunha, Antônio Coelho parece arrepender-se de tudo que fizera, orienta a esposa do senhor de engenho sobre como fugir da fúria do povo e acaba morto pelas tropas partidárias da nobreza. Ainda que o narrador, afinado ao discurso dos pró-homens, não se dê ao trabalho de analisar ou mesmo tratar de forma mais empática a vida de Antônio Coelho, a própria descrição das ações e os diálogos deixam implícita outra história do mercador.

---

[240] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 396.
[241] Ibidem, p. 439.
[242] Ibidem, p. 215.
[243] Ibidem, p. 216.

Tanto Antônio Coelho quanto Germano são traidores que se redimem ao final de *O matuto*, e não há qualquer dúvida disso se seguirmos a descrição do narrador: os dois traíram aqueles que só lhe faziam o bem, como se pode depreender do diálogo entre D. Damiana e Coelho ou da reprimenda de Marcelina a Germano, que o condena por trair "senhor, que te estima, e que, até já tem por vezes prometido forrar-te"[244]. Não importa para essa versão o fato de que Antônio Coelho era tratado como sujeito de segunda classe, que devia obediência e respeito a seus senhores por não ser um nobre, ou que Germano sequer era livre. Os dois, quando traem a nobreza, estão em busca de sua própria emancipação: no caso de Germano, do jugo escravista que o impede até mesmo de ser visto como pessoa; no caso de Antônio Coelho, do Antigo Regime, que o obriga a ser subalterno de uma classe senhorial muitas vezes falida, mas que controla a política – e, portanto, a justiça – local e ridiculariza suas origens. Portanto, em seu romance-tese, o republicano, abolicionista e progressista Franklin Távora posiciona-se em um espectro reacionário da contenda que narra. Dialogando com Eduardo Vieira Martins, que afirma que "apesar de politicamente progressista, Franklin Távora era esteticamente conservador, o oposto de Alencar, que era politicamente conservador, mas esteticamente renovador"[245], poderíamos afirmar que, em *O matuto* e *Lourenço*, Franklin Távora se mostra estética e politicamente conservador.

É possível argumentar que o narrador e o autor não são a mesma entidade, mas ao analisarmos os dois livros – e também *O Cabeleira* – é inegável que o posicionamento presente nos livros é o do escritor, a tal ponto que muitas vezes a barreira se rompe e o narrador trata de vivências próprias de Távora, como suas viagens entre o Recife e Goiana ou sua visão a respeito dos matutos que por esse caminho encontrava. Os romances-tese *O matuto* e *Lourenço* são uma oportunidade justamente de defender argumentos do próprio Távora, aproveitando-se de um gênero propício para isso como o romance, que "tem influência civilizadora"[246], moralizante, educativa. O autor faz uso constante dessa faceta do gênero, ao discutir durante sua narração em *O matuto* e *Lourenço* as causas e efeitos da ignorância a que está submetido o matuto ou, no caso de *O Cabeleira*, da influência de um ambiente hostil e da falta de instrução na formação do banditismo – o que se repete com Lourenço até que seja adotado por Francisco.

Como já abordado no segundo capítulo, a Guerra dos Mascates gerou diversas interpretações, focando algumas vezes o caráter emancipacionista, outras a disputa entre

---

[244] Ibidem, p. 276.
[245] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 33.
[246] Ibidem, p. 114.

Olinda e Recife ou mesmo a luta de classes entre nobres e comerciantes. Essa mesma luta de classes entre nobreza e burguesia estava presente nos romances históricos de Walter Scott e seria um conflito importante no decorrer do século XVIII, culminando na Revolução Francesa em 1789. Na Guerra dos Mascates, ela era acrescida da questão colonial – o início do sentimento nativista que oporia cada vez mais colônia e metrópole – e das oposições urbano x rural e interior x litoral, mas não deixava por isso de ser uma luta de classes, e Távora admite em seu romance que percebe isso, ao discutir a natureza do conflito em uma digressão feita para explicar o evento histórico aos leitores:

> Para que fique inteirado do necessário o leitor que não for muito versado no conhecimento das lutas políticas de nossa terra nos tempos coloniais, indispensável nos parece examinarmos aqui, posto que de relance, a causa da agitação dos espíritos na época em que se passou esta história.
>
> De que procedeu o sobredito rompimento [entre comerciantes e senhores de engenho]? De quererem os negociantes do Recife que esta povoação passasse a vila, e de o não quererem os nobres da cidade de Olinda. Qual a razão de quererem os negociantes do Recife e de não quererem os nobres de Olinda que passasse a vila aquela povoação, que aliás já tinha sido cidade no domínio holandês, por suas excelentes vantagens naturais, posição física, e principalmente por ser porto de mar e oferecer fácil ancoradouro? A razão era porque, sendo o Recife quase em sua totalidade habitado por negociantes portugueses, passariam estes a ter, com a elevação da povoação a vila, preponderância no Senado da câmara, e por seus votos poderiam reduzir a nada, visto que o seu número era grande, os nobres da cidade na taxação dos gêneros, na arrematação de contratos, enfim na governança que até então tinha sempre andado nas mãos da nobreza da terra.
>
> [...]
>
> Por onde se vê que nem era de todo sem fundamento o ódio que nobres e mercadores se votavam mutuamente, nem a guerra a que esse ódio deu lugar podia faltar a rebentar com a veemência e crueza que a caracterizaram. Enfim, *a luta era menos de fidalgos e peões do que da agricultura ameaçada de ruína e do comércio que aparecia como tirano*. Não há luta mais fatal e terrível em seus resultados do que a em que se empenham dois princípios que devem constituir, nas épocas normais, um só elemento de prosperidade pública, servindo cada qual de complemento natural do outro. Estamos por isso muito distantes dos que nesse memorável movimento querem ver, antes um testemunho de ridículos preconceitos, costumes e educação dominantes no século próximo passado, do que *a séria colisão de interesses que ainda em nossos dias podem trazer, achando-se em desacordo como então se acharam, resultados ainda mais tristes e lastimosos*.[247] (grifo nosso)

Essa oposição na América portuguesa entre duas classes não ocorria apenas em Pernambuco, mas em várias outras regiões, chegando também ao conflito armado no Maranhão e na região aurífera de Minas Gerais; o que se via era o fim da "relativa simplicidade da estrutura social brasileira"[248] – em que os grandes proprietários rurais controlavam basicamente tudo – devido à ascensão de uma nova classe, que monopolizava o comércio e o crédito. Essa disputa com o tempo fará com que os proprietários rurais percam seu monopólio da política e da administração local, resultando em um esvaziamento do poder

[247] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 136.
[248] PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*, op. cit., p. 38.

das câmaras em favor do poder do governo. Como afirma Caio Prado Jr., "no correr do século XVIII só existe na colônia uma autoridade: a da metrópole portuguesa"[249]. Porém, esse controle absoluto minará as bases sociais do poder colonial e levará à lenta afirmação da emancipação, baseada na percepção cada vez maior de que o lucro da Metrópole se opunha aos interesses locais.[250]

A partir de seu bairrismo, Távora conseguiu construir uma saga histórica que apresentava esse momento importante de mudança social no Brasil. Além disso, o narrador, ao se posicionar claramente a favor dos nobres, postava-se ao lado da classe que se tornaria cada vez mais emancipacionista. Seriam os grandes proprietários – não apenas açucareiros, mas também cafeeiros –, aliados a diversos comerciantes, os responsáveis por tomar o poder em 1822, garantindo posteriormente uma Monarquia marcada pelo "trabalho escravo e a grande propriedade"[251]. Esse caráter fortemente elitista e antipopular da Independência brasileira, inclusive, também está presente no romance de Távora.

Em *O matuto* e *Lourenço*, as camadas baixas são descritas de acordo com seu posicionamento: quando são pacíficas e respeitam a nobreza, os matutos e moradores pobres das vilas são bons e honrados; quando se revoltam e por alguma razão seguem os comerciantes, são traidores e interesseiros. Os matutos bons, conscientes de sua "pobreza e consequentemente [...] fraqueza", são "dignos de compaixão e amparo" e não "do riso mofador"[252]. Esses sujeitos são bons à medida que são leais aos nobres, em uma relação de vassalagem que cobra não o respeito forçado, aos moldes coronelistas, mas a sujeição pela consciência que a tradição lhes impõe naturalmente. Os senhores de engenho têm também com seus lavradores responsabilidades, principalmente a manutenção da segurança dos que vivem em suas terras. João da Cunha, mesmo temido por seu temperamento,

> tinha em suas terras muitos lavradores e foreiros. Alguns escolhiam, para se fixar, as terras do engenho Bujary, e havia razão para esta preferência. João da Cunha era ríspido, exigente e até poder-se-á dizer – mau. Mas tinha uma grande qualidade, que em certo modo atenuava os seus grandes defeitos. Bulir com um morador do seu engenho era o mesmo que bulir com ele próprio. Excedia os limites da defesa quando algum deles era ofendido. Tomava parte pelo morador em público, ia pessoalmente aos juízes, para que ordenassem o castigo do delinquente, gastava do seu dinheiro com o pobre e sua família, enfim, *deixava o papel de tirano e representava ao vivo o de pai ou zeloso protetor.*[253] (grifo nosso)

---

[249] Ibidem, p. 43.
[250] Idem; COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república*: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010. p. 27.
[251] Ibidem, p. 11.
[252] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 37.
[253] Ibidem, p. 169-170.

O senhor de engenho, ainda que tirano, era também o arrimo das famílias que viviam em suas terras, desde que estas o tratassem como a hierarquia social ordenava. Esse respeito à tradição e à hierarquia social deveria ser imutável. Portanto, os filhos dos lavradores, como Lourenço, deviam também se sujeitar à mesma família. Essa sujeição seria naturalmente assimilada, como as normas em uma sociedade estável, a ponto de Lourenço, fera criada pelo abandono, após ser educado pelos pais adotivos, empregar o mesmo discurso pró-nobreza de Francisco. Os que não se sujeitam a essa relação descrita pelo narrador de uma perspectiva feudalizante[254] são apresentados pelo romance – explicitamente ou não – como sujeitos desleais e de caráter duvidoso. Mesmo quando, como no caso de Germano, a não sujeição signifique um grito de liberdade.

Os dois romances de Távora são uma ode à sociedade do açúcar.[255] Isso ocorre não só por meio da descrição e defesa das instituições e costumes dessa sociedade, mas de forma explícita em longo trecho no início de *O matuto*:

> Entristeço-me, meu amigo, a qualquer indício de que à cultura da cana se trata de substituir cultura de planta diferente, seja muito embora esta da estatura e importância do café, ao qual desde pequeno me acostumei a votar grandes afeições. A razão é porque a cana-de-açúcar me inspira íntima e saudável paixão, que não sei explicar, mas que tem em mim a extensão e a amplitude de uma elevada e pura estima. A meus olhos, ela não é uma planta, é um ente mágico e pitoresco. [...]
>
> A vista da moagem produz em mim gratas alterações, e traz-me saudades da infância, recordações veneráveis dos tempos felizes em que, levando a vida entre a vila e os engenhos, entre a casa paterna e os painéis que a natureza expõe gratuitamente aos que para ela têm os seus principais afetos e a sua primeira admiração, meu espírito adejava [...]
>
> *Para o homem do norte o engenho de açúcar é o representante de imemoriais e gloriosas tradições. Especialmente o pernambucano nasce vendo com amigos olhos aquelas grandes propriedades que são como os seus castelos feudais. O engenho é o solar do norte. A nobreza do país principiou por ele; não conheceu outro solar. Ele figura nas maiores páginas da história daquela parte do vasto império. Sua importância é lendária, histórica e santa.*[256] (grifo nosso)

Ao se opor à centralidade dada ao café, que desde a década de 1830 superara o açúcar como líder de exportação, Távora está novamente contrapondo Norte e Sul. Para o autor – que a partir da voz do narrador dialoga com um "amigo" –, por mais que o café deva ser respeitado, não se pode compará-lo ao açúcar, esteio nacional e formador da nossa classe senhorial. O narrador não explica quais as razões para o açúcar dever ser priorizado, mas deduz-se que, por ser o formador da cultura do Norte, de que é "o representante de imemoriais

---

[254] Não cabe no escopo deste trabalho discutir a questão das relações feudais – ou não – no Brasil colonial e independente. Sobre essa questão, importantes intelectuais como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. já debateram e se opuseram. Não nos interessa aqui discuti-la, mas asseverar que as relações apresentadas por Franklin Távora no romance, se não são completamente feudais, claramente são análogas a estas, além disso, como se vê no trecho adiante, o próprio autor compara os engenhos com castelos feudais.

[255] Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 616.

[256] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 78-79.

e gloriosas tradições"[257], e sendo essa região – para o autor – mais genuinamente brasileira que o Sul, o açúcar é mais importante para o Brasil que o café, formador de uma região mais invadida "dia em dia pelo estrangeiro"[258]. Assim como "Norte e Sul são irmãos, mas são dois", sendo o primeiro superior, também o açúcar e o café devem ser respeitados, mas com a primazia para o primeiro.

A sociedade engendrada pelo açúcar seria mais verdadeiramente brasileira que a do café, o mesmo valendo para suas instituições. Nessa preferência de Távora, além do seu bairrismo já bastante apontado[259], há também a influência do saudosismo: o auge do café formara uma sociedade cortesã que estava ao redor de Távora. A base de apoio do Império estava no Vale do Paraíba cafeeiro e era essa a elite econômica mais representativa dos valores socioculturais naquele momento – junto à própria elite da Corte, formada por sujeitos que provinham de todo o país, especialmente do próprio Vale do Paraíba. Por outro lado, mesmo que a açucarocracia ainda existisse e fosse esteio do poder imperial, seu auge estava no passado, e a sensação de decadência era grande. Assim como os grandes proprietários pernambucanos haviam sentido a perda de força quando outra classe – a dos comerciantes – surgiu na província, também agora esses senhores de engenho sentiam sua marginalidade no cenário político do Brasil independente. Távora usa o primeiro evento para buscar intervir no segundo.

O matuto e *Lourenço* se inserem na Literatura do Norte como dois defensores da sociedade do açúcar em todos os seus aspectos. Assim como Alencar em *Guerra dos Mascates*, Távora está criticando o Brasil à sua volta, porém, para isso, ele não ironiza os eventos pernambucanos, mas os eleva a um patamar mítico. Uma das formas de incensar essa sociedade pernambucana que já não existia mais em seu esplendor era naturalizando suas instituições e retirando de seu funcionamento o conflito. Da perspectiva do narrador, a sociedade do açúcar era tão estável e orgânica quanto os feudos europeus; as relações entre as classes se davam não através do conflito de interesses e da violência das forças legais contra as camadas mais pobres, mas do respeito à hierarquia e dos deveres mútuos das camadas sociais: a tradição, mais do que a violência, era a estruturadora da açucarocracia. Quem foge a essa organização tão rígida quanto natural é apresentado nos romances de forma pejorativa.

---

[257] Ibidem, p. 79.
[258] TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*, op. cit., p. 10.
[259] VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*, op. cit.

Assim como Scott narrou as grandes crises da história inglesa, que fizeram o rumo da nação mudar, Távora escolhe um momento histórico importante não só para Pernambuco, mas para todo o Brasil. A luta de classes que Távora narra representa a mudança da estrutura social colonial, assim como a de Scott representava a decadência da nobreza. Entretanto, o autor cearense supera em muito o "filisteísmo conservador"[260] criticado por Balzac no autor escocês. Assim como os personagens scottianos, os de Távora também representam tipos históricos e seus heróis também são figuras comuns do povo, o "representante de uma corrente importante, significativa, que abrange boa parte da nação".[261] Os personagens de Scott são rasos, "planos"[262], e assim o são pois representam tanto os traços "honrados e cativantes da 'classe média' inglesa quanto os limitados"[263]. Esses sujeitos medianos de Scott formam as camadas sociais de onde surgirá o herói, completamente ficcional e também mediano, que ao final do romance se alçará a um patamar muito mais alto que os grandes personagens históricos que fazem parte da trama. Esse herói, que mesmo provindo de uma das facções em luta não é partidário de qualquer dos lados da contenda, será importante justamente por impedir que os adversários se mantenham em uma guerra sem fim de que a nação sairia esfacelada.[264]

A construção dos personagens de Távora segue, a princípio, os ensinamentos de Scott, já disseminados por outros importantes autores. Os principais personagens de *O matuto* e *Lourenço* são fictícios, o que possibilita ao autor maior liberdade para caracterizá-los e para criar a trama que os envolve.[265] Seus heróis, como os do escocês, são membros da camada baixa livre do país, os matutos, ou seja, são representativos de uma parcela importante da cultura nacional, que Távora inclusive divulga nos dois romances ao transcrever canções e ditados populares, além de analisar os costumes e os tipos de matuto das regiões açucareiras. Entretanto, diferentemente dos personagens scottianos, os de Távora não são isentos na batalha narrada – são apaixonados e abnegados defensores da nobreza. Tampouco são sujeitos comuns representantes das virtudes e limitações da camada a que pertencem; de fato, as limitações, como a falta de instrução ou a pobreza, são vistas nos heróis de Távora, entretanto,

---

[260] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 51.
[261] Ibidem, p. 55.
[262] Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit.
[263] LUKÁCS, György. *O romance histórico*, op. cit., p. 51.
[264] Idem.
[265] Uma exceção a isso será Tunda-Cumbe, personagem histórico, que no romance será o grande vilão, responsável por raptar e estuprar Bernardina. Tunda-Cumbe será lentamente "deixado de lado" no romance e terminará não sofrendo vingança alguma. Provavelmente, essa opção de Távora se dá por este sujeito histórico não ter morrido na guerra, pelo contrário, ao final dos combates, Tunda-Cumbe alcança um posto médio na capitania. Távora provavelmente não quis contrariar os fatos históricos em sua narrativa, comprometendo o enredo, em que se espera uma punição exemplar a Tunda-Cumbe.

sua bravura, força e destreza em combate superam em muito as possibilidades humanas. Por essa capacidade sobre-humana, os heróis de Távora estariam mais próximos de Cooper, citado pelo autor cearense nas críticas a Alencar como exemplo de romancista a ser seguido.[266] Contudo, os heróis de Cooper tampouco são sujeitos completamente subordinados a seus senhores ou aos seus partidários, pois sua coragem provém fortemente de sua ambição por liberdade – seja a do colono que se sente mais próximo aos indígenas que aos colonizadores, seja a do índio que busca fugir do jugo europeu para manter sua vida livre. Já os matutos heroicos de Távora – Francisco e, especialmente, Lourenço – são fiéis seguidores da nobreza, a ponto de repetirem a mesma cantilena dos pró-homens a respeito dos comerciantes reinóis.

Essa sujeição completa dos heróis a uma tradição e a um discurso que sequer favorecem sua camada social, mas antes os mantêm atrelados à mesma condição submissa, não se assemelha aos romances históricos de Scott e Cooper, mas ao indianismo brasileiro, especialmente aos romances de José de Alencar. Lourenço e Francisco são cativos da nobreza assim como Peri. A diferença reside no fato de que o indígena alencariano se sujeita voluntariamente a D. Antônio de Mariz e luta contra os aimorés por amor a Ceci, enquanto Lourenço e Francisco se submetem movidos por respeito à suserania dos nobres. Enquanto no Romantismo alencariano o amor idealizado é o que move a ação e muda o personagem, nos dois romances históricos de Távora tal sentimento é comumente desfibrado ou tratado como quase imoral. O amor ideal em *O matuto* e *Lourenço* é o de Francisco e Marcelina, calmo e caseiro, ou o de João da Cunha e D. Damiana, baseado no respeito e na ascendência de um sobre o outro. Os amores que se opõem a alguma barreira de classe ou mesmo de convenção social são tratados de forma negativa pelo narrador e pelo próprio desenvolvimento da trama: Antônio Coelho acaba assassinado e desenganado por D. Damiana; Lourenço e Bernardina não se casam porque o padre Antônio intervém para evitar um casamento desonroso ao filho; por fim, o amor de Lourenço por D. Damiana termina com ela sendo levada por seu cunhado para longe. Não há tentativa real de parte de algum personagem para de fato lutar por seu sentimento, com exceção de Antônio Coelho, que o faz de forma pérfida, patrocinando uma guerra que quase destruirá Goiana e levará à sua própria morte. O amor desabrido, nesses romances, é tratado como algo libidinoso, que confunde os princípios morais dos personagens e pode levá-los a cometer erros inaceitáveis, como é o caso de Antônio Coelho e de Lourenço, que, apaixonado por D. Damiana, não só esquece "o abismo" que o separa da antiga senhora de engenho, mas, inebriado por esses sentimentos, ataca covardemente Marianinha. O amor

[266] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit.

benigno nos romances de Távora é aquele que não leva os personagens aos excessos e ao sofrimento, mas o sentimento prosaico que os ajuda a levar uma vida tranquila. Ao tratar do casal Francisco e Marcelina, o narrador deixa isso claro ao defender a tradição dos casamentos "arranjados":

> *Os matutos não casam por mera conveniência*. Suas uniões, ordinariamente precoces, não deixam por isso, em regra, de ter o principal fundamento na estima recíproca daqueles que as contraem. *Grandes desgraças têm procedido das junções prematuras, mas no mato não constituem a regra geral*. Ao reverso, *tais junções são princípio de moralidade no lar e no povoado matuto*, porque, despertando cedo no homem os afetos conjugais e paternais, *freiam e moderam, antes das erupções naturais dos primeiros anos, as paixões juvenis, que, quando de todo soltas, têm arrojos inconvenientes e efeitos desastrosos.*[267] (grifo nosso)

Seguindo a lógica do narrador, os casamentos prematuros podem ser prejudiciais, mas não entre os matutos, em que servem para controlar os impulsos juvenis. É nas cidades, em que tais casamentos, como a literatura da época já criticava[268], descambavam para a ambição pecuniária, que a união prematura é prejudicial. Entretanto, não era essa ambição que movia os casamentos "arranjados" do interior, mas, como mostrado nos romances, a boa relação entre as famílias. Assim, em vez de serem guiados por um sentimento tão inconstante e perigoso como o amor, os jovens eram encaminhados desde cedo pelos pais. A paixão é tão rebaixada nesses romances que casamentos guiados pelo sentimento são tratados como uniões baseadas na "mera conveniência", segundo o narrador. Por fim, ganhariam todos, pois os noivos teriam uma vida conjugal tranquila, enquanto a sociedade se veria livre das "paixões juvenis", que causavam tanto alvoroço.

Távora não supera o amor romântico, apenas muda sua idealização. Se antes o ideal eram sentimentos ao mesmo tempo arrebatadores e cândidos, que faziam os personagens sofrerem muitas vezes em contrição, censurados por normas sociais ou pela sua própria relação com o objeto amado, para o cientificismo que começava a ganhar força o sentimento não era capaz de libertar nem deveria ser central. Sua defesa dos casamentos "arranjados" é ao mesmo tempo uma defesa da tradição e uma crítica ao sentimentalismo romântico.

Távora acaba fazendo coro ao conservadorismo político e histórico de boa parte do Romantismo brasileiro. Ao compararmos *O matuto* e *Lourenço* ao grande romance histórico brasileiro do XIX, *O guarani*, as semelhanças de uma visão hierárquica da sociedade são perceptíveis, ainda que com motivos diferentes. Além disso, o primeiro romance de Távora, *Os índios do Jaguaribe*, teve influência indianista; publicado cinco anos depois do estrondoso

---

[267] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 41.
[268] Por exemplo o romance *Senhora*, de José de Alencar.

sucesso de *O guarani* – romance elogiado por Távora nas *Cartas a Cincinato* – e enviado ao escritor consagrado, é possível sugerir a influência do romance alencariano na formação de Távora como autor que buscava exprimir a identidade brasileira. Portanto, ao analisarmos *O matuto* e *Lourenço*, a obra alencariana a ser examinada comparativamente não é *Guerra dos Mascates*, projeto de romance histórico que submerge na sátira, mas *O guarani*.

No romance alencariano, Peri, o herói autóctone, se rende completamente à cultura alienígena – representada pela família de D. Antônio de Mariz – por amor a Ceci. A submissão, que no começo do romance se dá por meio da disposição de Peri em atender aos desejos infantis da jovem do solar, ao final se transformará em servilismo aos ensinamentos europeus, chegando ao batismo católico do índio e sua luta ao lado dos moradores do solar contra os aimorés.

No romance alencariano, não há uma contraposição moral entre locais e estrangeiros: há índios bons, como os guaranis, e ruins, como os aimorés, assim como há estrangeiros honrados, especialmente D. Antônio de Mariz, e desonestos como Loredano. Peri e D. Antônio são desde o princípio os mais honrados e valentes, cada um à sua maneira – a grande diferença entre eles, que favorece o indígena, é que ele tem absoluto conhecimento da fauna e da flora da região. Enquanto Peri representa a liberdade e astúcia do autóctone, D. Antônio é uma espécie de nobre medieval transplantado para o meio da Serra dos Órgãos, um honrado nobre que representa o que deveria ter sido o colonizador português. A união de D. Antônio e Peri, em que este se torna vassalo do nobre, é a idealização da formação pacífica da identidade brasileira, que se completará quando, após a destruição do solar – castelo medieval encravado na Mata Atlântica –, Peri e Ceci descerem pelas águas caudalosas sobre o tronco de uma palmeira gigantesca. Assim como o indômito e revolto Paquequer se torna submisso ao calmo Paraíba do Sul, o guerreiro invencível Peri se torna vassalo do altivo D. Antônio de Mariz, que por sua posição e virtudes reina absoluto como senhor feudal no solar e seus arredores.[269]

Fica claro no romance que o que leva o selvagem à relação íntima com a família e sua lealdade ao solar é o amor a Ceci, que acaba por suprimir de Peri sua liberdade, mas que não deve ser confundido com o sentimento prosaico visto nos dois romances de Távora. A paixão de Peri por Ceci não é baseada no erotismo, mas em um sentimento de adoração religiosa do indígena, que reconhece na jovem uma imagem de Nossa Senhora que havia visto quando, ao lado de seus guerreiros, destruíra uma aldeia. Entretanto, isso não impede que esse amor seja

[269] Cf. MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões*, op. cit. Cf. BOSI, Alfredo. "Imagens do romantismo no Brasil". In: GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*, op. cit.

arrebatador, capaz de levar o herói quase ao suicídio e de colocar diversas vezes sua vida em risco, em uma espécie de "mito sacrificial"[270]. Símbolo máximo do Romantismo em prosa brasileiro, na descrição desse amor Alencar rende sua homenagem ao estilo da época.

Franklin Távora varia do ultrarromantismo de sua obra juvenil – *A trindade maldita* – para uma tentativa malograda de naturalismo em *O sacrifício*, último romance publicado pelo autor, porém escrito concomitantemente a *Lourenço*. Em sua Literatura do Norte, mesmo em *Um casamento no arrabalde*, bastante anterior aos outros, Távora já apresenta uma espécie de Romantismo de transição, ainda debitário dos preceitos românticos, mas já crítico de seus excessos e influenciado por novas vertentes do pensamento europeu, o que fica explícito nas críticas de *Cartas a Cincinato*. Como já exposto, essas críticas se focam nos excessos imaginativos de Alencar e sua pouca fidelidade à realidade externa à ficção. Essa fidelidade, entretanto, não deveria ser completa, pois, tendo o romance função edificante, os detalhes grotescos e imorais da realidade não deveriam ser inseridos na obra.

Nos romances *O matuto* e *Lourenço*, o autor seguirá essas diretrizes e alguns ensinamentos do que lhe parecia um Alencar ainda em boa forma. Como Peri, os heróis de Távora são capazes de tudo, especialmente Lourenço, que também teve uma juventude de extrema liberdade. A diferença entre essas liberdades, contudo, provinha do ambiente: enquanto Peri viveu em meio à floresta, tendo como ensinamentos as boas tradições gentis, Lourenço buscava subsistir em meio a uma sociedade já corrompida, na qual não havia mais a possibilidade de uma existência em liberdade se o sujeito não fosse instruído e não seguisse minimamente as regras impostas. Vivendo livre em sociedade, Lourenço se torna fera e não herói; serão o bom exemplo recebido no lar matuto e a visão do engenho, figura central da colonização, que lhe ensinarão como usar suas habilidades e enfim se tornar um herói.

Essa ambição por ter seu engenho poderia ser responsável pela defesa apaixonada que Lourenço fará da nobreza; no entanto, em nenhum momento o narrador aclara essa questão. Deduz-se, portanto, que o jovem segue o partido do pai, este sim criado em uma tradição de respeito à nobreza. Essa relação feudal propositalmente construída por Távora pode ser fruto da observação da realidade, pois de fato as relações entre senhores e os moradores de suas terras em Pernambuco lembravam em alguns aspectos as feudais. Entretanto, essa defesa do engenho como o solar em terras brasileiras importa como construção de uma hierarquia baseada no respeito às tradições e à nobreza. O mesmo processo de humilde submissão do herói em relação a um poder hierarquicamente superior ocorre em Távora e Alencar.

[270] Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

No entanto, o segundo consegue alcançar estatura mítica, enquanto o primeiro chega a parecer um libelo conservador em defesa da aristocracia rural.

Diferentemente de Peri, que luta ardorosamente contra os aimorés, principalmente por amor a Ceci, Lourenço e Francisco defendem os nobres por acreditarem no discurso dos pró-homens a respeito deles mesmos e da guerra que se forma na capitania. Em trecho já transposto do primeiro livro, Francisco arrisca sua própria vida para repelir as palavras do ajudante-de-tenente Gil Ribeiro[271]; em contraponto ao oficial, que contava com mais de 40 soldados, Francisco repete a pisada retórica da nobreza a respeito dos "mascates". Já Lourenço, além de fazer coro a esse discurso, interpela o pró-homem Falcão d'Eça sobre a razão para os nobres não reagirem violentamente à devassa levada a cabo pelas forças do governador Félix José Machado. Nesse trecho[272], Lourenço mostra ainda ser um jovem atrevido – pois contesta duramente um sujeito mais velho e superior a ele na hierarquia social – e voluntarioso. Assim, não é exatamente sua índole que passa a ser completamente pacífica; especialmente no segundo livro, Lourenço mostra que sua "fera" interior continua existindo, apenas foi controlada pelo caráter formado por seus pais adotivos. Quando a devassa irrompe e os nobres passam a ser caçados, Lourenço, mais do que Francisco, é o homem certo a tomar o protagonismo da defesa dos pró-homens, e assim o faz, colocando mais de uma vez sua vida em risco.

Por fim, Lourenço, assim como Peri, acabará apaixonado por uma mulher de uma classe superior, D. Damiana, mas, ao contrário do indígena, o matuto será rapidamente desenganado quando o cunhado da nobre for buscá-la no Cajueiro e descobrir a relação próxima entre a viúva e o jovem mascate. Toda a lealdade de Lourenço não será suficiente para livrá-lo do duro julgamento que traziam as palavras do cunhado de D. Damiana, o pró-homem Amador Cavalcanti. Em reprimenda à viúva de seu irmão, este dirá:

> — Já compreendi tudo, sra. D. Damiana; de tudo fui sabedor: o mistério de há pouco, penetrei-o. Aquele que morreu mártir da sua nobreza, vai ter um sucessor que nem um apelido tem. Os mascates não calcularam com esta vingança, que muito mais os deve alegrar do que a da própria morte do sargento-mor João da Cunha. A viúva deste nobre será amanhã mulher de um ente anônimo, que percorre as estradas de Pernambuco, descalço e maltrapilho, vendendo os seus serviços por muito menos dinheiro do que vendia outrora os seus o Tunda-Cumbe.[273]

Amador Cavalcanti não é apresentado no romance como a representação da soberba, mas como um nobre comum, orgulhoso como todos dessa classe são. Dessa forma, em suas

---

[271] Ver página 82 desta dissertação.
[272] Ver página 83 desta dissertação.
[273] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 179-80.

palavras não se traduz uma visão pessoal sobranceira a respeito da relação entre D. Damiana e Lourenço, mas a reação da própria nobreza. Lourenço, que lutara como poucos em defesa dos pró-homens, ao rejeitar a prudência e cometer a insolência de se aproximar de D. Damiana, é comparado ao ladrão, assassino e estuprador Tunda-Cumbe. Esse trecho, em que excepcionalmente o narrador permite que as próprias ações e diálogos ditem o rumo do enredo, sem abusar das digressões para guiar o leitor de acordo com sua visão, deixa claro o caráter perverso da relação entre senhores e lavradores que fora "adocicado" ao longo do romance.

Durante toda a saga, fica claro que aqueles que por alguma razão não se postassem ao lado da nobreza da terra contra os comerciantes reinóis são traidores da pátria – constantemente, os nobres se intitulam "patriotas", ainda que não existisse pátria alguma. A trama de *O matuto* corrobora o discurso nobre de que os membros das camadas mais baixas que apoiavam os comerciantes o faziam a soldo – e mesmo as razões destes que pagavam, a se julgar pelo romance, eram de foro particular. Ao apresentar as camadas médias urbanas, Távora é ainda mais ferino do que ao tratar de alguns comerciantes, o que se pode perceber na descrição que faz das forças mascatais de Goiana:

> Entre estes apontavam-se Antônio Coelho, sujeito de grandes espíritos; Jerônimo Paes, dinheiroso marchante [...], Belchior Ferreira, rábula que, posto fosse filho da terra, bem como o meirinho Romão da Silva que dele recebia diariamente lições incendiárias, destinadas a decidir a gentalha do lugar a tomar o partido dos mercadores, fazia grandes entradas nos espíritos por falar em nome da liberdade do povo...[274]

Mais à frente, após mostrar a seus comparsas um baú cheio de ouro, Antônio Coelho os impele a agitar as massas:

> [...] Pois bem, todo este cabedal, adquirido com o suor do meu rosto, será aplicado em defesa da autoridade real e do interesse do povo, a que os nobres tencionam antepor o seu bem-estar, a sua rebeldia. Mas não percamos tempo, sr. Paes, disse ao marchante, pegando de um açafate e atirando dentro nele algumas das tulhasinhas de dobrões, que se viam enfileiradas no ventre do cão de bronze[275]. Eis a minha ideia. É preciso desfazer imediatamente, com dinheiro, as invenções de Ricardo[276]. Correi à botica do Rogoberto, meu amigo e sr. Paes. *Falai do despotismo da nobreza, da covardia do bispo, da estupidez do bispo e dos nobres. Discorrei com o fervor que vos é natural, sobre igualdade, fraternidade e liberdade. O povo é perdido por estes sentimentos*.[277] (grifo nosso)

---

[274] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 199.
[275] O baú em que estava guardado o tesouro tinha a feição de um grande cachorro, o que inicialmente inclusive assustou os convidados.
[276] Partidário da nobreza que afirmara aos frequentadores da botica do Rogoberto – onde ocorriam os discursos de ambos os lados da contenda – que os mercadores não tinham armas ou ouro.
[277] TÁVORA, Franklin. *O matuto*, op. cit., p. 321.

Na ânsia de rebaixar os interesses dos que apoiavam os mercadores, Távora faz um gracejo inclusive com o lema da Revolução Francesa, que irromperia ao final do século XVIII. A luta de classes que o autor já reconhecera no romance agora ressurge através de seu maior exemplo até o século XIX, a revolução que mudou politicamente a França e depois grande parte do mundo ocidental, incluindo as jovens repúblicas latino-americanas e os movimentos revoltosos de Pernambuco no século XIX, dos quais foi importante agente o pai de Távora, além de alguns de seus professores e do general José Ignácio de Abreu e Lima, principal figura política de Pernambuco no início do XIX e grande amigo de Távora.[278] Esse tratamento do lema da Revolução Francesa não deve, entretanto, soar como um rebaixamento do que ocorrera na França, mas apresentar os personagens como hipócritas que usam o povo a seu bel-prazer, tratando suas utopias – representadas no lema – como um modo de alcançar sua lealdade à causa mascatal. O verdadeiro e sincero discurso humanista aos moldes de 1789 estará nas palavras de um nobre, Falcão d'Eça. O líder da Liga de Tracunhaém ainda será comparado a dois importantes revolucionários: Cromwell, líder da Revolução Puritana, e Mirabeau, importante parlamentar francês, apoiador da Revolução Francesa e conhecido como "orador do povo", que depois de morto cairá em desgraça ao descobrirem sua correspondência secreta com o Rei Luís XVI. Távora usa a origem em comum dos três – a aristocracia rural – para elevar Falcão d'Eça e a Liga de Tracunhaém por meio de uma comparação que inverte os contextos históricos em que os personagens estavam inseridos: enquanto Mirabeau e Cromwell lutaram justamente contra o Antigo Regime, Távora, ao fazer o elogio da açucarocracia e da nobreza da terra, acaba por defendê-lo. Para atenuar essa contradição, Távora escolhe entre os revolucionários franceses um moderado, Mirabeau, que inclusive foi defensor da monarquia constitucional – exatamente aquela sob a qual vivia o republicano Távora, que ao tratar da Guerra dos Mascates desvia da polêmica com seu Brasil do presente, diferentemente da escolha feita por Alencar ao ficcionalizar os mesmos eventos pernambucanos.

A comparação estabelecida pelo narrador faz algum sentido se pensarmos que a Revolução Francesa, na América Latina, inspirou movimentos de emancipação política muitas vezes liderados pela pequena – ou alta – nobreza fundiária. Conhecedor da história das independências hispano-americanas – inclusive por ser amigo do general Abreu e Lima, que lutara ao lado de Bolívar –, Távora usa esse espectro para ressaltar em seus nobres do início do XVIII o caráter revolucionário emancipacionista. Falcão d'Eça, um dos principais – e,

[278] Cf. AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, op. cit.

segundo o autor ao final de *Lourenço*, o único – defensores da independência, discursa constantemente para seus aliados a respeito da liberdade e da necessidade de "tornarmos nossa terra independente de Portugal" e levantar "bem alto a bandeira da independência brasiliense, conforme o propuseram Bernardo Vieira de Melo, Silva e outros patriotas insignes"[279]. Nesses discursos, os nobres condensam uma pretensa tradição revolucionária liberal – que ainda não existia – com lembranças da guerra contra os holandeses, vista por alguns na Guerra dos Mascates, e depois nas revoltas pernambucanas do XIX, como originária da identidade brasileira e sua luta por liberdade. Em determinado momento, o membro da Liga de Tracunhaém padre Guerra, instigado por Falcão, manda uma carta ao bispo em que comete evidente anacronia:

> Que é que nos falta para realizarmos a magna ideia de libertação do Brasil, ou pelo menos de Pernambuco? Falta-nos um chefe querido do povo da capitania, Revmo. Senhor, um chefe que reúna em si altas virtudes particulares e públicas, que seja de egrégias tradições, de ilustre consciência e *ilustrada razão*, que comungue conosco amigavelmente aos pés do altar da liberdade, que francamente, como nós, queira a revolução, por bem da felicidade dos brasileiros.[280] (grifo nosso)

O século XVIII europeu seria conhecido como o *siécle des lumières*, mas a difusão do termo – como de costume – é posterior ao período; mesmo a expressão "ilustração" surge na Alemanha e na Inglaterra apenas durante o oitocentos. Ainda que se usassem expressões como "as luzes" para tratar dos conhecimentos científicos, isso era mais comum nas ciências naturais, e mesmo assim esse termo foi se difundindo no desenrolar do século XVIII europeu, portanto não seria conhecido na década de 1710 em Pernambuco. Em sua ânsia por legar à nobreza um espírito libertador e instruído que ela não tinha, Távora, tão preocupado em embasar sua narrativa com notas de rodapé indicando suas fontes históricas, comete uma anacronia clara – em meio a vários outros discursos anacrônicos. Um exemplo desses discursos, que Távora atenua, se dá quando o padre Guerra trata da "libertação do Brasil". Como já discutido, mesmo que se tome a Guerra dos Mascates como um conflito emancipacionista, não seria a independência do Brasil em questão, mas da província de Pernambuco e talvez de outras influenciadas por ela, como a Paraíba e Alagoas; não havia, como, no final do XVIII, a Inconfidência deixará claro, um espírito nacional que unisse as províncias da América portuguesa, tão díspares como apartadas entre si.

Esse anacronismo de Távora, por mais que possa ser influenciado pela historiografia pernambucana fortemente bairrista, tem a mesma origem do uso de "ilustração" no início do XVIII, da construção do romance a partir da versão da nobreza – também parcialmente

[279] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 51.
[280] Ibidem, p. 55.

explicada pela historiografia consultada –, da analogia entre Falcão d'Eça com grandes revolucionários e, por fim, do extremo elitismo das duas obras de Távora: a finalidade do autor de reconstruir a formação da identidade nacional de forma a seguir os preceitos mais realistas que ganhavam espaço na década de 1870 e centralizar tal formação no Norte, especificamente em Pernambuco.

O matuto e *Lourenço*, mais do que o célebre *O Cabeleira*, são a tentativa de Távora para construir sua grande obra de reinterpretação da história e da literatura brasileiras. A reinterpretação da história se dará no próprio enredo – o conteúdo – do romance histórico; já as mudanças literárias terão vez no modo de composição de tais obras. A tentativa é falha porque Távora não conseguiu o principal: criar um mito. Isso se deve a uma razão – relativamente – externa aos romances: estes não foram sucessos de público, como o foi, por exemplo, *O guarani*. Por outro lado, essa resposta não é completamente externa aos romances. Peri, o guerreiro de "I-Juca-Pirama", Iracema e posteriormente Brás Cubas, Fabiano, Riobaldo etc. são marcos que se inserem na cultura brasileira por representarem de fato uma faceta nacional, mesmo quando esta não é exatamente heroica, como Fabiano, ou de fato é repugnante, como Brás Cubas. Franklin Távora, nos dois romances históricos estudados aqui, apenas conseguiu criar uma saga que se excede no tom pedagógico das intermináveis e assíduas digressões e no moralismo, ao tornar frígidos os amores e ódios do livro, além de se perder no elitismo que exclui a livre agência dos matutos por um sentimento de posse e submissão à nobreza açucareira que a alça ao posto de heroína que nem mesmo o enredo sustenta.

Ao final de *Lourenço*, a liberdade do sujeito ganha uma brecha na saga e o protagonista, largado ao mundo para se tornar "fera", educado pelos pais adotivos, esquecido por Bernardina, rechaçado por Marianinha e humilhado pela nobreza que tanto defendera, segue para longe do Cajueiro para viver com o padre Antônio, agora fazendeiro. A bela cena da partida a cavalo de Lourenço, representativa de uma liberdade de ação e protagonismo de escolha que pouco aparecera no romance, logo é cortada pela voz do narrador, que volta a incensar as virtudes dos verdadeiros bons matutos, que ali permaneciam, Francisco e Marcelina. Mais uma vez, o autor deixa de lado o enredo para se concentrar no teor moralizante do romance, concluindo a saga com uma analogia entre os dois tomos da obra e os dois personagens ali focalizados, ressaltando que ambos poderiam se intitular "Trabalho, bom senso e virtude"[281]. De fato, essas palavras resumem o objetivo moralizante dos dois

[281] TÁVORA, Franklin. *Lourenço*, op. cit., p. 237.

romances, que, em decorrência desse rigor do “naturalismo sertanejo” e da necessidade pedagógica do livro, acabam comprometendo o objetivo maior: construir um mito de formação nacional.

5 Conclusão

Ao tratar da dicotomia entre "local" e "universal" na formação do Romantismo brasileiro, Antonio Candido afirma que os escritores de alguma forma percebiam essa "convergência de fatores locais e sugestões externas", responsável pela "felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais". Essa união proveitosa parecia tão natural que levou a um movimento harmonioso, que transformava o Romantismo em algo capaz de suscitar a "expressão nacional autêntica", obsessão de boa parte dos românticos. Segundo Candido:

> Os contemporâneos intuíram ou pressentiram esse fato [a convergência entre local e universal], arraigando-se em consequência no seu espírito a noção de que *fundavam* a literatura brasileira. Cada um que vinha – Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Franklin Távora, Taunay – imaginava-se detentor da fórmula ideal de *fundação*...[282] (grifo do autor)

Nessa busca pela melhor forma de retratar a identidade nacional, romances, ensaios e críticas se alçavam à condição de modelos de uma maneira correta de se ficcionalizar a realidade brasileira em contraposição às outras; isso fica claro nas críticas de Alencar a Magalhães, em que não se discutia apenas o conteúdo da obra, mas sua forma, defendendo o romance, e não a épica, como gênero mais adequado às literaturas americanas. As ferinas *Cartas a Cincinato* também representam uma disputa literária em torno da melhor forma de produzir o romance brasileiro, a ponto de o próprio autor reivindicar a seu ato "alguma coisa de consciência e patriotismo"[283], visto que, ao criticar a obra de Alencar, estaria contribuindo para melhorá-la e, em última instância, para engrandecer a pátria a partir da evolução de sua literatura.

Essa polêmica literária opôs a acidez do até então desconhecido Franklin Távora à altivez do já consagrado José de Alencar – que na polêmica das "Cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*" representara o papel de *enfant terrible*. Távora, escrevendo da província de Pernambuco, contestava a proeminência de Alencar, escritor da Corte, que lhe parecia estar em franco declínio. Essa oposição era representativa, pois na década de 1870 diversos movimentos estabelecidos nas províncias – especialmente São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco – contestaram a centralização do Império e a predominância saquarema na vida política nacional. Esses membros de elites locais – decaídas na Zona da Mata pernambucana ou em ascensão no Oeste Velho paulista – protestavam contra a falta de oportunidades que o

---

[282] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, op. cit., p. 332.
[283] TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 193.

sistema fechado de favores da Corte de D. Pedro II criara.[284] Távora não foi um membro central dessa "Geração de 1870", ainda que seja sempre citado como partícipe, mas sua "quizila à Corte"[285] em muito lembra as críticas à centralização que surgiam nas instituições de ensino das províncias. Essa crítica ao excesso de foco na capital do Império em detrimento da vida provinciana de certa forma já está presente nas *Cartas a Cincinato*[286], mas é no projeto da Literatura do Norte que ela ganha corpo e se torna a obsessão literária de Távora, que o marcará tanto quanto a polêmica com Alencar.

A separação entre Norte e Sul, pretendida por Távora, é também uma tentativa de diferenciação entre o que se produzia numa artificial e afrancesada Corte e o que brotava do Brasil real e profundo. Está aí a ligação entre a Literatura do Norte e as *Cartas a Cincinato*, que além de propor um modo correto de escrever o verdadeiro romance brasileiro – que Távora buscará levar a cabo nas obras que integram o projeto – também rechaçam as últimas obras alencarianas incensadas na Corte, que lhe pareciam artificiais e afrancesadas, até mesmo no uso da linguagem, marcada por francesismos e neologismos, aspecto do romance alencariano também censurado por José Feliciano de Castilho.

Quando Alencar publica, em 1873, o primeiro volume de seu romance histórico *Guerra dos Mascates*, fazia apenas um ano que Távora encerrara o envio das *Cartas a Cincinato* para o jornal *Questões do dia*; o segundo volume da obra alencariana sairia em 1874, quatro anos antes de *O matuto*, romance de Távora que ficcionalizava a mesma guerra de que Alencar tratara e cuja história continuaria em *Lourenço*, de 1881. É possível supor que as *Cartas a Cincinato* tenham reverberado nos romances históricos de Alencar, que tratavam justamente das cidades do Recife e Olinda, de onde eram enviadas as críticas publicadas em *Questões do dia*; com mais clareza ainda, podemos afirmar que os dois romances de Távora sobre os eventos pernambucanos foram uma resposta ao consagrado escritor.

Se Távora buscou em seus romances se opor ao Alencar decadente que criticara nas *Cartas a Cincinato*, não o fez com a mesma verve polemista e estridente de antes, mas com o exemplo sóbrio presente na fatura dos romances. Dessa forma, à sátira mordaz que Alencar tece a partir do rebaixamento dos eventos pernambucanos e seus personagens à condição de figuras absolutamente ridículas e desfibradas, Távora responderia com a construção de heróis

---

[284] Cf. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*, op. cit.
[285] VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 311.
[286] Em alguns momentos das *Cartas* é possível perceber essa crítica à Corte, especialmente na comparação entre Gonçalves Dias e José de Alencar, na carta IV da segunda série. Cf. TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 159. Na carta V, há também uma crítica a Alencar por cometer equívocos mesmo tendo a seu alcance os "amplos recursos" da Corte, "onde há um Instituto Histórico e uma rica Biblioteca Nacional", fontes de que não goza um "pobre bisonho provinciano". Cf. TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit., p. 170.

mitificados, capazes de superar as tragédias pernambucanas que os rodeavam. Não é possível afirmar peremptoriamente essa finalidade do autor, mas tudo leva a crer que Távora tenha redigido seus dois romances como uma resposta indireta a Alencar: em vez de contornar o evento histórico, desloca o foco para ele, constantemente apoiando-se em fonte historiográfica; ao mesmo tempo, aprofunda a descrição do cenário, observado e pretensamente "daguerreotipado" segundo os princípios expostos nas *Cartas a Cincinato*.

Essas diferenças no modo de retratar os eventos pernambucanos podem ser mais bem entendidas ao analisarmos os objetivos e o momento literário de cada autor. Alencar, ao publicar essa sátira em formato de romance histórico, buscava ironizar a Corte de D. Pedro II, e se seu alvo era delimitado, seu alcance foi mais amplo do que o objeto visado: o desiludido escritor rebaixou as Alterações de Pernambuco e dessa forma transformou um evento importante de construção do sentimento nativista em uma página ridícula da história nacional. Tudo em *Guerra dos Mascates* é caricato: os personagens ou são prosaicos ou, quando tentam fugir a essa condição, absolutamente cômicos, como D. Severa e Nuno; os eventos da guerra são causados por intrigas que nem mesmo mereceriam o adjetivo de "palacianas"; por fim, os amores são desfibrados e muitas vezes tão tresloucados e juvenis quanto os poetas e os guerreiros nesse romance que a tudo tenta rebaixar.

Távora busca justamente o oposto: ressaltar o caráter nacionalista (e não meramente nativista) da Guerra dos Mascates e conferir-lhe a centralidade que ela mereceria no processo de amadurecimento da identidade nacional e consequente busca pela emancipação política do Brasil. Para isso, mitifica os matutos da Zona da Mata pernambucana e sua relação hierárquica com os senhores de engenho, que no romance não decorre do poderio econômico, político e mesmo jurídico dos últimos, mas do respeito mútuo entre as classes. Assim como Alencar, Távora foi orientado por crônicas coevas parciais à nobreza, porém, seu intuito de criar um mito de formação nacional o levou a seguir essa visão absolutamente partidária, diferentemente de Alencar, que, propenso à sátira, ridicularizou a todos, nobres e comerciantes.

Ainda que por razões diferentes, os dois escritores manipulam os eventos pernambucanos a seu bel-prazer: enquanto Alencar diminui a dramaticidade e a importância da guerra, que se espalhou entre todas as classes e regiões de Pernambuco e províncias vizinhas, Távora recria os personagens e eventos históricos com o fito de comprovar sua visão inicial a respeito do ocorrido. O resultado final é o mesmo sob o ponto de vista histórico: tanto a ridicularização da guerra por Alencar quanto sua mitificação partidária por Távora são

fortemente infiéis às Alterações Pernambucanas, mesmo se levarmos em conta apenas as fontes coevas e as histórias do Brasil publicadas no XIX.

Obviamente, o objetivo de um romance histórico não é sua fidelidade às fontes, tampouco sua qualidade será aferida a partir do quanto o enredo segue a historiografia; entretanto, como discutido nos capítulos 3 e 4, os dois escritores defendiam à sua maneira a necessidade de o romance histórico ser fiel aos fatos. Isso pode ser visto quando Távora recrimina em Alencar sua verve criativa, que a tudo distorce e recria[287], mas também no consagrado escritor há a defesa da veracidade histórica, sustentada em "O teatro brasileiro", quando afirma que o trabalho criativo do autor apenas pode se dar nas penumbras deixadas pela historiografia.[288] Portanto, os dois acabam fugindo a seus próprios ensinamentos literários, mas Alencar faz isso de forma consciente e mesmo proposital, enquanto Távora, se de fato estava respondendo ao *Guerra dos Mascates* alencariano com seus romances, peca ao adulterar os eventos tanto quanto fosse necessário para confirmar sua tese sobre o ocorrido.

O que se encontra em *Guerra dos Mascates* é um Alencar desiludido que, após criar o grande mito indianista de formação nacional – *O guarani* –, ironiza a história brasileira fazendo uso de um importante evento de seu período colonial. A resposta de Távora – seja ela consciente ou não – falha em diversos pontos, a começar pela veracidade histórica dos romances, buscada pelo autor inclusive de forma exagerada ao rechear o enredo com notas bibliográficas e mesmo trechos historiográficos, mas impossibilitada por sua necessidade de confirmar seu ponto de vista sobre os fatos. A visão tendenciosa de Távora a favor da nobreza da terra, ainda que tentasse fazer coro à classe que representava o nativismo contra os dominadores portugueses, acabou decaindo em um elitismo fortemente conservador, que considerava o matuto como mero subordinado aos desejos de seus suseranos. Nisso, como na tentativa de criar um mito de fundação nacional, a saga de Távora sobre as Alterações de Pernambuco remete a *O guarani*, e não a *Guerra dos Mascates*. Entretanto, diferentemente do romance alencariano de 1857, *O matuto* e *Lourenço* perdem-se no excesso de digressões analíticas e historiográficas de Távora, que interrompia constantemente o enredo da saga para apresentar suas visões sobre o que ocorria, sobre os personagens da guerra ou o desenvolvimento daquela sociedade enfocada nos romances. Além disso, Távora desumaniza seus personagens ao cobrar de quase todos eles total fidelidade a seus padrões morais (o bom matuto, portanto, deveria seguir à risca o esperado de seu caráter, assim como o bom senhor de engenho e o vilão partidário dos comerciantes).

---

[287] Cf. TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*, op. cit.
[288] Cf. COUTINHO, Afrânio. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

Enquanto Alencar recorria à Guerra dos Mascates para criar uma sátira recheada de sarcasmo e desilusão, que pouco sucesso fez à época e se tornou um romance pouquíssimo lido de sua vasta obra, Távora recorria aos mesmos eventos para criar sua grande obra sobre a formação da identidade nacional, fortemente influenciada por *O guarani*, romance que alçara Alencar ao posto de uma das figuras centrais da literatura brasileira do período. Távora, que surgira aos olhos da Corte como "o detrator de Alencar"[289] no começo da década de 1870, pagava seu tributo ao romance histórico alencariano que o influenciara. Enquanto isso, o desiludido Alencar deixava de lado essa literatura heroica aos moldes de *O guarani* em prol da sátira desesperançada. Entretanto, apesar de escreverem obras em tudo opostas, Távora e Alencar viram seus romances sobre a Guerra dos Mascates terem o mesmo destino: uma recepção tímida na Corte e um lugar obscuro nas histórias literárias.

[289] As aspas são de Lúcia Miguel Pereira, mas definem bem o surgimento do nome de Távora entre a camada culta da capital do Império. Cf. PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira*, op. cit.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2005.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Como e porque sou romancista*. Campinas, SP: Ponte, 1990.

_____.*Dramas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____.*O gaúcho*: romance brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. *O guarani*. 2.ed. Cotia: Atêlie, 2000.

_____. *Guerra dos Mascates*: crônica dos tempos coloniais. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. *Senhora*. São Paulo: Editora Ática, 2012.

_____. *Sonhos d'ouro*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

_____. Paulo *Ubirajara*. São: Grua, 2015

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORA, Antônio Soares. *O romantismo*: 1833-1838 /1878-1881. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.

ARAÚJO, Vicente Ferrer. *A guerra dos mascates:* estudo e histórico. Lisboa: Clássica, 1915.

ASSIS, L.; MAEDA, H.; ALEX, A. *O Cabeleira*. Inspirado no romance de Franklin Távora. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BLAIR, Hugh. *Lectures on rhetoric and belles lettres*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2005.

BOECHAT, M. C. B.; OLIVEIRA, P. M.; OLIVEIRA, S. M. P. (Org.). *Romance Histórico*: recorrências e transformações. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

BORGES, Valdeci Rezende. “História e literatura nas cartas de Franklin Távora a José Feliciano de Castilho sobre *Iracema*”. In: *Cordis* – Revista Eletrônica de História Social da Cidade, v. 10, p. 209-247, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/15790/11824>. Acesso em: 11 abr. 2014.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 44. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos*: vida literária e Romantismo brasileiro. São Paulo: Polis, 1979.

CANDIDO, Antonio (et. al.). *A personagem da ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTILHO, José Feliciano de. *Questões do dia.* 3 tomos. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial, 1871.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil* – 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república*: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

DORO, Norma Marinovic. *Guerra dos Mascates* – 1710. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1979.

FONSECA, Maria Augusta (Org.). *Olhares sobre o romance*. São Paulo: Nankin, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* São Paulo: Editora Global, 2003.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Vol. 4. Recife: [s.n.], 1844. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 10 abr. 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 1, 1988.

GUINSBURG, J. (org.) *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 15. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 30. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLLANDA, A. B. (org.). *O romance brasileiro*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Assuntos pernambucanos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: FUNDARPE, 1986.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A inconfidência pernambucana*. Recife: Revista do IAHGP, vol. XXIX, 1930.

LIRA NETO. *O inimigo do rei*: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

LUKÁCS, György. *A teoria do romance*. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2000.

_____. *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARCO, Valeria De. *A perda das ilusões:* o romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTINS, Eduardo Vieira. "Apresentação". In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*: estudos críticos por Semprônio. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *A fonte subterrânea:* José de Alencar e a retórica oitocentista. São Paulo: Edusp; Londrina: Eduel, 2005.

_____. "Franklin Távora, o romance e o Norte". In: I *SIMELP*, 2008, São Paulo, Anais do I SIMELP, 2008.

_____. "Nabuco e Alencar". ***O Eixo e A Roda*: Revista de literatura brasileira.** Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 15-32, jul. 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/publicacao002314(ER19n2).html>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. v. 3. (1855-1877). 3 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral (org.). *O Brasil holandês.* São Paulo: Penguin Classics, 2010.

_____. *A fronda dos mazombos*: nobres contra mascates, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar, literato e político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira*: prosa de ficção de 1870 a 1920. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d.].

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro*: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira.* Tomo 3. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, Manuel dos. *Narração histórica das calamidades de Pernambuco*. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 29 maio 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*: estudos críticos por Semprônio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

_____.*Um casamento no arrabalde*: história do tempo em estilo de casa. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

_____. *Lourenço*: crônica pernambucana. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

_____. *O Cabeleira*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1977.

_____. *O matuto* – Crônica pernambucana. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01902400#page/5/mode/1up>. Acesso em: 28 mar. 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*: antes de sua separação e independência de Portugal. Vol. 2. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. "Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar". In: ***Terceira Margem*: Literatura e História.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 15-39. Jan. 2008. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero18/Terceira_Margem_18.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

VON MARTIUS, Karl Philip. "Como se deve escrever a história do Brasil". *Revista de Historia de America*, n. 42, dez. 1956 (orig. 1844).